UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação
Integração da América Latina

RICARDO ABREU DE MELO

**O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de
partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**

VERSÃO REVISADA

São Paulo

2016

RICARDO ABREU DE MELO

O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de
partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Integração da América Latina da
Universidade de São Paulo para obtenção do
Título de Mestre em Ciências

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias

VERSÃO REVISADA

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A162f	<p>Abreu de Melo, Ricardo O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015) / Ricardo Abreu de Melo ; orientador Wagner Tadeu Iglecias. - São Paulo, 2016. 190 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.</p> <p>1. Foro de São Paulo. 2. Partidos políticos. 3. Esquerda. 4. Internacionalismo. 5. Integração da América Latina. I. Iglecias, Wagner Tadeu, orient. II. Título.</p>
-------	--

Nome: ABREU DE MELO, Ricardo

Título: O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias (Orientador, EACH/PROLAM/USP)

Prof. Dr. Lincoln Secco (FFLCH/PROLAM/USP)

Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón (PUC/SP)

A Valdir e Maria Regina.

A Zizia, Maria Clara, Sofia e Iara.

A todos e todas, irmãos e irmãs,

hermanos y hermanas,

da “grande família” da esquerda

latino-americana e caribenha.

AGRADECIMENTOS

Ao PROLAM, por existir, e que continue latino-americanista e se fortaleça institucionalmente.

A Wagner Iglecias, pela abertura e generosidade, e pela orientação objetiva, crítica e inteligente.

A Carol Ramos, pela colaboração imprescindível na fase final da dissertação.

A Rubens Diniz e Fabiana de Oliveira, do PROLAM, pelo estímulo e apoio na fase de ingresso no PROLAM e depois pela colaboração com sugestões valiosas para a dissertação.

Aos colegas e às colegas do PROLAM, pela amizade, pelos projetos compartilhados.

A Júlio Vellozo e Fabio Palácio, pelo exemplo de conciliar, sem confundir, a atividade acadêmica e a atividade política, e pela prontidão em colaborar com críticas e sugestões.

A William e Rodrigo, do PROLAM, pela atenção e paciência.

A Ana Maria Bianchi e Leda Maria Paulani, pelo apoio e orientação na graduação em Economia na FEA-USP, e pelo estímulo para seguir na pós-graduação.

A Valdir, Regina, Renato, Rodrigo, Roberta, sobrinhos e sobrinhas, Luiz, Marlene, Fabiana, Daniela, Alessandro, pela compreensão e apoio.

A Zizia, Maria Clara, Sofia e Iara, pelo tempo que não dediquei a vocês.

Ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por tudo.

Ao Foro de São Paulo, que me formou cidadão da América Latina e Caribe.

À vida, graças.

Gracias a la vida, que me ha dado tanto.

Es deber de la izquierda crear conciencia de la necesidad de la integración y de la unión de América Latina y el Caribe [...] Hay que admirar la grandeza de Bolívar cuando en época tan temprana planteó la unión de los pueblos de América Latina [...] Después Martí fue uno de los más fervientes defensores de la unidad de América Latina [...] cuando hablamos de integración económica y política de América Latina, hablamos, sobre todo, de una cuestión de conciencia que hay que formar, de un pensamiento que hay que crear. Si no se crea un pensamiento, si no se crea una conciencia, nada será posible.

Fidel Castro

RESUMO

ABREU DE MELO, R. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A dissertação estuda uma experiência internacionalista de partidos políticos de esquerda da América Latina e Caribe: o Foro de São Paulo. O período considerado para a pesquisa é de 1990 a 2015. O Foro de São Paulo é uma organização formada por partidos e movimentos políticos de esquerda latino-americanos e caribenhos, identificados com um posicionamento antineoliberal e anti-imperialista e em favor da integração econômica, social, política e cultural da América Latina e Caribe. É uma “grande família” da qual fazem parte diversas correntes político-ideológicas, ou “famílias”, da esquerda latino-americana.

A pesquisa analisa o desenvolvimento histórico do Foro de São Paulo, seus principais debates e resoluções, as suas polêmicas e crises e como, apesar disso, a organização internacionalista potenciou suas convergências e consensos, elaborando e difundindo propostas latino-americanistas de integração continental. Discute-se ainda o processo pelo qual partidos do Foro de São Paulo passaram a liderar governos de esquerda e progressistas na região, que impulsionaram a integração latino-americana e caribenha.

A pergunta fundamental da pesquisa é: por que e como, o Foro de São Paulo, mesmo com a sua diversidade político-ideológica, com os seus limites, crises e contradições, sobreviveu e é uma das principais organizações internacionalistas de partidos políticos de esquerda do mundo e a mais importante da América Latina e Caribe? As características distintivas do Foro de São Paulo, ao mesmo tempo em que o singularizam, também são as razões de sua resiliência e o sustentam como experiência internacionalista de partidos políticos.

A pesquisa adotou o referencial teórico do materialismo histórico e o método dialético, particularmente o pensamento do marxista Antonio Gramsci, em especial, seus elementos para uma teoria do partido político e conceitos como “Príncipe moderno” e hegemonia. Através de uma metodologia histórica e comparativa, a pesquisa fez uma revisão crítica da literatura sobre o internacionalismo e as relações internacionais dos partidos de esquerda da América Latina, particularmente de Brasil e Cuba, e sobre o Foro de São Paulo. O esforço de pesquisa realizado envolveu ainda o estudo de fontes primárias e a pesquisa de campo.

Palavras-chave: Foro de São Paulo. Partidos Políticos. Esquerda. Internacionalismo. Integração Regional. América Latina.

ABSTRACT

ABREU DE MELO, R. **The São Paulo Forum: an Internationalist experience of left-wing Latin-American parties (1990-2015)**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This paper studies an Internationalist experience of left-wing political parties in Latin America and in the Caribbean: the São Paulo Forum. The period that has been taken into account for this research goes from 1990 to 2015. The São Paulo Forum is an organization constituted by Latin-American and Caribbean left-wing political parties and movements, which are anti-neoliberal and anti-imperialist, and who support the economic, social, political and cultural integration of Latin America and the Caribbean. It is a “big family” to which various political-ideological currents, or “families”, of the Latin-American left belong.

The research analyses the historic development of the São Paulo Forum, its main debates and resolutions, its controversies and crisis and how, after all, the Internationalist organization increased the potential of its convergences and consensus, elaborating and disseminating Latin-American proposals of continental integration. There is also a discussion about the process through which the parties of the São Paulo Forum started to lead left-wing and progressive governments in the region, which pushed the Latin-American and Caribbean integration forward.

The main question of the research is “why”, and “how”, the São Paulo Forum, even with a wide political-ideological scope, within its limits, crisis and contradictions, survived and is one of the main Internationalist organizations of left-wing political parties in the world, and the most important one in Latin America and the Caribbean. The distinctive features of the São Paulo Forum make it a unique organization and are also the reasons for its resilience and maintain it as an Internationalist experience of political parties.

The research adopted the theoretical references of historic materialism and the dialectical method, particularly the thought of the Marxist Antonio Gramsci, and especially its elements for a theory of the political party and concepts like “the modern Prince” and hegemony. Through a historic and comparative methodology, this research made a critical revision of the literature on Internationalism and International Relations of the left-wing Latin-American parties, particularly in Brazil and Cuba, and about the São Paulo Forum. The effort of the research also included studying primary sources and field research.

Keywords: São Paulo Forum. Political Parties; Left-wing. Internationalism. Regional Integration. Latin America.

RESÚMEN

ABREU DE MELO, R. **El Foro de Sao Paulo: una experiencia internacionalista de partidos de izquierda latinoamericanos (1990-2015)**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

La disertación estudia una experiencia internacionalista de los partidos políticos de izquierda de América Latina y del Caribe: el Foro de Sao Paulo. El período considerado para la investigación abarca de 1990 al 2015. El Foro de Sao Paulo es una organización formada por partidos y movimientos políticos de izquierda latinoamericanos y caribeños, identificados con un posicionamiento antineoliberal y antimperialista, y en favor de la integración económica, social, política y cultural de América Latina y del Caribe. Es una “gran familia” a la cual pertenecen diversas corrientes político-ideológicas, o “familias”, de la izquierda latinoamericana.

La investigación analiza el desarrollo histórico del Foro de Sao Paulo, sus principales debates y resoluciones, sus polémicas y crisis y como, pese a eso, la organización internacionalista potenció sus convergencias y consensos, elaborando y difundiendo propuestas latinoamericanistas de integración continental. Se discute aún el proceso por el cual los partidos del Foro de Sao Paulo pasaron a liderar gobiernos de izquierda y progresistas en la región, que le dieron impulso a la integración latinoamericana y caribeña.

La pregunta fundamental de la investigación es ¿por qué?, y ¿cómo, el Foro de Sao Paulo, incluso con su diversidad político-ideológica, con sus límites, crisis y contradicciones, sobrevivió y es una de las principales organizaciones internacionalistas de partidos políticos de izquierda del mundo, y la más importante de América Latina y del Caribe? Las características distintivas del Foro de Sao Paulo, mientras que lo singularizan, también son las razones de su resiliencia y lo mantienen como experiencia internacionalista de partidos políticos.

La investigación adoptó el referente teórico del materialismo histórico, y el método dialéctico, particularmente el pensamiento del marxista Antonio Gramsci, en especial sus elementos para una teoría del partido político y conceptos como “Príncipe moderno” y hegemonía. A través de una metodología histórica y comparativa, la investigación hizo una revisión crítica de la literatura sobre el internacionalismo y las relaciones internacionales de los partidos de izquierda de América Latina, particularmente de Brasil y Cuba, y sobre el Foro de Sao Paulo. El esfuerzo de investigación realizado involucró aún al estudio de fuentes primarias y la investigación de campo.

Palabras-claves: Foro de Sao Paulo. Partidos Políticos. Izquierda. Internacionalismo. Integración Regional. América Latina.

LISTA DE SIGLAS

ALBA-TCP – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos

ALCA - Área de Livre Comércio da Américas

ALF - Arab Left Forum

ALNEF - Africa Left Network Forum

AP – Aliança Progressista

BCAR - Birô de Coordenação de Atividades Revolucionárias

BOC - Bloco Operário e Camponês

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CALC - Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEIC - Comitê Executivo da Internacional Comunista

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COB - Congresso Operário Brasileiro

COMECOM - Conselho de Ajuda Econômica Mútua

COMINFORM - Centro de Informação dos Partidos Comunistas

COPPPAL – Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina

CSD - Coalición Socialista Democrática

CSL - Coordenação Socialista Latino-Americana

DI-GB - Dissidência da Guanabara

DR-13-M - Diretório Revolucionário 13 de Março

EIPCO – Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários

ELN - Exército de Libertação Nacional

EUA - Estados Unidos da América

FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo

FES - Fundação Friedrich Ebert

FMLN - Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional

FSLN – Frente Sandinista de Liberación Nacional

FSM – Fórum Social Mundial

FSP - Foro de São Paulo

GT - Grupo de Trabalho

GUE/NGL - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

IC - Internacional Comunista

IOS - Internacional Operária Socialista

IS – Internacional Socialista

IUSY - International Union of Socialist Youth

M-26-7 - Movimento 26 de Julho

MAS-IPSP – Movimento ao Socialismo-Instrumento Político pela Soberania dos Povos

MBR-200 - Movimiento Bolivariano Revolucionario-200

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MPP - Movimiento de Participación Popular

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MVR - Movimento Quinta República

OLAS - Organização Latino-americana de Solidariedade

OLP - Organização para a Libertação da Palestina

OPM - Organização Político Militar

ORI - Organizações Revolucionárias Integradas

OSPAAAL - Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina

PAIS - Movimiento Alianza Pátria Activa i Soberana

PARLASUL - Parlamento do Mercosul

PC – Partido Comunista

PC do B - Partido Comunista do Brasil (libertário)

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCB - Partido Comunista do Brasil

PCC - Partido Comunista de Cuba

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCI - Partido Comunista Italiano

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PJ - Partido Justicialista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POB - Partido Operário Brasileiro

POSDA - Partido Operário Social-Democrata Alemão

PPL – Partido Pátria Livre

PPS - Partido Popular Socialista
PRC - Partido Revolucionário Cubano
PRD - Partido da Revolução Democrática
PRI - Partido Revolucionário Institucional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSI - Partido Socialista Italiano
PSol - Partido Socialismo e Liberdade
PSP - Partido Socialista Popular
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSUV - Partido Socialista Unido da Venezuela
PT - Partido dos Trabalhadores
PT do B - Partido Trabalhista do Brasil
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PURC - Partido União Revolucionária Comunista
PURS - Partido Unido da Revolução Socialista
SACP - Partido Comunista Sul-Africano
SRI - Secretaria de Relações Internacionais
UJC - União de Jovens Comunistas
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O partido político como “Príncipe moderno”: as contribuições de Gramsci	25
1.1 Os conceitos de Gramsci por ele mesmo e por outros autores gramscianos.....	25
1.1.1 Hegemonia, intelectuais orgânicos e bloco histórico	27
1.1.2 Partidos políticos, sociedade civil e sociedade política.....	30
1.1.3 O “Príncipe moderno”, o “servo estúpido” e o “Dom Quixote iludido”	34
1.1.4 Mídia e hegemonia: o “Príncipe eletrônico”	36
1.2 Atualidade e pertinência dos conceitos gramscianos para estudar os partidos políticos da América Latina e suas estratégias de conquista do poder político	38
1.2.1 Os Estados de tipo “Ocidental” e “Oriental” e as estratégias do “Príncipe moderno”: guerra de movimento e guerra de posição	38
1.2.2 Estado, sociedade civil e estratégias partidárias na América Latina.....	41
2 Os partidos do Foro de São Paulo, suas relações internacionais e o latino-americanismo: os casos de Brasil e Cuba	45
2.1 A “grande família” e os “núcleos familiares” de partidos de esquerda	45
2.2 A política internacionalista dos partidos do Foro de São Paulo	47
2.2.1 A política internacionalista dos partidos brasileiros	50
2.2.1.1 Antecedentes históricos dos partidos brasileiros, ou a “pré-história” desses partidos	52
2.2.1.2 Partido Comunista do Brasil.....	54
2.2.1.3 Partido Comunista Brasileiro e Partido Popular Socialista	59
2.2.1.4 Partido Democrático Trabalhista	61
2.2.1.5 Partido Socialista Brasileiro	65
2.2.1.6 Movimento Revolucionário 8 de Outubro e Partido Pátria Livre	68
2.2.1.7 Partido dos Trabalhadores	69
2.2.2 O internacionalismo do Partido Comunista de Cuba	73
2.3 Algumas conclusões	81
3 O desenvolvimento histórico do Foro de São Paulo: fases, contradições internas, ideias e realizações	84
3.1 A fundação e a evolução política do Foro de São Paulo: uma “grande família” latino-americana	87
3.2. O Foro de São Paulo e a integração latino-americana	100
3.2.1 As ideias do Foro de São Paulo sobre a integração econômica, política, social e cultural da América Latina	101

3.2.2 O Foro de São Paulo, os governos de esquerda e progressistas da América Latina e a nova fase da integração regional.....	106
3.3 As críticas da direita e da ultra-esquerda ao Foro de São Paulo	112
3.4 Os debates sobre as estratégias partidárias e a contabilidade das esquerdas	117
4 Características distintivas da experiência internacionalista do Foro de São Paulo: razões da resiliência.....	123
4.1 Atualização diante dos contextos históricos	123
4.2 Superação do “eurocentrismo”, identidade regional e estratégia de integração	126
4.3 Frente ampla antineoliberal e anti-imperialista	133
4.4 Relação entre partidos fundadores, maiores partidos e partidos governantes.....	142
4.5 Direção coletiva, democrática e consensual.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE	163

INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda uma experiência internacionalista de partidos políticos de esquerda da América Latina e Caribe: o Foro de São Paulo (FSP)¹. O período considerado para a pesquisa é de julho de 1990, quando foi fundado o FSP, a agosto de 2015, quando foi realizado o Encontro do Foro que comemorou os 25 anos da organização.

Um tema muito conhecido e pouco pesquisado

Fundado a partir de um Encontro em São Paulo em 1990, por convocação do Partido dos Trabalhadores do Brasil, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, em coordenação com o Partido Comunista de Cuba e Fidel Castro, o Foro de São Paulo funciona como um fórum, formado por partidos e movimentos políticos latino-americanos e caribenhos, identificados com ideias e práticas de esquerda.

É preciso registrar que, apesar da relevância do tema, ainda há pouca bibliografia sobre o mesmo e são raros os trabalhos acadêmicos e de pesquisa, como artigos científicos sobre o Foro de São Paulo. Pela sua incidência, por seu papel na política latino-americana e caribenha do último quarto de século e pelos importantes partidos que fazem parte do FSP, este é um tema que merece ser mais estudado pelos pesquisadores latino-americanistas da Ciência Política, da História e das Relações Internacionais, entre outras áreas. Espera-se, com essa dissertação, estimular outras pesquisas acerca do Foro de São Paulo.

Durante a pesquisa foram localizados estudos sobre os partidos políticos em geral, sobre os partidos políticos da América Latina e Caribe, sobre a mídia e os partidos – inclusive os partidos latino-americanos –, sobre o papel dos partidos na integração europeia e sul/latino-americana – inclusive estudos comparativos – e sobre os partidos que lideraram os governos de esquerda e progressista da América Latina. Há estudos acadêmicos também sobre as organizações internacionais de partidos, as chamadas Internacionais, que existiram do final do século XIX até meados do século XX. Porém, há poucos estudos e publicações sobre as

¹ Utilizam-se as expressões Foro de São Paulo, Foro, ou a sigla FSP, para fazer referência ao Foro de São Paulo, em todos os capítulos da dissertação.

experiências internacionalistas de partidos políticos de esquerda latino-americanos do final do século XX e das primeiras décadas do século XXI, das quais o Foro de São Paulo é a principal.

O Foro de São Paulo surgiu em meio ao processo que resultou na dissolução da União Soviética e no fim dos regimes aliados a ela no Leste Europeu, que causou perplexidade e crise na esquerda em todas as partes do mundo. Correspondendo a uma necessidade de unir-se em um esforço comum de reflexão teórica e política e de coordenação das lutas anti-imperialistas e contra as políticas neoliberais então hegemônicas, forças de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe de 14 países reuniram-se na capital paulista em julho de 1990.

Daí o nome que foi dado ao Encontro mais tarde, por conseguir um consenso mais representativo entre os partidos participantes: Foro de São Paulo. Da “grande família” da esquerda latino-americana fazem parte várias “famílias” ideológicas de partidos e frações de partidos: socialistas, comunistas, socialistas democráticos, nacionalistas populares, social-democratas, trotskistas, nacionalistas populares, trabalhistas, entre outras².

Desde o seu nascimento, o FSP se caracteriza como espaço unitário e plural de partidos de “esquerda” – no sentido amplo do termo – da América Latina e Caribe, que propugnam a luta anti-imperialista e antineoliberal, defendem a emancipação dos povos latino-americanos e caribenhos e se destacam pela defesa da integração continental³ do ponto de vista político, econômico, social e cultural.

Em alguns momentos de sua história, como do final dos anos 2000 até 2015, o Foro de São Paulo defendeu a perspectiva socialista em seus documentos e resoluções. No entanto, houve momentos, como no início dos anos 1990, nos quais o uso do termo imperialismo e o caráter anti-imperialista do FSP foram questionados seriamente por partidos membros. Como será visto no Capítulo 3.

Por isso, devido à pluralidade de partidos com distintas orientações ideológicas e políticas, é um espaço que, como definiu Luiz Inácio Lula da Silva em sua intervenção no plenário do Encontro do FSP de Manágua em 2011, citando uma frase do educador Paulo Freire, busca “juntar os diferentes para derrotar os antagonicos”.

Com o método do consenso e da valorização da unidade, o Foro de São Paulo cresceu e se fortaleceu ao longo dos anos, passou por intensas polêmicas e crises, mas sobreviveu, sabendo potencializar suas convergências e mantendo-se até hoje como um espaço de debates e de

² No Apêndice A dessa dissertação estão relacionados todos os partidos membros do Foro, por país, em vários momentos de sua história, de 1990 a 2015.

³ Por “continental” e “regional”, ao longo da dissertação, entenda-se como algo relativo à região da América Latina e Caribe.

coordenação política dos partidos “contrários ao neoliberalismo” na região. É uma das mais relevantes experiências de organização internacionalista de partidos políticos, mesmo em nível mundial.

No curso dos seus 25 anos (1990–2015), o Foro evoluiu, passou por fases, em relação direta com o curso da experiência vivida a cada momento pelos partidos que o compõem, de acordo com a correlação de forças no continente e a situação mundial.

O problema fundamental da pesquisa

Além de buscar compreender o Foro de São Paulo e o internacionalismo dos partidos de esquerda da América Latina em sua evolução histórica e na atualidade, principalmente do Brasil e de Cuba, a dissertação estuda o FSP como “grande família” e “intelectual orgânico coletivo” internacional, espaço de encontro de partidos que, como os “Príncipes modernos” de Gramsci, lutam pela hegemonia em seus países. Nessa luta dura e complexa, após um acúmulo de lutas contra as políticas neoliberais, parte importante desses partidos passou a governar seu país, promovendo uma nova fase da integração regional, plena de contradições e sujeita, nos últimos anos, a uma brutal contraofensiva dos partidos de oposição mais à direita e dos oligopólios midiáticos, apoiada pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA). A dissertação aborda esses temas conexos e a relação do FSP com eles.

A pergunta fundamental da pesquisa é: por que e como o Foro de São Paulo, mesmo com toda a sua diversidade político-ideológica, com todos os seus limites, crises e contradições, sobreviveu e é uma das principais organizações internacionalistas de partidos políticos de esquerda do mundo e a mais importante da América Latina e Caribe – com mais de 25 anos de existência⁴? Propõe-se também descobrir como, levando-se em consideração as características enumeradas acima, o Foro de São Paulo logrou aprovar resoluções e declarações consensuais, densas e importantes, com muitas campanhas e ações comuns, portanto, com unidade em documentos e na ação.

Por que o FSP não se dividiu ou se dissolveu, como já ocorreu com outras experiências de organizações internacionalistas? Apesar de importantes contradições e de sérias

⁴ Tais características, como será exposto ao longo da dissertação, em especial no Capítulo 3, são reconhecidas por adversários à direita e à esquerda dos partidos membros do FSP.

divergências, que levaram até a certa paralisia temporária do FSP em determinados momentos, em geral, na sua trajetória histórica, prevaleceu a unidade na diversidade e a resiliência na adversidade. O que explica essa resiliência histórica do Foro de São Paulo, que não é eterno, mas que parece estar ainda longe da idade senil ou de uma morte precoce? É esse o problema principal da pesquisa.

Resiliência é um termo científico de origem na Física. Um material ou substância tem resiliência quando ele é flexível, tem a capacidade de retomar a sua forma original depois de ser pressionado. Adaptado às ciências sociais, resiliência significa a habilidade de uma pessoa ou grupo social resistir às pressões, a capacidade de solucionar tensões e conflitos, ainda que de maior intensidade e retornar à normalidade.

No caso do Foro de São Paulo, resiliência política é a habilidade de lidar com os problemas que advêm das divergências, mesmo que graves, e de superar os obstáculos e as adversidades. No entanto, tratando-se do FSP, as divergências e os conflitos podem ser de baixa intensidade, mas nunca cessam, pela própria natureza e composição heterogênea do Foro. Em outras palavras, a normalidade no FSP é a construção do consenso progressivo, o consenso construído por mediações políticas, a partir de posições iniciais diferentes.

Razões da resiliência do Foro de São Paulo

As características distintivas do Foro de São Paulo o singularizam enquanto organização internacionalista de partidos políticos. As cinco razões que, possivelmente, dão identidade ao FSP e o sustentam como experiência histórica são estudadas, desenvolvidas e sistematizadas no Capítulo 4 da dissertação⁵ e aqui são brevemente apresentadas:

1. O FSP é fruto do contexto histórico em que foi criado, em 1990. Depois desenvolveu-se e teve a capacidade de atualizar-se diante das mudanças de contexto, das mudanças na situação econômica, social e política internacional e na correlação de forças, tanto em nível mundial, quanto na América Latina.
2. Os partidos do FSP têm, cada um deles, a sua própria estratégia nacional. No entanto, o FSP elabora diretrizes programáticas estratégicas de união e integração da América

⁵ O Capítulo 4 da dissertação contém o núcleo da argumentação acerca dessas características do FSP e dos motivos de sua resiliência. Contudo, em todos os capítulos desenvolvem-se elementos e análises que contribuíram para se chegar a essa sistematização.

Latina e Caribe. Essas diretrizes estratégicas comuns tem uma base histórica e geográfica, um mesmo espaço continental e um passado de lutas anticolonialistas e anti-imperialistas. O FSP cultivou uma identidade cultural latino-americana e uma política latino-americanista, em oposição ao pan-americanismo imperialista. Além disso, o FSP gradativamente veio superando o “eurocentrismo”, tradicional característica das esquerdas latino-americanas.

3. O fato do FSP ser uma ampla frente⁶ anti-neoliberal e anti-imperialista, uma “grande família”, que congrega variadas tendências político-ideológicas, mas com objetivos muito concretos de luta e de ação comum, além de um espaço de reflexão quase sempre qualificado.

4. O papel dos partidos com mais força e liderança e as relações entre eles, também é fator fundamental para a unidade e para a sustentação da organização internacional ao longo do tempo. No FSP, os partidos fundadores, os maiores partidos e os partidos que conduzem os governos nacionais, compõem o conjunto dos partidos com mais força e liderança.

5. O último elemento explicativo da resiliência do FSP é a sua democracia interna, com espaços de debate e de intercâmbio de opiniões e a sua metodologia de decisão por consenso.

Referenciais teóricos e metodológicos

A pesquisa adotou o referencial teórico do materialismo histórico e o método dialético, particularmente o pensamento do marxista Antonio Gramsci. Para a análise dos partidos políticos e de seu papel nacional e internacional, a pesquisa baseou-se na obra de Gramsci, em especial seus elementos para uma teoria do partido político e o conceito de partido político como “Príncipe moderno”, além de outros conceitos gramscianos como intelectual orgânico, sociedade civil e hegemonia.

Para compreender e caracterizar o FSP, busca-se evitar qualquer generalização excessiva ou simplista, que tende a ser falsa e não científica, pois o FSP é uma organização complexa e contraditória, é um organismo vivo, uma instituição política em constante transformação. Sendo assim, só é possível estudar o FSP em seu movimento, em sua evolução histórica, em um esforço para captar sua essência e buscar revelar a sua dinâmica e as suas

⁶ A Frente Ampla do Uruguai, membro fundadora do FSP, é tida como referência quando o assunto é a unidade da esquerda. Seu exemplo de unidade, que congrega dezenas de partidos, frações de partidos e movimentos políticos e sociais, é uma experiência muito reconhecida na América Latina e em outros continentes.

contradições, como quem analisa um filme e não somente uma foto, como quem investiga um processo e não somente um momento.

Através de uma metodologia histórica e comparativa, a pesquisa fez uma revisão crítica da literatura sobre o internacionalismo dos partidos de esquerda da América Latina e sobre o Foro de São Paulo. Analisou-se a bibliografia existente relacionada ao tema em questão – livros, artigos, discursos e documentos – e entrevistou-se dirigentes partidários. O esforço de pesquisa realizado envolveu ainda o estudo de fontes primárias e a pesquisa de campo⁷.

Acerca do levantamento bibliográfico, a farta literatura que trata dos partidos políticos em geral, contrasta com a pouca bibliografia que existe sobre o tema específico pesquisado – o Foro de São Paulo –, que ainda é pouco estudado como objeto de pesquisa acadêmica. Para suprir essa falta, foi feito um esforço de identificar todos os autores e livros que analisam ou pelo menos citam o Foro de São Paulo e, principalmente, buscar nos documentos “oficiais” do FSP uma das principais fontes de análise. Consequentemente, as fontes primárias relativas ao Foro de São Paulo foram muito importantes para a pesquisa.

As fontes pesquisadas são variadas, como documentos e resoluções do Foro de São Paulo, as declarações dos Encontros anuais, artigos e intervenções realizadas por dirigentes de partidos, atas das reuniões do Grupo de Trabalho do FSP, relatorias e outros documentos de seminários e oficinas do Foro, assim como notas pessoais do pesquisador.

No caso da literatura sobre o FSP, mesmo sendo quantitativamente pouco numerosa, ela é qualitativamente significativa, sendo fonte secundária muito relevante, disponível na forma de textos analíticos e de polêmica – artigos e livros – sobre o tema.

A pesquisa envolveu o estudo de textos de partidos singulares e relevantes (resoluções, artigos, entrevistas, discursos e programas eleitorais) e documentos de governos específicos, liderados por partidos do FSP (documentos oficiais, discursos e entrevistas dos presidentes e chanceleres). Foram estudadas também a visão de órgãos da mídia e instituições vinculados a um pensamento conservador e de direita, que se opõe ao Foro de São Paulo no Brasil.

Pesquisa de campo: a pesquisa-ação⁸

⁷ Este estudo considera como pesquisa de campo “o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. A pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisado um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisado precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre – ou ocorreu – e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (GONSALVES, 2001, p. 67). Salieta-se, no entanto, que apesar da coleta de dados *in loco* a pesquisa preocupou-se em confronta-los com um amplo aparato teórico obtido por meio do levantamento bibliográfico para conferir caráter científico à investigação e empreender uma correta verificação das hipóteses apresentadas no decorrer da análise.

⁸ Tida como um ramo da pesquisa de campo, a pesquisa-ação “[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estrita associação com uma ação ou com a resolução de um problema

Desde o início de 2014, quando se iniciou a pesquisa e mesmo antes, foi possível para o pesquisador acompanhar de forma presencial várias atividades do Foro de São Paulo e de organismos de integração como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Alguns Encontros, reuniões do Grupo de Trabalho – grupo de partidos que coordenam a atividade do Foro de São Paulo entre os Encontros para acompanhar a realização das decisões destes – e eventos como cursos e seminários do FSP foram acompanhados na forma de “pesquisa-ação” nos últimos anos, como o XX Encontro do Foro de São Paulo, realizado em 2014 em La Paz, Bolívia, e o XXI Encontro do FSP, realizado em 2015 na Cidade do México. Por três vezes o pesquisador foi convidado a ser conferencista nas Escolas Debate do Foro de São Paulo realizadas no México, no Brasil e na Bolívia, com o tema “Integração da América Latina: antecedentes históricos, situação atual e perspectivas”.

Esse seguimento das atividades e dos debates realizados no âmbito do FSP contribuiu para o conhecimento mais aprofundado do FSP como organização internacional, de seus líderes e dos governantes ligados aos partidos membros do FSP. O pesquisador participou de reuniões com vários presidentes e ministros desses países do “ciclo de esquerda e progressista”, em ocasiões nas quais as reuniões do FSP foram realizadas simultaneamente com as cúpulas de chefes de estado dos organismos de integração regional e, por vezes, essas reuniões do FSP contaram com a presença desses presidentes em algum momento da programação.

Além disso, foram feitos diálogos com dezenas de lideranças de partidos do FSP e de partidos convidados de outros continentes, alguns dos quais foram entrevistados para a pesquisa. Esses diálogos e entrevistas foram muito úteis para compreender melhor os diversos pontos de vista, aspectos e fatos da história do FSP, para recolher documentos de vários partidos e governos latino-americanos e indicações de material bibliográfico.

Ainda que haja um grande envolvimento do pesquisador com o Foro de São Paulo, procurou-se durante a pesquisa manter o senso crítico e a postura de investigação científica.

coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2005, p. 14).

A estrutura da dissertação

O Capítulo 1 da dissertação, a partir da definição de conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci e por outros autores gramscianos, discute a atualidade e pertinência desses conceitos para estudar os partidos políticos de esquerda da América Latina e as suas estratégias de conquista de poder político.

No Capítulo 2, analisa-se a política internacionalista dos partidos do continente a partir de estudos de caso. Estudam-se os casos dos partidos do Brasil e de Cuba – pelo protagonismo que tiveram os partidos desses países na fundação do FSP – destacadamente o Partido dos Trabalhadores, do Brasil e o Partido Comunista de Cuba –, seu histórico de relações internacionais, suas ideias sobre a América Latina e suas relações com o pensamento latino-americanista e integracionista. Através de um estudo histórico sobre a política de relações internacionais de partidos de esquerda brasileiros e de Cuba, descreve-se a participação desses partidos nas atuais organizações internacionais – regionais e mundiais – que reúnem partidos políticos de esquerda, e as informações estão sintetizadas no Quadro 1.

O desenvolvimento histórico do Foro de São Paulo, suas características, contradições e perspectivas são analisadas no Capítulo 3, seção 3.1. A pesquisa adaptou o conceito de “família” de partidos, da literatura da Ciência Política, ao Foro de São Paulo, que reúne várias delas, daí a noção de “grande família” de esquerda em sentido amplo, que se une no Foro de São Paulo; unidade essa que contém uma grande diversidade de correntes político-ideológicas da esquerda latino-americana.

No Capítulo 3, seção 3.2, são apresentadas as posições do Foro de São Paulo sobre a integração regional – integração econômica, política, e sociocultural – e analisa-se a relação do Foro com os novos governos de esquerda e progressistas da região. Nessa parte da dissertação é discutida a ascensão de governos de esquerda e progressistas da América Latina e a nova fase da integração regional. Também é feita uma comparação de determinadas proposições do Foro de São Paulo em relação às diretrizes e os projetos correspondentes dos novos organismos de integração regional, e uma breve discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelos governos de esquerda e progressistas da região, na qual são analisadas as últimas tendências e acontecimentos em relação a esses governos.

As posições críticas ao Foro de São Paulo advindas tanto da direita quanto da ultra-esquerda na região, por parte da mídia, de intelectuais e de partidos políticos, são estudadas na seção 3.3 do Capítulo 3.

Na seção 3.4. do Capítulo 3, e no Capítulo 4, estuda-se as posições de partidos e de lideranças nos debates do Foro de São Paulo, muitas vezes representando posições dessas correntes em relação a temas concretos: as relações de unidade e luta entre elas; as convergências e divergências; as principais polêmicas, antes e depois da ascensão dos governos de esquerda e progressistas na região. Entre os debates polêmicos estudados nesse capítulo estão as controvérsias em relação às estratégias e formas de luta pela hegemonia e o poder político. No Capítulo 4 ainda são analisadas as relações do Foro de São Paulo com outras experiências de internacionalismo, inclusive de outros continentes.

No Capítulo 4 são apresentadas as possíveis respostas para o problema fundamental da pesquisa, ou as razões da resiliência do Foro de São Paulo, já expostas resumidamente. Os resultados da observação em pesquisa de campo, em especial nas atividades, reuniões e encontros do Foro de São Paulo e o resultado das entrevistas, são considerados nessa análise.

Nas Considerações finais são discutidos os resultados da pesquisa, e são apresentadas novas possibilidades de pesquisa sobre o Foro de São Paulo e o internacionalismo dos partidos de esquerda na atualidade.

O Apêndice A reúne informações sobre a membresia do Foro de São Paulo, apresentando-a por país, em vários momentos da história do Foro, de 1990 a 2015.

1 O partido político como “Príncipe moderno”: as contribuições de Gramsci

1.1 Os conceitos de Gramsci por ele mesmo e por outros autores gramscianos

A partir da definição de conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci⁹ e por outros autores gramscianos, discute-se a sua atualidade e pertinência para estudar os partidos políticos de esquerda da América Latina e as suas estratégias de conquista de poder político.

A obra de Gramsci é muito profícua e ao mesmo tempo inovadora em vários temas. Grande parte de seus textos foram escritos no cárcere, de forma dispersa e fragmentária e seu estilo é pleno de metáforas e riqueza simbólica. Além disso, há uma evolução no pensamento de Gramsci durante as fases de sua vida como militante e dirigente político e também como cientista social. Por isso, a obra de Gramsci é fonte para muitas interpretações e desenvolvimentos, e, ainda, muitas distorções.

Desde a segunda metade do século XX a obra de Gramsci teve grande difusão e com ela uma ampla disseminação de seu repertório teórico-conceitual. Para Lincoln Secco (2006, p. 10-11):

[...] essa difusão sem par de um pensador marxista nos últimos cinquenta anos ou mais, também contribuiu para distorcer muito do que Gramsci escreveu. Destacados de seu contexto original, conceitos como sociedade civil e hegemonia serviram para usos e abusos de toda a ordem [...] Mas não se pode ignorar a história. Gramsci foi, antes de tudo, um revolucionário e o núcleo de suas preocupações sempre foi a política e o poder. Mas não qualquer política e sim a estratégia socialista.

⁹ Antonio Gramsci (1891-1937), filho de um funcionário público, iniciou seus estudos universitários em Turim (1911), onde se tornou militante político e dirigente local do Partido Socialista Italiano (PSI), em 1917. É um dos fundadores também do semanário *Ordine Nuovo* e do Partido Comunista Italiano (PCI), em 1921. Foi eleito deputado pelo PCI em 1924. Representou o PCI em Moscou (URSS) ante o Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) nos anos de 1922-1923 e foi eleito membro do CEIC e depois do Presidium do CEIC em 1922. Foi também membro da Comissão de CEIC para a América do Sul. De volta à Itália foi líder do PCI no parlamento nacional de 1924 a 1926, quando foi preso e condenado pelo fascismo a 20 anos de prisão. Antes de ser preso pelo Estado fascista, escreveu textos como *A questão meridional*, de 1926, além de vários artigos políticos sobre a política italiana e mundial. Na prisão escreveu seus famosos *Cadernos do Cárcere*, que só foram publicados após a derrota do nazi-fascismo.

Exemplos de sua ampla difusão encontram-se na qualidade e quantidade de intérpretes que o utilizaram como referencial teórico para se compreender determinada realidade social. Este é caso de Luciano Gruppi (2000), que se debruçou sobre a obra de Gramsci para esmiuçar seu conceito de hegemonia. Em uma primeira apreciação, Gruppi (2000, p. 11) salienta que a herança do conceito de hegemonia foi dada a Gramsci por Lenin:

Disso resulta a necessidade da hegemonia, isto é, da capacidade dirigente do proletariado [...]. Há aqui uma diferença de significado entre Gramsci e Lênin, porque Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente. O termo “hegemonia” aparece em Lênin, pela primeira vez, num escrito de janeiro de 1905, no início da revolução [...] Capta-se claramente o elemento de decisão, da consequência na ação revolucionária, como condição indispensável à hegemonia. Sublinho também que aqui se afirma que, às palavras, devem corresponder os fatos. Ou seja: deve existir aquela unidade de teoria e ação sobre a qual Lênin insiste, como também o faz Gramsci. Sem essa unidade de teoria e ação, a hegemonia é impossível, porque ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação; com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de emprestar-lhe uma perspectiva, superando a imediatez empírica. Portanto, temos aqui a hegemonia entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica (GRUPPI, 2000, p. 11).

O brasileiro Augusto Buonicore (2003, p. 1) segue a mesma linha de interpretação ressaltando que o próprio Gramsci “reconheceu a paternidade leninista do conceito de hegemonia”, um dos conceitos fundamentais na obra de Gramsci. ““O princípio teórico-político da hegemonia [...] é a maior contribuição teórica de Ilitch à filosofia da práxis”, afirmou Gramsci, referindo-se ao líder político e teórico russo Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin)”. (BUONICORE, 2003, p. 1)

Como autor marxista e leninista, Gramsci supera dialeticamente seus antecessores, entre eles Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Ilith (Lênin). Para Carlos Nelson Coutinho, essa superação dialética:

[...] significa que o Gramsci maduro não nega as conquistas do leninismo, mas conserva o seu núcleo central ao mesmo tempo em que o desenvolve. E porque foi rigorosamente leninista que Gramsci pode realizar esse movimento de superação, do mesmo modo como só por ter sido o mais consequente marxista de seu tempo é que Lênin pode renovar e atualizar a herança de Marx e Engels” (COUTINHO, 1981, p. 66).

Segundo Gramsci, a “ciência política significa ciência do Estado [e o Estado é] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e mantém seu domínio e ainda consegue obter o consenso ativo dos governados”. (GRAMSCI, 1992, p. 97)

Antonio Gramsci, ainda descrevendo a missão de um partido revolucionário, afirma que o partido moderno “é exatamente um partido – integralmente e não como fração de um partido maior – quando é concebido, organizado e dirigido de modo a se desenvolver em um Estado (integral e não em governo tecnicamente compreendido) e em uma concepção de mundo” (GRAMSCI apud CERRONI, 1982, p. 21).

Para Gramsci o “moderno Príncipe” é o partido político, com a missão de formar “uma vontade coletiva nacional-popular” (FORNAZIERI, 1988, p. 44). O partido gramsciano, ou “moderno Príncipe” é “ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante” dessa vontade coletiva que objetiva a “reforma intelectual e moral” (FORNAZIERI, 1988, p. 44), que por sua vez se realiza também pela reforma econômico-social dessa sociedade.

1.1.1 Hegemonia, intelectuais orgânicos e bloco histórico

Conforme discutido acima, um conceito fundamental na obra de Gramsci é o de hegemonia¹⁰. Lincoln Secco define hegemonia, na concepção gramsciana, como:

[...] a capacidade de direção intelectual e moral que um grupo social tem sobre outros grupos sociais [...] Na verdade, num primeiro estágio de disputa pelo poder, ela visa a obtenção do consentimento de classes sociais aliadas para que uma determinada classe conquiste o poder. Num segundo momento, ela incorpora a função coercitiva e a classe além de hegemônica faz-se também dominante (SECCO, 2006, p.198).

Para Gramsci os intelectuais são fundamentais para a atividade política e, portanto, para os partidos. Os intelectuais são classificados em “intelectuais orgânicos” e “intelectuais tradicionais”. Os intelectuais “orgânicos” são os que tem “estreita ligação com a emergência de

¹⁰ Uma visão sintética sobre a concepção de hegemonia em Gramsci encontra-se em GRUPPI (2000, p. 73) que sublinha o aspecto cultural do conceito: “A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção do mundo”.

uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe”. Os intelectuais “tradicionais” são definidos como os que “foram no passado intelectuais orgânicos de uma determinada classe” e são mais independentes dessa classe, por exemplo “os padres em relação à nobreza feudal” (GRAMSCI apud COUTINHO, 1981, p. 123). Nas palavras do próprio Gramsci (2001, p. 15):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e confidencia a própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.

No entanto, como observa o autor os intelectuais orgânicos de uma classe social fundamental deparam-se com “categorias intelectuais pré-existentes, as quais apreciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2001, p. 16). Estes seriam os intelectuais tradicionais, que na Itália de Gramsci eram representados pela categoria dos eclesiásticos. A importância do papel dos intelectuais na luta política e social deve-se à importância que tem para o exercício da hegemonia na sociedade.

Entretanto, Gramsci ressalta que os dois tipos de intelectuais têm funções políticas, “dão forma homogênea à consciência de classe [e] preparam a hegemonia dessa classe sobre o conjunto dos seus aliados. São, em suma, instrumentos da consolidação de uma vontade coletiva, de um ‘bloco histórico’” (COUTINHO, 1981, p. 123).

Hugues Portelli explica a distinção gramsciana entre intelectuais orgânicos e tradicionais, relacionando estes com os conceitos de hegemonia e de bloco histórico. Segundo Portelli, os “intelectuais [orgânicos] do novo bloco histórico, essencialmente os da classe fundamental, opõem-se aos intelectuais do antigo bloco histórico” (PORTELLI, 1990, p. 90-103), que são os intelectuais tradicionais. E o processo de formação de um novo bloco histórico, papel primordial dos intelectuais orgânicos na forma de partido político, é o processo de “criação de um novo sistema hegemônico, mas também do desencadeamento de uma crise orgânica do [atual] bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer as novas forças sociais” (PORTELLI, 1990, p. 90-103), do novo bloco histórico.

O novo bloco histórico visa construir “uma nova civilização”, de acordo com Giovanni Semeraro. Para o autor, na obra de Gramsci há uma “relação dialética entre o intelectual orgânico e o povo-nação [e a] organicidade dos novos intelectuais [intelectuais orgânicos] está relacionada à sua profunda vinculação à cultura, à história, e à política das classes subalternas que se organizam para construir uma nova civilização” (SEMERARO, 2006, p. 378). Portanto, tendo a missão de construir o novo bloco histórico, os intelectuais orgânicos populares não deixam de ser intelectuais e devem “alcançar as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da tecnologia sem nunca perder a referência às lutas hegemônicas da sua classe” (SEMERARO, 2006, p. 385).

Semeraro (2006) acrescenta outro papel dos intelectuais orgânicos, que é elevar o nível cultural das massas populares. “Para Gramsci”, diz Semeraro, “mais do que [...] a sofisticação de um grupo de vanguarda irradiador de verdades, é importante a ‘elevação moral e cultural das massas’ até as fronteiras mais avançadas da ciência, de modo a arrancar da classe dominante o monopólio do conhecimento” (SEMERARO, 2006, p. 386). Da mesma maneira, o partido socialista¹¹, enquanto “intelectual coletivo” tem o mesmo papel emancipador mediante a promoção e difusão da ciência e da cultura nacional-popular entre a classe trabalhadora (SEMERARO, 2006).

De acordo com Aldo Fornazieri (1988), o partido para Gramsci é um “intelectual coletivo”, no qual todos os seus membros de alguma maneira são intelectuais. E a atividade teórica e prática desses intelectuais orgânicos, para Gramsci, “é decisiva exatamente porque o ponto de inflexão de uma transformação histórica no mundo moderno se situa na superestrutura e na conquista da hegemonia política, cultural e moral na sociedade civil” (FORNAZIERI, 1988, p. 55-56). Na verdade, foi o teórico e dirigente partidário italiano Palmiro Togliatti¹², contemporâneo de Gramsci, interpretando e desenvolvendo o pensamento deste, que caracterizou o partido socialista como “intelectual coletivo” (COUTINHO, 1981).

A noção de vontade coletiva também está relacionada ao conceito de “bloco histórico” na obra gramsciana. “Para Gramsci a possibilidade de se tornar classe hegemônica encarna-se

¹¹ O conceito de partido socialista para Gramsci corresponde ao partido revolucionário – muitas vezes ele se refere aos partidos comunistas de seu tempo como partidos socialistas –, e não ao partido reformista e social-democrata que é denominado “Partido Socialista”.

¹² Palmiro Togliatti (1893-1964) foi co-fundador, com Gramsci e outros, do semanário *Ordine Nuovo*, em Turim, Itália, onde também era dirigente do Partido Socialista Italiano (PSI), e desde então foi um importante colaborador e continuador dos estudos teóricos de Gramsci. Em 1921 participa da fundação do Partido Comunista Italiano (PCI), do qual foi Secretário-Geral. Também foi um dos mais importantes dirigentes da Internacional Comunista entre 1926 e 1943.

precisamente na capacidade de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular; e só quando se forma essa vontade coletiva é que se pode constituir e cimentar um novo ‘bloco histórico’ revolucionário” (COUTINHO, 1981, p. 120).

Para Secco (2006), o conceito de bloco histórico em Gramsci corresponde à união em forma de síntese da infraestrutura e da superestrutura. “É mais que uma aliança de classes, pois implica a elaboração social de uma aliança baseada em necessidades econômicas concretas das classes sociais, visando um a sociedade nova” (SECCO, 2006, p. 189).

1.1.2 Partidos políticos, sociedade civil e sociedade política

Para chegar à definição de partido político, de início é preciso se definir o que se entende por política, “sem pretender estabelecer um conceito ideal e acabado de política” (LORA ALARCÓN, 2011, p. 22).

Luciano Gruppi, ao definir política sob a ótica gramsciana considera que:

[...] a política – que é ao mesmo tempo teoria e prática – é aquela que não apenas interpreta o mundo, mas que transforma o mundo com a ação, segundo a undécima tese de Marx sobre Feuerbach: “os filósofos até agora interpretaram o mundo, mas se trata é de transformá-lo”, e, portanto, de passar da filosofia especulativa à política, à ação revolucionária (GRUPPI, 2000, p. 2).

Neste estudo segue-se também a concepção de política em uma perspectiva mais prática, a apresentada por Pietro Lora Alarcón, “como um fenômeno social, que se revela como a atividade de exercício do poder ou a procura pelo acesso ao poder, com o objetivo de decidir sobre a solução dos problemas que afetam aos indivíduos em sociedade estabelecendo um modelo ou projeto de organização econômica e governamental” (LORA ALARCÓN, 2011, p. 22). A atividade política contemporânea, portanto, está relacionada à existência de um “sistema de partido ou de partidos”, segundo Lora Alarcón, e “em um sistema pluripartidário teremos uma multiplicidade de partidos; no sistema de partido único¹³ o coletivo deve ser

¹³ No Capítulo 2 analisa-se o processo de formação do Partido Comunista de Cuba, e de como ele surgiu da coordenação e depois da fusão, em um único partido, das organizações políticas que lideraram a Revolução Cubana de 1959.

suficientemente amplo para acobertar a diversidade da vida social” (LORA ALARCÓN, 2011, p. 22).

Assim, para estudar os partidos, é necessário ter em conta várias características e dimensões da atividade dos partidos e dos sistemas partidários, não somente a quantidade de partidos, como também a “gênese dos partidos, a sua estrutura ou composição interna, ideologia e objetivos, particularmente aos métodos para permanecer ou atingir o poder político” ou ainda a “análise das alianças táticas e estratégicas de cada partido”. (LORA ALARCÓN, 2011, p.151)

Os mais importantes aspectos dos partidos políticos estudados na pesquisa são os que se relacionam com as diretrizes programáticas, sobretudo às estratégias de conquista do poder e com as relações internacionais desses partidos, em especial na América Latina.

O Estado ampliado compreende a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política para Gramsci é o Estado em sentido restrito, o elemento coercitivo estatal, “os mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar” (COUTINHO, 1981, p. 91). As características de poder violento e coercitivo, em Gramsci, são relacionadas à sociedade política e as características de poder consensual e persuasivo, são relacionadas à sociedade civil.

Para Carlos Nelson Coutinho, a sociedade civil em Gramsci é:

[...] formada, precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1981, p. 91)

Com o seu conceito de sociedade civil Gramsci adensa a teoria marxista do Estado e discute o lugar e o papel dos partidos políticos na sociedade. Para Gramsci, os partidos são uma “escola da vida estatal”, e através deles “a necessidade se torna liberdade” (GRAMSCI, 2002).

À moderna sociedade civil corresponde o partido político moderno, no sentido de contemporâneo. Para Gramsci “o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política” (GRAMSCI, 1979, p.14).

Gramsci se dedica a estudar os partidos políticos em geral, mas seu objeto de estudo é principalmente o partido político revolucionário e o tema do partido socialista é pensado a partir

de uma teoria da mudança social, de uma “teoria da revolução”. Como autor gramsciano, Umberto Cerroni (1982), define o “partido político moderno”, distinto de outras formações políticas pretéritas, como “aquele conjunto que podemos definir como uma máquina organizativa mais um programa político” (CERRONI, 1982, p.12). Programa político este “tão estruturado e articulado a ponto de ser sancionado em um documento escrito, aprovado de forma adequada” (CERRONI, 1982, p.12).

Maurice Duverger, em seu clássico texto *Os Partidos Políticos*, ao teorizar sobre a origem dos partidos, tipifica os partidos em dois tipos quanto à origem. Um tipo de partido de “origem exterior” ao Estado e outro tipo de partido de origem “eleitoral e parlamentar”. Duverger (1957, p.31) afirma que “os partidos de criação externa são geralmente mais coerentes e mais disciplinados que os partidos de criação eleitoral e parlamentar”. Os partidos socialistas são partidos de origem externa ao Estado, com origem no movimento operário e sindical.

Ao optar por estudar os partidos socialistas, Cerroni justifica essa opção como científica e não motivada por um juízo de valor *a priori*:

Este o motivo pelo qual se deve estudar a gênese do partido socialista para compreender o fenômeno do partido político moderno. Não se trata de uma opção valorativa. Não opto por estudar o partido socialista porque me agradam os ideais do socialismo; este argumento não tem qualquer valor científico. Opto por estudar o partido socialista porque ele se projeta como o protótipo histórico-teórico capaz de explicar o nascimento do partido político moderno e do moderno sistema político de partidos (CERRONI, 1982, p.14).

Entre os autores marxistas, Vladimir Ilitch (Lênin) é o “fundador de um novo conceito de partido: *o partido concebido como sujeito revolucionário*”, no qual “o elemento metódico, consciente, planificador, institui-se como elemento fundante do partido em contraposição à organização corporativo-espontânea e à luta economicista” (FORNAZIERI, 1988, p. 30). E Gramsci é um autor leninista, que atualiza e desenvolve a teoria leninista do partido político e do processo de conquista do poder pela classe trabalhadora. As formulações de Gramsci são influentes nos meios políticos e acadêmicos, e, segundo Aldo Fornazieri (1988, p. 36) “espraíam-se cada vez mais com mais intensidade, seja para discutir a questão de partido, como para discutir as questões do Estado, da sociedade civil e da hegemonia”.

O problema fundamental da ciência política, para Gramsci, é a superação das diferenças entre dirigentes e dirigidos, entre governados e governantes, é a superação da subalternidade da classe trabalhadora, uma das classes subalternas ou não-dominantes. Além dessa ser a missão

principal do partido socialista, esse partido precisa ser a prefiguração do futuro, iniciando em seu próprio interior a superação dessas desigualdades. A partir dessa compreensão gramsciana, Umberto Cerroni faz uma crítica a alguns dos principais autores que estudam os partidos na Ciência Política, que desenvolveram a teoria da tendência à oligarquização e à burocratização dos partidos políticos:

[...] o verdadeiro problema de que devemos partir não é o da construção de uma ciência pura da organização, mas o da construção de um partido no qual a máquina se encontre numa relação de suficiente adequação com o programa que produz e com a massa que quer emancipar ou conquistar. O verdadeiro problema do partido político é, em suma, político. Neste ponto, diria que é necessário rejeitar aquilo que defino como o ‘ceticismo organizativo’ de cientistas políticos como Ostrogorski, Michels, Weber, Duverger, que teorizam ao mesmo tempo a impossibilidade de uma reforma antiburocrática da política e um substancial desprezo pelos problemas organizativos, escondidos por detrás de uma teoria aristocrático-iluminista segundo a qual a separação entre quadros e massas, entre dirigentes e dirigidos, é um mal necessário de toda forma de organização. Na realidade, a separação entre dirigentes e dirigidos é o resultado de uma cisão mais profunda, externa ao partido político e radicada na própria estrutura da sociedade moderna [...] [e se] se teoriza explicita ou implicitamente que esta separação é insuperável, então ela não poderá ser superada nem mesmo dentro do partido (CERRONI, 1982, p. 35).

A crítica de Cerroni ao que ele conceitua como “ceticismo organizativo” abrange o *mainstream* da literatura de Ciência Política acerca dos partidos políticos. A alternativa à tendência à burocratização e à oligarquização dos partidos, apresentada por Cerroni, numa visão gramsciana, envolve as noções de “programa vivo” e de partido enquanto “intelectual coletivo”. Programa vivo, para o autor italiano, é o modo como deve existir e funcionar um partido tipo “Príncipe moderno”:

[...] a máquina deve funcionar como um *programa vivo* [...] pois o problema fundamental é a realização de um programa de transformação da sociedade, do Estado e do mundo (inclusive porque o problema do crescimento e do poder obviamente, se insere nisto) [...] Temos agora pela frente (usando a expressão do Gramsci cientista e não do Gramsci político) um ‘intelectual coletivo’, isto é, um intelectual que seja um organismo *inteligente e organizado*: *inteligente* no sentido de que compreende e decifra a realidade e lhe programa a transformação; *organizado* no sentido de que, a esta programação ideal, dá imediatamente uma incidência operativa (CERRONI, 1982, p.36).

Entretanto, Gramsci e Cerroni consideram que um partido político socialista pode se burocratizar e a “burocratização significa que a máquina deixa de ser um programa vivo, ou que o programa deixa de ser operativo”¹⁴.

Na relação entre quadros partidários e as massas trabalhadoras, Gramsci propõe que o “moderno Príncipe” seja “um partido de massa que crie quadros e que, por conseguinte, tanto precisa alargar a sua base para elaborar mais quadros, como elaborar mais quadros para alargar a sua base de massa” (CERRONI apud SECCO, 2006, p.179-180).

Como medida para evitar a burocratização do partido socialista, Gramsci defende a “formação de um estrato médio de intelectuais orgânicos que façam a ligação entre os líderes e as massas, impedindo os líderes de se desviarem nos momentos de crise e simultaneamente, elevando o nível político das massas” (SECCO, 2006, p. 191).

1.1.3 O “Príncipe moderno”, o “servo estúpido” e o “Dom Quixote iludido”

Como leitor de Maquiavel¹⁵, Gramsci adapta o Príncipe aos tempos modernos, à contemporaneidade¹⁶:

O moderno Príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já foi dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2002, p. 16).

¹⁴ CERRONI apud SECCO, 2006, p. 179-180.

¹⁵ Nicolau Maquiavel (1469-1527), historiador e diplomata de Florença. Autor de *O Príncipe*, uma das obras fundamentais da ciência política. O Príncipe era “o símbolo do líder, do *condottiero* ideal”. No “pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico” (GRAMSCI, 2007, p.14). Em seus estudos sobre Maquiavel, Gramsci discute a relação entre a ciência e política, diferenciando o “cientista político do político em ação” e afirma que o cientista deve se referenciar “somente na realidade efetiva, enquanto mero cientista”. Reconhece, entretanto, que Maquiavel “não é mero cientista, é um homem de participação, de paixões poderosas, um político em ação que quer criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de lado o ‘dever ser’”. (GRAMSCI, 1992, p. 41)

¹⁶ Gruppi (2000, p. 73) descreve como o autor marxista se apropriou da obra de Maquiavel: “O partido, para Gramsci, é o Príncipe moderno. Ele se reporta a Maquiavel e, situando-o historicamente, vê nele o teórico do Estado unitário moderno, o pensador que reflete sobre a experiência do Estado unitário monárquico francês, espanhol, inglês, e indica essa experiência à Itália como sendo o caminho para superar a crise que envolve a sociedade italiana”.

Contudo, o “Príncipe moderno” pode se desencaminhar e desviar-se do rumo que o leva a cumprir a sua missão histórica. Para Cerroni o partido socialista:

[...] está diante de uma encruzilhada de três caminhos: ou se torna promotor de uma grande síntese social, convertendo-se verdadeiramente no moderno príncipe gramsciano; ou se reduz a ser o servo estúpido de um poder estranho e astuto, o mecanismo de manipulação dos novos súditos dominados pelas coisas; ou, enfim, sobrevive como o Don Quixote iludido de uma revolução impossível (CERRONI, 1982, p. 53).

Em ambos os casos o “Príncipe moderno” deixa de sê-lo e se burocratiza¹⁷, no caso do partido tipo “servo estúpido” quando o programa deixa de ser um programa vivo, emancipador e, no caso do partido tipo “Dom Quixote iludido”, quando se sectariza e se burocratiza, afastando-se objetivamente das massas trabalhadoras, pois seu programa se torna maximalista e deixa de ter “incidência operativa”.

O partido de tipo “servo estúpido” sofre, enquanto organização política, o que Gramsci conceituou como “transformismo”, em referência aos quadros intelectuais. Na perspectiva gramsciana, transformismo é “a absorção, nos quadros dos moderados, dos principais intelectuais orgânicos das camadas populares” (SECCO, 1995, p.67), ou a “ausência de jacobinismo”, ou ainda a “fluidez ideológica que possibilita a passagem de lideranças políticas de um partido a outro completamente diverso” (SECCO, 1994, p. 58).

Inicialmente, Gramsci ainda muito jovem, com influências do pensamento liberal de Croce¹⁸, condenava o jacobinismo “em termos bastante ásperos”, segundo Domenico Losurdo (2006). Mais tarde Gramsci faz uma revisão de seu pensamento a partir do acompanhamento “das lutas da Revolução Russa que o ajudaram a compreender as que haviam se desenvolvido no curso da Revolução Francesa”. Depois em *L'Ordine Nuovo*, Gramsci “publica o ensaio no qual Albert Malinez, o grande historiador da Revolução Francesa, compara jacobinos e bolcheviques” (LOSURDO, 2006, p. 278). A partir desse momento Gramsci incorpora o jacobinismo como um elemento importante da estratégia do partido socialista.

Após sua reavaliação sobre o jacobinismo, Gramsci afirma que o “moderno Príncipe deve ter uma parte dedicada ao jacobinismo [...] como exemplificação do modo pelo qual se

¹⁷ Conforme discussão no item anterior (1.1.2), sobre a possibilidade de burocratização dos partidos socialistas.

¹⁸ Benedetto Croce foi um filósofo humanista e neo-hegeliano, com o qual Gramsci teve contato na juventude. Croce se opôs ao positivismo que “dominara, em fins do século do século XIX, nos meios culturais do norte da Itália” (COUTINHO, 1981, p. 16-19).

formou concretamente e operou uma vontade coletiva” (GRAMSCI, 2002, p. 17). E essa vontade coletiva para Gramsci é a “vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI 2002, p. 17).

Sobre os partidos de tipo “Dom Quixote iludido”, Cerroni (1982, p.73) afirma: “os partidos que se acomodam às tradições e que não as reelaboram criticamente tornam-se incapazes de cumprir as funções para as quais estão historicamente destinados”. Esse tipo de partido é a representação de “um fenômeno muito importante e significativo: aquele do partido sectário, do partido que se comporta como uma seita, que por isso se sente tão ‘vanguarda’ da massa da qual é expressão que deixa de se considerar parte da massa” (CERRONI, 1982, p.73).

Ainda sobre os partidos de tipo “Dom Quixote iludido”, Vladimir I. Lênin os caracteriza como partidos influenciados pelo fenômeno do “esquerdismo, doença infantil do comunismo”¹⁹. Lincoln Secco aborda o mesmo fenômeno como “sectarismo de esquerda” e afirma:

[...] o esquerdismo, especialmente, se caracteriza ainda hoje pela defesa de princípios abstratos do marxismo sem a correspondente mediação da prática e da compreensão da realidade concreta (quando não se empobrece mais ainda ao defender palavras-de ordem concretas, mas que foram transpostas mecanicamente de outras realidades históricas) (SECCO, 1995, p. 62).

Nos capítulos seguintes serão discutidos casos específicos de partidos latino-americanos que podem ser caracterizados nas três categorias de Cerroni: casos de “Príncipe moderno”, casos de “servo estúpido” e casos de “Dom Quixote iludido”.

1.1.4 Mídia e hegemonia: o “Príncipe eletrônico”

Gramsci percebeu o papel político da mídia na sociedade e antecipou o que seriam as funções políticas e de “direção intelectual e moral” dos oligopólios midiáticos na sociedade contemporânea. A mídia, na visão gramsciana, desempenha um papel de “Estado-Maior intelectual do partido orgânico”:

¹⁹ Do texto “A doença infantil do ‘esquerdismo’ no ‘comunismo’”, escrito em abril-maio de 1920 por V.Ilich Ulianov (Lênin). (In: LÊNIN, V.I., 1982, p. 275-349).

Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou grupo de revistas), são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos” (GRAMSCI, 2002, p. 350).

A “imprensa em geral”, e todos os meios usados na luta ideológica entre as classes e frações de classes, influenciam a opinião pública, além das instituições religiosas, “as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes de vários tipos, até a arquitetura, a disposição das ruas e os nomes dessas [fazem parte] dessa estrutura material da ideologia” (GRAMSCI, 1981, pp. 198). Sobre a opinião pública, Gramsci afirma que esta está relacionada com a “luta pela hegemonia e pela conquista do poder”, e que “liga-se estreitamente à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 1981, p. 199).

Os meios de comunicação, portanto, na perspectiva de Gramsci, são parte da sociedade civil e “acabam por se associar a instituições partidárias, religiosas etc.” (SECCO, 2006, p.184), não são neutros nem imparciais e tem um papel cada vez mais central para o domínio das classes dirigentes, para a manutenção da hegemonia dessas classes.

Além da mídia, a indústria cultural e as novas tecnologias de informação e comunicação têm uma decisiva influência na sociedade em nível nacional e internacional. Uma “das mais notáveis criaturas” da mídia e da indústria cultural é o “príncipe eletrônico”. De acordo com Octávio Ianni (2003, p. 64-73) o “príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível”, que responde predominantemente aos interesses do bloco de poder dominante, com as funções de “comunicação, informação, propaganda, entretenimento, mobilização, e indução de correntes de opinião pública, mitificação ou satanização de eventos, figuras, partidos, movimentos e correntes de opinião” (IANNI, 2003, p. 64-73).

A disputa político-ideológica pela hegemonia e pelo poder político, para Ianni, na sociedade contemporânea – que na época em que viveu Maquiavel era uma missão do Príncipe e com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade civil torna-se uma missão do “moderno Príncipe” de Gramsci –, “agora passa a ser predominantemente um atributo do *príncipe eletrônico*” (IANNI, 2003, p.74).

De fato, a mídia e a indústria cultural, são, na atualidade, como assinalava Gramsci, o “Estado-Maior intelectual” do “Príncipe moderno”. Em relação ao papel dos oligopólios que

controlam os meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, o cientista político Emir Sader ressalta que “nenhum poder hegemônico [alternativo, de um novo bloco histórico] pode se constituir sem acertar contas com esse poder, sem desarticulá-lo e reconstitui-lo ou sem se somar a ele ou pelo menos neutralizá-lo” (SADER, 1997, p. 25).

1.2 Atualidade e pertinência dos conceitos gramscianos para estudar os partidos políticos da América Latina e suas estratégias de conquista do poder político

No debate sobre as estratégias de conquista do poder político pelo partido socialista, Gramsci fez a distinção entre dois tipos de Estado, o “Ocidental” e o “Oriental”. Entretanto, segundo Secco (1995, p. 62): “Lênin indicou caminhos analíticos para uma compreensão mais sofisticada do papel do Estado na Europa ocidental” e Gramsci os seguiu e desenvolveu, destacando dois fatores que diferenciam as estratégias de tipo “Oriental” das de tipo “Ocidental”, de acordo com as características do Estado em questão: “o tempo de acúmulo de forças e a complexidade desse acúmulo” (SECCO, 1995, p. 62). O Estado é uma relação social, uma representação da correlação de forças na sociedade, e essa “relação social se altera quando um dos seus elementos acumula poder” (SECCO, 1995, p.69).

1.2.1 Os Estados de tipo “Ocidental” e “Oriental” e as estratégias do “Príncipe moderno”: guerra de movimento e guerra de posição

O Estado de tipo “Ocidental”, para Gramsci, é aquele no qual a sociedade civil é mais desenvolvida e complexa, por isso o Estado é ampliado, o poder das classes dominantes necessariamente compreende a sociedade política e a sociedade civil. Citando o exemplo da Rússia durante o período prévio à Revolução de 1917, Gramsci define o Estado de tipo “Oriental” como um Estado no qual prevalece a coerção da sociedade política e no qual a sociedade civil é pouco desenvolvida. No Estado “Ocidental”, em sua versão liberal-democrática, prevalece o consenso na forma de exercício do poder pelas classes dominantes e não a coerção.

Carlos Nelson Coutinho esclarece que ao diferenciar o “Ocidente” do “Oriente”, Gramsci não indica necessariamente “conceitos geográficos”, mas “diferentes tipos de formação econômico-social em função, sobretudo, do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado” (COUTINHO, 1981, p. 65).

A decorrência dessa distinção entre tipos de Estado é a necessidade de o partido socialista ter estratégias distintas, próprias para cada realidade histórica e social. Mais que isso, uma estratégia adequada ao tipo de formação econômico-social e de Estado. Aos Estados de tipo “Occidental” correspondem estratégias baseadas na “guerra de posição” e, para os Estados de tipo “Oriental”, as estratégias são assentadas na “guerra de movimento”²⁰.

Para Gramsci, nas modernas sociedades, não se pode escolher a estratégia somente pela vontade ou por mera decisão política, “a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a não ser que se tenha de imediato uma superioridade esmagadora sobre o inimigo” (GRAMSCI, 2002, p. 72).

A estratégia do partido socialista nos Estados “Occidentais”, portanto, é condicionada por esse tipo de Estado e deve ter em conta a complexidade da sociedade civil. Gramsci afirma que:

[...] no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna (GRAMSCI, 2002, p. 73).

Nos países onde o Estado é ampliado e mais complexo, de tipo “Occidental”, é necessária uma “longa guerra de posições”. Para Secco (2006), a estratégia gramsciana diante do “Estado

²⁰ Lincoln Secco, em seu livro *Gramsci e a revolução*, resume o que é “guerra de posição” e “guerra de movimento” para Gramsci. Assinala o historiador: “Gramsci usou a terminologia militar de sua época para falar de estratégia política. A Primeira Guerra Mundial opôs por largo período os interesses políticos de dois grandes Estados que tinham dois grandes exércitos: França e Alemanha. A guerra de movimento começou com o deslocamento das tropas de Von Moltke, adotando o plano de Graff Schlieffen (feito em 1900); essas tropas contornaram a defesa francesa, pela Bélgica, e chegaram às portas de Paris, sendo detidas pelo general Joffre, na batalha do Marne (6-9-1914). A guerra de posições se estendeu até março de 1918, com as lutas sanguinolentas, em trincheiras de arames farpados, protegidas por metralhadoras, onde a retaguarda logística contava mais do que a ofensiva militar. Porém, as ofensivas de 1918, com uso de carros de combate, definiram a guerra. Para Gramsci, a luta política ocidental se dá num terreno de grandes recursos logísticos que exige estruturas partidárias sólidas, de massas, com fortes aparatos burocráticos. Além disso, as trincheiras são muitas: os meios de comunicação social, as igrejas, os sindicatos etc.” (SECCO, 2006, p. 97-98).

ampliado e democrático impõe novas formas de luta”, para que os trabalhadores e seu(s) partido(s) conquistem a hegemonia e o poder estatal:

Os trabalhadores devem travar uma paciente guerra de posições para a conquista da hegemonia civil, criar sua própria institucionalidade alternativa, para somente depois transformar o fundamento do Estado burguês. A base oculta das relações sociais capitalistas, expressa no aparelho burocrático-militar (Estado restrito), é a força centrípeta que unifica a classe dominante em momentos de crise; tal coerção é determinante em última instância, embora o consentimento (nas democracias ocidentais) seja dominante (SECCO, 1995, p.69).

A luta pela hegemonia é anterior à conquista do poder, na visão gramsciana. Ao analisar a estratégia do “moderno Príncipe”, Coutinho afirma que, no pensamento gramsciano:

[...] se a estratégia de transição para o socialismo no ‘Ocidente’ implica um intenso esforço pela conquista da hegemonia, então a batalha cultural – momento fundamental da agregação do consenso – adquire uma importância decisiva. Sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão se elevar à condição de classes dirigentes. Gramsci diz sempre que a direção *política* é também ineliminavelmente direção *ideológica*: lutando pela difusão de massa de uma nova cultura [...] o ‘moderno Príncipe’ estará criando as condições para a hegemonia das classes subalternas, para sua vitória na ‘guerra de posições’ pelo socialismo (COUTINHO, 1981, p. 122).

A necessidade de construir uma hegemonia antes ainda da conquista do poder de Estado, no entanto, não pode ser interpretada como uma hegemonia plena sobre todas as classes sociais e nem mesmo como uma hegemonia sobre o conjunto da sociedade civil, pois isso seria impossível sem o controle do aparelho de Estado. Lincon Secco (1995, p.62) esclarece que a compreensão de Gramsci de hegemonia do proletariado antes da conquista do poder de Estado “implica a capacidade de construir uma hegemonia sobre o conjunto das classes subalternas, na forma de uma direção moral e intelectual que precede o segundo momento, em que se conquista o poder de Estado”.

No primeiro momento de sua acumulação de forças no processo revolucionário, os trabalhadores e o “Príncipe moderno” – que na prática pode ser um partido, um partido-frente, ou uma aliança de partidos socialistas –, buscam a hegemonia, entendida como consenso entre as classes subalternas. Conforme Secco (1995, p. 66-67), nesse momento a hegemonia “prepara uma possível ruptura revolucionária”. Os exemplos clássicos da Rússia de 1917 e da China de

1949 envolvem as alianças entre operários urbanos e camponeses. Somente em um segundo momento, após a conquista do poder de Estado, a hegemonia “se define como consenso mais coerção”, pelo fato de haver o controle dos aparatos repressivos do Estado. Ou seja, a hegemonia em Gramsci é um processo.

O próprio Gramsci, tratando da estratégia de conquista do poder e de transição ao socialismo, ressalta que “a passagem da guerra de movimento (e do ataque frontal) à guerra de posição também no campo político [...] parece ser a mais importante questão de teoria política colocada pelo período do pós-guerra e a mais difícil de ser resolvida corretamente” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1981, p. 105).

Entretanto, discutindo o tema da conquista do poder, Emir Sader (1997, p. 16-23) afirma que o poder não é somente algo a ser conquistado, que “o poder é uma relação social, da mesma forma que o capital”, e que a mudança de sua “natureza” é “um processo político, entendido este como síntese das relações econômicas, sociais, institucionais, ideológicas e militares”. Sader (1997, p. 16-23) revela que “o controle do aparelho estatal” é necessário, mas não suficiente, para que “uma força ou um conjunto de forças se torne hegemônico na sociedade”.

Analisando as ideias de Gramsci sobre a estratégia de conquista da hegemonia nos países de tipo “ocidental”, o historiador Lincoln Secco (2006, p. 131) argumenta que os aparelhos estatais, no caso o parlamento e o executivo, “são importantes para elevar a disputa de hegemonia a um novo patamar, mas sua mera ocupação não muda seu caráter de classe”.

1.2.2 Estado, sociedade civil e estratégias partidárias na América Latina

A teoria dos partidos políticos e o estudo sobre as suas relações internacionais não escapam de uma tendência eurocentrista. Umberto Cerroni ressalta autocriticamente “o tendencial eurocentrista das nossas avaliações²¹, a nossa substancial incapacidade científica e também política de compreender o sentido da organização política de outros continentes, de outros países, o hábito de medir toda e qualquer experiência política com o metro de nosso tecnicismo constitucionalista” (CERRONI, 1979, p. 65).

O partido socialista, segundo o cientista político Aldo Fornazieri (1988, p. 67), ao assumir uma estratégia, precisa baseá-la no “conhecimento do caráter do Estado e da sociedade

²¹ Cerroni refere-se a autores europeus, ao criticar o eurocentrismo desses mesmos autores.

civil especificamente nacionais e de como cada expressão nacional se situa no âmbito das linhas de forças²² internacionais”. O autor afirma que “de um modo geral, os Estados da América Latina caracterizam-se por especificidades próprias (latino-americanas), diferentes do antigo Estado russo como dos modernos Estados europeus” (FORNAZIERI, 1988, p. 67). Fornazieri complementa argumentando que mesmo na América Latina, entre os vários Estados, há “diferenças substanciais”. (FORNAZIERI, 1988, p. 67)

Analisando os tipos de Estado na América Latina, Fornazieri (1988, p. 67-69) cita os exemplos de Cuba dos anos 1950 e Nicarágua dos anos 1970, onde “inexistia uma sociedade civil complexa, ou com elementos de complexidade como é o caso de Brasil, Argentina, México e Chile”. De acordo com o autor, as forças políticas condutoras das revoluções cubana e nicaraguense adotaram a “guerra de guerrilhas” e estas tiveram apoio popular, inclusive nas cidades, e “cresceram a ponto de tornar-se um exército guerrilheiro e impor uma ‘guerra de movimento’ ao exército inimigo” (FORNAZIERI, 1988, p. 67-69). A estratégia de “guerra de movimento” teria sido possível em Cuba e na Nicarágua dadas as características de seus Estados, de suas formações econômico-sociais e suas sociedades civis, naquele momento histórico. Em sociedades e Estados mais complexos, como nos casos citados de Brasil, Argentina, México e Chile, Fornazieri assinala que a estratégia necessária para a disputa de hegemonia “parece indicar caminhos estratégicos muito mais complexos”. (FORNAZIERI, 1988, p. 67-69)

Nessa perspectiva Fornazieri, dissertando sobre a teoria gramsciana de partido e as estratégias partidárias, argumenta que “a natureza revolucionária de um partido, além dos aspectos morais e culturais, é medida fundamentalmente pela sua atitude ante o Estado capitalista”, mas também pela atitude que o partido socialista toma diante da sociedade civil. Os partidos podem formular e ter estratégias perante o Estado e a sociedade civil “que podem incorrer em três tipos de erros”²³, segundo Fornazieri.

O primeiro erro é o “economicismo”, quando o partido considera a infraestrutura socioeconômica o “ponto de inflexão das transformações históricas” e limita as lutas das classes subalternas às lutas de caráter corporativo. Esse tipo de erro também pode levar a uma outra consequência que é uma “atitude evolucionista de lentas conquistas parciais no plano das reivindicações econômicas, no plano político-institucional, e no plano de conquista de posições

²² Linha de forças é o mesmo que correlação de forças. Refere-se, no caso, às relações entre as forças políticas e os Estados em âmbito internacional.

²³ FORNAZIERI, 1988, p. 48-63.

nas instituições da sociedade civil” (FORNAZIERI, 1988, 48-63), desligadas da preparação de uma ruptura com a ordem hegemônica capitalista e da transição ao socialismo.

O segundo erro que um partido socialista pode cometer é “considerar somente o Estado como ponto de inflexão”, desconsiderando a sociedade civil como *locus* de disputa pela hegemonia. A partir desse erro, pode haver duas conseqüentes estratégias equivocadas: uma “prolongada luta político-parlamentar buscando conquistar e mudar as instituições ‘por dentro’ do Estado”; e outra estratégia de “assalto ao Estado”²⁴.

O terceiro e último tipo de erro que um partido revolucionário pode cometer é “considerar *somente* a sociedade civil como ponto de inflexão” e então “adotar uma perspectiva de mera ação cultural-ideológica” (FORNAZIERI, 1988, p. 48-63).

A “estratégia gramsciana” para o partido socialista é sistematizada por Fornazieri na seguinte formulação: “atuar nos três pontos de inflexão e combinar uma estratégia de natureza tríplice”. Os três pontos de inflexão são a estrutura (ou infraestrutura socioeconômica), o Estado e a sociedade civil:

Assim, a estratégia do partido deve articular uma tríplice perspectiva: uma parte teórico-política, uma parte econômico-social e uma parte cultural-moral. Na parte teórico-política deve-se desenvolver e articular os seus dois momentos constitutivos: o elemento da luta democrática e parlamentar intervindo nas instituições do Estado e o elemento da *força constitutiva* (jacobinismo) que se opõe à violência do Estado e elabora as condições de autodefesa e de enfrentamento (FORNAZIERI, 1988, p. 63).

A sistematização que Fornazieri faz da estratégia gramsciana dos partidos revolucionários e de sua atitude diante do Estado capitalista é útil para compreender a diferença entre uma estratégia revolucionária, que objetiva a fundação de um novo Estado, e, uma estratégia reformista, que limita-se a um programa de reformas no Estado capitalista vigente.

As ideias de Gramsci na América Latina²⁵, sobretudo a partir da década de 60 do século XX, passam a ter mais influência em partidos e intelectuais de esquerda. José Aricó analisa a presença das ideias gramscianas na região:

²⁴ O segundo erro possível da estratégia de um partido socialista, analisado por Fornazieri (1988), compreende tanto o caso do partido de tipo “servo estúpido” (a ação somente “por dentro” do Estado), quanto o caso do partido tipo “Dom Quixote iludido” (o voluntarista “assalto ao Estado”), descrito por Cerroni (1982).

²⁵ José Aricó (1988) relata que a obra de Gramsci, publicada após a derrota do nazi-fascismo, foi especialmente difundida na Argentina (desde os anos 1950, por iniciativa de Hector Agosti), no México e no Brasil. Lincoln Secco (2002) revela que no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, entre os anos 1920 e os anos 1940, surgem as primeiras referências e os primeiros artigos esparsos sobre a obra de Gramsci. Segundo Secco, a partir de 1975 “ocorreu um *boom* gramsciano” e uma maior difusão dos textos de Gramsci no Brasil. Em Cuba, segundo

Gramsci é hoje parte da cultura latino-americana a tal ponto que suas categorias de análise atravessam o discurso teórico das ciências sociais, dos historiadores, dos críticos e dos intelectuais em geral, e estão (via de regra de modo abusivo) presentes na linguagem cotidiana das forças políticas de esquerda ou democráticas (ARICÓ, 1988, p. 26).

Contudo, dada a diversidade de partidos socialistas latino-americanos e de estratégias que vieram adotando ao longo do tempo, essa influência das ideias gramscianas não é homogênea nem entre países, nem entre partidos do mesmo país. Há partidos que não incorporaram, e até mesmo rejeitaram explicitamente a contribuição teórica e estratégica de Gramsci. Outros partidos, como “intelectuais orgânicos coletivos, apropriaram-se do que achavam ser o ideário de Gramsci segundo suas conveniências, necessidades ou imposições da processualidade histórica” (SECCO, 2002, p. 96).

A partir do fim da União Soviética e das experiências socialistas e de “democracia popular” do Leste Europeu, com a decorrente crise de paradigma teórico que impactou as várias correntes partidárias e intelectuais marxistas, houve maior abertura e maior interesse pela obra de Gramsci na América Latina.

É nesse contexto, de reconhecimento da necessidade de atualização e desenvolvimento do marxismo, de renovação das práticas internacionalistas na América Latina com o surgimento do Foro de São Paulo em 1990, que a maioria dos partidos latino-americanos também atualiza a sua estratégia diante da nova realidade mundial e regional.

Fernando Martínez Heredia (2013), entre 1959, ano da vitória da Revolução Cubana, e o início dos anos 1960, “sucedió la experiencia más amplia de introducción de Gramsci en América Latina, y la que tuvo efectos más trascendentes”.

2 Os partidos do Foro de São Paulo, suas relações internacionais e o latino-americanismo: os casos de Brasil e Cuba

A pesquisa estuda o Foro de São Paulo como experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos. Neste capítulo não se estudará propriamente a história das organizações internacionais dos trabalhadores e dos partidos de esquerda, mas parte-se dela para estudar as relações internacionais de partidos do Brasil e de Cuba, membros do FSP.

Neste capítulo são estudados casos de partidos membros do FSP do Brasil e de Cuba – pelo protagonismo que tiveram os partidos desses países, em especial o Partido dos Trabalhadores, do Brasil, e Partido Comunista de Cuba, na fundação do Foro de São Paulo (FSP) –, seu histórico de relações internacionais, suas ideias sobre a América Latina e a união e integração dos povos e países da região, suas relações com o pensamento latino-americanista.

2.1 A “grande família” e os “núcleos familiares” de partidos de esquerda

Em primeiro lugar é preciso definir o que se entende por “esquerda” enquanto “área ideológica mais ampla” e os motivos para a seleção dos partidos estudados neste capítulo. Do Brasil são estudados o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)/Partido Pátria Livre (PPL), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). E de Cuba, o Partido Comunista de Cuba (PCC).

Adota-se a tipologia elaborada por Daniele Caramani, autor que agrupou os partidos políticos em “ideological areas in general (left, centre and right)”²⁶ e em “famílias” ideológicas. Além de Caramani classificar os partidos em “áreas ideológicas” – esquerda, centro e direita – o autor definiu tipos de partidos de esquerda como “partidos socialistas”, “partidos social-democratas”, “partidos trabalhistas”, “partidos comunistas”, etc. Essas são as famílias, que fazem parte de uma “broader ideological area” da esquerda (CARAMANI, 1998, pp. 499-506).

²⁶ Caramani (1998) define “áreas ideológicas em geral” as áreas: esquerda, centro e direita. Em outra ocasião utiliza o termo “broader ideological areas” (áreas ideológicas mais amplas).

Adaptando a classificação de Caramani, denominamos a “área ideológica mais ampla” como uma “grande família”, na qual as “famílias” seriam “núcleos familiares”. Outro autor que estuda os partidos latino-americanos, Manuel Alcántara Sáez, admite que é possível classificar dessa maneira – esquerda, centro e direita – os partidos da região e vê:

[...] un enorme grado de coherencia por cuanto que se registra una alta relación y asociación entre los principios programáticos y la ubicación ideológica. La sólida propuesta de clasificar a los partidos latinoamericanos en las tres categorías denominadas “partidos a la derecha”, “partidos centristas” y “partidos a la izquierda” (ALCÁNTARA SÁEZ, 2004, p. 23).

O Foro de São Paulo, nesta pesquisa, é tratado como a “grande família” da esquerda latino-americana, pois reúne partidos da “área ideológica mais ampla” da esquerda.

Antes de estudar os casos de partidos de Brasil e Cuba é necessário justificar o recorte feito. Ao selecionar Brasil e Cuba, e sete partidos brasileiros e um partido cubano, a opção foi baseada nos próprios limites da pesquisa em se estudar dezenas de partidos de mais de 20 países. Ademais, os principais partidos da história do Foro de São Paulo, são o PT, do Brasil e o PCC de Cuba.

Os oito partidos estudados são classificados no campo ideológico da “esquerda”, sendo o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista de Cuba (PCC) caracterizados como “partido comunista”, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) um “partido trabalhista”, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS) como partidos políticos do tipo “partido socialista democrático”, e o Partido Pátria Livre (PPL), sucessor do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) no FSP, como “partido nacionalista”. O critério básico para a definição do “núcleo familiar” de cada partido foi a autoclassificação, presente nos documentos partidários e no tipo de associação a organizações internacionalistas.

Outro critério utilizado para selecionar os partidos foi a participação deles na fundação do Foro de São Paulo, em julho de 1990. O único partido que não consta da lista dos 48 fundadores é o então MR-8 (hoje PPL) do Brasil. O PPS do Brasil, sucessor do PCB, que depois foi reorganizado, não existia em 1990, pois foi criado em 1992.

Um terceiro critério e o mais importante deles para a escolha dos dois países: os partidos de Brasil e Cuba²⁷ são os idealizadores e estão entre os fundadores protagonistas do FSP. Entretanto, pela realidade do quadro partidário plural do Brasil e para auxiliar na exposição das origens e desenvolvimento dos “núcleos familiares” da esquerda latino-americana, opta-se por estudar outros partidos do Brasil, além do PT.

Ainda foram considerados dois critérios, não para a inclusão do partido na análise, mas para selecionar entre os partidos brasileiros os mais relevantes e com participação mais ativa no FSP, a fim de desenvolver mais o estudo desses casos. Um deles foi um critério de relevância: a expressão eleitoral, a presença em parlamentos e governos e em movimentos sindicais e sociais. Os partidos brasileiros que são mais detidamente analisados têm expressão eleitoral para se fazer presentes com deputados e senadores no Congresso Nacional, estão (ou estiveram) à frente de ministérios, governos estaduais e/ou municipais importantes e participam com influência destacada de relevantes centrais sindicais e movimentos sociais. O outro critério foi o de uma participação ativa nas atividades e Encontros do FSP nos últimos cinco anos, de 2010 a 2015.

Conforme o teórico italiano Antonio Gramsci, se um partido é relevante, escrever a história de um partido é como escrever a história geral do país correspondente “a partir de um ponto de vista monográfico”²⁸. Segundo Gramsci, nos *Quaderni del carcere*: “Um partito avrà avuto maggiore o minore significato e peso, nella misura appunto in cui la sua particolare attività avrà pesato più o meno nella determinazione della storia di un paese” (GRAMSCI apud CENTRO GRAMSCI, 2008, p. 196).

O Partido Comunista de Cuba (PCC) foi o partido fundado com esse nome em 1965, fruto da união de três forças políticas revolucionárias que, unidas, lideraram a Revolução Cubana de 1959, como se verá na seção 2.2.2.

2.2 A política internacionalista dos partidos do Foro de São Paulo

Ao estudar a política internacional e as relações internacionais de partidos de esquerda do Brasil e de Cuba, o objetivo dessa dissertação é compreender o histórico do

²⁷ O PT e o PCC foram os partidos que idealizaram o primeiro encontro que deu origem ao Foro de São Paulo, como se verá no capítulo 3 da dissertação.

²⁸ Tradução do italiano, GRAMSCI apud CENTRO GRAMSCI, 2008, p.196.

internacionalismo de esquerda, prévio e contemporâneo ao Foro de São Paulo. Na medida em que se conhece, mesmo que em linhas gerais, as ligações internacionais desses partidos e as principais ideias que orientaram (e orientam) as suas relações internacionais, também são conhecidas as organizações e articulações internacionais anteriores ao surgimento do Foro de São Paulo e as que permanecem convivendo, e, de alguma forma relacionando-se, com o FSP no período de 1990 a 2015.

Assim, neste capítulo se estuda as relações e as filiações internacionais dos partidos brasileiros – e de formações políticas e sociais que os antecederam – e do PC de Cuba às organizações latino-americanas e mundiais de partidos políticos de esquerda e da classe trabalhadora dos últimos 150 anos, desde o final do século XIX até 2015, sendo o marco inicial a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. A importância desse estudo é contextualizar historicamente o surgimento do Foro de São Paulo e fazer uma comparação das características do FSP com as demais organizações internacionais da “grande família” da esquerda latino-americana e mundial²⁹.

Historicamente na América Latina e no Caribe o internacionalismo possui uma singularidade. Na região, desde o início do século XIX há uma luta de ideias e política entre o “latino-americanismo”³⁰ e o “pan-americanismo”, correntes de pensamento que têm estratégias políticas internacionais antagônicas de integração para a região. O pensamento político sobre as relações interamericanas é caracterizado por essa contenda.

Simon Bolívar é um dos precursores do latino-americanismo. Um dos marcos políticos dessa época foi o Congresso Anfictiônico do Panamá, em 1826. Quase 200 anos depois, na fundação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), a Declaração de Caracas, firmada pelos chefes de estado e de governo, resgata o pensamento dos Libertadores da América e afirma a necessidade da América Latina e do Caribe avançarem no processo de integração política, econômica, social e cultural.

O pan-americanismo é o pensamento que propõe aos países americanos uma integração subordinada aos Estados Unidos da América (EUA). Um marco desse pensamento político foi a chamada *Doutrina Monroe*, lançada pelo presidente James Monroe em 1823 em uma mensagem ao parlamento estadunidense. Segundo essa doutrina, da *América para os*

²⁹ No Capítulo 4 desta dissertação volta-se a discutir esse assunto. Nessa seção são abordadas as relações do Foro de São Paulo com as atuais organizações regionais e mundiais.

³⁰ O tema do latino-americanismo e as relações entre nacionalismo, regionalismo e internacionalismo serão apresentadas sucintamente na seção 4.2 do Capítulo 4 da dissertação.

americanos, o *destino manifesto* dos EUA seria integrar, via anexação formal e/ou dominação política, o território das Américas.

A potência da época – a Inglaterra – e também os EUA temiam que os povos da América espanhola se integrassem em confederação de repúblicas, porque tal fato produziria uma mudança geopolítica significativa e poderia alterar a balança de poder no mundo. No entanto, o projeto de “Pátria Grande” dos Libertadores foi derrotado e a América espanhola se dividiu em várias repúblicas formalmente independentes, mas dominadas pelo hegemonismo estadunidense.

Em 1889-1890 foi realizada em Washington a Conferência Internacional das Repúblicas Americanas, transformada depois em União Pan-Americana. Posteriormente há um período de hegemonia pan-americanista ainda maior, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, com a criação de instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse período, depois da proclamação do caráter socialista da Revolução Cubana, a maior das ilhas do Caribe foi expulsa da OEA.

O Foro de São Paulo (FSP) foi fundado como uma organização de partidos de esquerda, contemporânea, que reivindica, resgata e desenvolve as ideias “latino-americanistas”. É um espaço latino-americanista de encontro, intercâmbio, cooperação e unidade de ação de partidos e movimentos políticos de esquerda da América Latina e Caribe.

Mesmo composto por partidos e movimentos políticos com uma grande diversidade ideológica e programática, com estratégias e táticas diferenciadas e tendo passado por vários momentos de tensão e conflito interno, o Foro de São Paulo ao longo dos anos foi construindo um pensamento consensual e comum sobre a importância da luta anti-imperialista e em defesa de projetos nacionais de autonomia e da integração solidária dos países latino-americanos e caribenhos.

Na Declaração Final de seu I Encontro, praticamente o seu documento fundacional, de julho de 1990, conhecida como *Declaração de São Paulo*, o Foro³¹, ao criticar a proposta pan-americanista do então presidente dos EUA, de “integração americana” subordinada, afirmou que “essas propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social da nossa região e combinam-se com a restrição de nossas soberanias nacionais [...] elas, na verdade, visam impedir uma integração autônoma da nossa América Latina dirigida a

³¹ Na verdade, o Foro de São Paulo ainda não havia recebido essa denominação, o que só veio a ocorrer entre o primeiro e o segundo Encontro, em 1991. O nome inicial do Foro, com o qual foi feita a primeira convocatória, era *Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe* (REGALADO, 2008a, p. 56-59).

satisfazer as suas mais vitais necessidades” (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 14). A mesma *Declaração de São Paulo* define:

[...] em contraposição com a proposta de integração sob o domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa pela reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e de nossas nações, pela recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacional de nossos povos (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 14).

A posição latino-americanista foi assumida pelo Foro de São Paulo desde os seus primeiros Encontros e resoluções. Entre 1990 e 2015, o FSP recupera o pensamento dos próceres da luta pela independência e pela integração da América espanhola, destacadamente Simon Bolívar e de outros pensadores que depois desenvolveram essas ideias durante os séculos XIX e XX. Assim, o Foro de São Paulo se considera herdeiro e continuador, mediante atualização, das ideias latino-americanistas.

2.2.1 A política internacionalista dos partidos brasileiros

“...Brasil. Éste es el país llamado a constituir el eje de la liberación o la servidumbre de toda America Latina”

Las venas abiertas de America Latina, Eduardo Galeano

A partir da gênese histórica, da trajetória das ligações internacionais dos partidos brasileiros do Foro de São Paulo e de suas diretrizes ideológicas e programáticas, analisa-se de forma comparada a política de relações exteriores, os laços com organizações internacionais de cada um dos partidos e suas relações com o pensamento e a política latino-americanista.

Para isso estudam-se as relações internacionais de partidos de esquerda brasileiros da atualidade, analisando o histórico de relacionamento internacional de cada partido; as grandes linhas ideológicas e programáticas desses partidos, especialmente no tocante aos temas internacionais, e, as ligações desses partidos com as organizações internacionalistas na atualidade.

Não obstante certa identidade política que posiciona historicamente os partidos estudados no campo da esquerda brasileira, latino-americana e mundial, entre eles há importante diversidade ideológica e de relações internacionais e diferenças de posicionamento político. Desdobramentos políticos recentes, desde 2013, afastaram o PSB do campo da esquerda e o aproximaram do PPS, que há mais tempo, desde meados dos anos 2000, já havia se aliado nacionalmente a partidos à direita como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Ou seja, há “núcleos familiares” de partidos diferentes que são, ideológica e programaticamente, distintos entre si. Mesmo entre os partidos de uma mesma “família”, a do “socialismo democrático”, atualmente há diferenças políticas enormes entre o PT, mais à esquerda, o PSB e o PPS. Da mesma maneira divergem os partidos brasileiros de tipo “partido comunista”: o PCdoB na atualidade mantém-se em aliança com o PT; já o PCB, na presente década, tem se aproximado das posições de ultra-esquerda.

As relações internacionais atuais dos partidos brasileiros são estudadas de forma comparada, a partir dos seguintes elementos:

- a) a história do partido e as ligações internacionais quando da sua gênese e nas fases seguintes, até a redemocratização dos anos 1980 no Brasil;
- b) as linhas ideológicas e programáticas fundamentais, a partir do estudo de documentos fundacionais e de resoluções congressuais mais recentes;
- c) as diretrizes da política internacional do partido e, especificamente, sobre a união e integração dos povos e países da América Latina;
- d) os vínculos dos partidos com organizações internacionais (regionais e mundiais) de 1990 até 2015.

A literatura estudada para esse capítulo inclui, além de clássicos sobre os partidos políticos, documentos e resoluções dos partidos e das organizações internacionais, artigos e livros sobre o desenvolvimento histórico dos partidos de esquerda brasileiros e de Cuba e seus laços internacionais.

Analisa-se as relações dos partidos com as “Internacionais” partidárias e se essas relações permitem desenvolver algumas generalizações sobre a influência dessas articulações internacionais na orientação político-ideológica dos partidos estudados, em sua formação, durante sua trajetória e na presente situação. Além disso, questiona-se se é possível sistematizar

algumas características comuns ao desenvolvimento histórico e as características das próprias organizações partidárias internacionais da atualidade, entre elas o Foro de São Paulo³².

2.2.1.1 Antecedentes históricos dos partidos brasileiros, ou a “pré-história” desses partidos

Os trabalhadores brasileiros, em especial, os operários, são os protagonistas dos movimentos sindicais e também das organizações políticas de esquerda no final do século XIX e início do século XX. Durante esse período, os partidos e movimentos políticos operários organizaram-se também em nível internacional.

Durante o período da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como I Internacional, de 1864 a 1876, não há movimento social-democrata (o nome utilizado pelos socialistas de então) organizado no Brasil que tenha feito contato para ingressar na AIT.

Um congresso realizado em Paris, em 1889, fundou a II Internacional com delegados de 19 países, no qual já se configurava uma plena hegemonia das ideias marxistas. Em outro congresso, de 1896, os anarquistas, que disputavam opiniões com os marxistas, foram expulsos a partir da aprovação de proposta do alemão Wilhelm Liebknecht.

No mesmo período, no Brasil da Primeira República, um “Partido Operário Brasileiro”, de sigla “POB”, foi fundado em 1892 no 1º Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, tomando como modelo o Partido Operário Social-Democrata Alemão (POSDA). Formado por operários, entre eles imigrantes alemães, o POB pede a Wilhelm Liebknecht, pai de Karl Liebknecht – futuro líder, junto com Rosa Luxemburgo, dos comunistas “espartaquistas” alemães –, para que seja o seu representante no Congresso Socialista Internacional de Zurique, realizado de 9 a 13 de agosto de 1893.

F. Engels trocou cartas com K. Kaustky em 1893 nas quais comentou com ceticismo as publicações socialistas no Brasil. Os imigrantes alemães que viviam no Brasil enviaram um relatório para o Congresso Socialista Internacional de Londres, em 1896, no qual reconheceram

³² No Capítulo 4 discute-se essas questões, particularmente as características das atuais articulações internacionais em comparação com o FSP.

que o movimento socialista ainda estava “numa situação embrionária” no Brasil. (CANALE, 2013, p. 83-89)

Kjeld Jakobsen examina as características da II Internacional:

Apesar desta ascensão do socialismo e dos ideais internacionalistas, havia muitas diferenças entre a realidade dos diferentes partidos, devido às diferenças na evolução do capitalismo em cada país e, conseqüentemente, na formação da classe trabalhadora, nas práticas democráticas e nas tendências partidárias, o que tornou difícil para a II Internacional funcionar de fato como um Partido Socialista Internacional. Ela se assemelhava mais a uma federação de partidos e na prática funcionava a partir da experiência nacional de cada partido (JAKOBSEN, 2009, p. 11).

Em outra tentativa de organizar um partido socialista no Brasil, um “Partido Socialista Brasileiro”, sigla “PSB”, foi fundado em São Paulo, em 1902, no 2º Congresso Operário Socialista, com importante presença de imigrantes italianos. O jornal do partido social-democrata alemão, *Die Neue Ziet*, relatou o ecletismo das ideias discutidas no congresso dos socialistas brasileiros e que as atas foram publicadas em cinco línguas: português, italiano, espanhol, alemão e francês (CANALE, 2013).

O autor Dario Canale analisa a relação dessas primeiras tentativas de formar um partido operário no Brasil com a II Internacional:

A identificação automática de tais organizações com a Segunda Internacional era uma consequência do fato de que os imigrantes socialistas europeus predominavam nelas, tendo havido uma liderança alemã em 1892, e uma italiana em 1902. Os contatos com a Segunda Internacional davam-se, sobretudo, através desses grupos de imigrantes, pois as tentativas de criar uma seção nacional brasileira não vingavam. Mesmo assim, contrariamente à opinião de vários autores, um movimento socialista existia e continuou existindo no Brasil desde o começo da Primeira República, apesar de não ter criado organizações nacionais estáveis (CANALE, 2013, p.85-86).

Os movimentos anarco-sindicalistas e o sindicalismo católico também estavam entre as correntes ideológicas que atuavam entre os trabalhadores brasileiros. O movimento anarquista, em particular, foi a corrente hegemônica no 1º Congresso Operário Brasileiro (COB), em 1906, e teria influência decisiva nas duas primeiras décadas do século XX.

Os anarquistas chegaram a criar um “Partido Comunista do Brasil (libertário)”, de sigla “PC do B”, em 1919, mas que não tinha relação com nenhuma organização internacional. Sobre esse agrupamento, Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil

(PCB) em 1922, esclarece que “tratava-se de uma organização tipicamente anarquista, e a sua denominação ‘Partido Comunista’ era um puro reflexo, nos meios operários brasileiros, da poderosa influência da revolução proletária na Rússia” (CANALE, 2013, p.152).

Em meio a sérias divergências entre reformistas e marxistas revolucionários e em plena Primeira Guerra Mundial, a II Internacional deixou de existir em 1916. As duas correntes voltaram a se organizar internacionalmente. Primeiro os marxistas, na III Internacional criada em 1919, logo depois da Revolução Soviética de 1917. Depois os socialistas reformistas em 1923, com a união de duas articulações internacionais, formando a Internacional Trabalhista e Socialista, que duraria até 1940.

Como se pode observar, geralmente os períodos de grandes crises do capitalismo e os períodos de grandes conflitos bélicos mundiais que os seguem, marcam a extinção de organizações internacionais e o surgimento de novas. Assim ocorreu, por exemplo, na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Os partidos socialistas reformistas e os social-democratas, sob a consigna do “socialismo democrático”, fizeram um congresso em Frankfurt, na Alemanha, em 1951, para refundar a Internacional Socialista (IS), como continuadora da II Internacional. A sede passou a ser em Londres, sob os auspícios do Partido Trabalhista inglês. Segundo Jakobsen, a IS criada era “uma instância de coordenação política e troca de informações entre os partidos social-democratas da Europa”³³.

Os trabalhistas ingleses e os social-democratas da Escandinávia escreveram o documento de princípios aprovado pela nova IS, com o título de *Objetivos e Tarefas do Socialismo Democrático*, “a rigor uma declaração ideológica” (JAKOBSEN, 2009, p.48).

Os acontecimentos históricos relatados e discutidos acima auxiliam o entendimento do contexto em que nascem os primeiros partidos de esquerda (e com base operária) brasileiros analisados neste capítulo. Ao analisar particularmente o histórico de relações internacionais de cada partido brasileiro e depois do PC de Cuba, dá-se continuidade, em linhas gerais, à caracterização e à cronologia das várias organizações internacionais dos partidos de esquerda.

2.2.1.2 Partido Comunista do Brasil

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922, a partir da união de grupos comunistas constituídos anteriormente em várias cidades brasileiras. Muitos dos fundadores

³³ JAKOBSEN, 2009, p. 48.

eram oriundos do anarquismo. O partido nasceu da interação de forças internas e externas, do amadurecimento relativo da consciência de classe em lideranças operárias, da aproximação dessas lideranças ao marxismo, da influência da Revolução de 1917 na Rússia e da posterior interação com a III Internacional a partir da criação desta, em 1919.

Com um estatuto inspirado no Partido Comunista da Argentina cria-se, em março de 1922, uma sociedade civil de nome estatutário “Centro do Partido Comunista do Brasil”, que será chamada “Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista”. Entre as finalidades do partido está a de “promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores” (CARONE, 1982, p. 23).

Abílio de Nequete, eleito secretário-geral do partido na fundação, também representava no congresso o “Bureau da Internacional Comunista na América do Sul” e o Partido Comunista do Uruguai. Logo depois seria sucedido na Secretaria-geral por Astrojildo Pereira, o principal dirigente comunista desse período.

As relações internacionais eram restritas aos partidos comunistas e às “organizações proletárias” vinculadas a estes, como as sindicais e juvenis. O congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, de 23 a 27 de março de 1922, aprovou as 21 condições de ingresso à Internacional Comunista (IC), ou III Internacional, e “saúda efusiva e fraternalmente a família comunista mundial e sua gloriosa vanguarda, a Internacional Comunista” (CARONE, 1982, p. 21-26).

Em outra mensagem, o congresso saudou o Bureau da Internacional Comunista para a América do Sul, formada pelos partidos comunistas da Argentina, do Chile e do Uruguai. No Estatuto, entre as responsabilidades da Comissão Central Executiva, estava o encarregado do “Serviço de secretaria internacional”, cujo papel era manter “relações contínuas com o Comitê Executivo da Internacional Comunista e com os Partidos Comunistas de outros países”, e organizar “um serviço metódico de informações sobre o movimento comunista internacional” (CARONE, 1982, p. 21-26).

Em 1924, após um período de observação, o Partido Comunista do Brasil (PCB) é finalmente aceito na III Internacional ou Comintern, sigla baseada na abreviação em russo. De 1924 a 1943, o Partido Comunista do Brasil constituiu-se numa seção do “partido mundial” dos comunistas, o Comintern. Em política internacional, o partido brasileiro deveria seguir as decisões da Internacional Comunista no Brasil. O brasileiro Astrojildo Pereira foi eleito em 1926 para a Comissão Executiva da IC e Luís Carlos Prestes foi eleito em 1935 para a mesma função.

No VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, alterou-se a orientação para o movimento comunista e a política de frente única contra o fascismo foi aprovada, substituindo a política anterior, do VI Congresso realizado em 1928, de “classe contra classe”, o que motivou sectarismos e retrocessos dos partidos comunistas, inclusive do Partido Comunista do Brasil, que sofreu com a influência *obreirista*.

O VII Congresso da IC já antecipava a ideia que basearia a própria dissolução da IC, qual seja, a orientação para que o Comitê Executivo da IC considerasse as realidades nacionais em suas particularidades concretas e evitasse “imiscuir-se nos assuntos orgânicos internos dos partidos comunistas” (CLAUDIN, 2013, p. 41).

Em 1943, a Internacional Comunista foi dissolvida. Os partidos comunistas perderam, então, a condição de “seções” da IC e passaram a ser partidos nacionais, independentes. O texto da resolução do Presidium da IC defendia o “papel histórico da Internacional Comunista” e justificava as razões da dissolução. O autor Fernando Claudín analisa essas razões:

Mas já muito antes da guerra era cada vez mais patente que, à medida que se complicava a situação de cada país, tanto interna quanto externamente, a solução dos problemas do movimento operário de cada país a partir de qualquer centro internacional encontraria dificuldades insuperáveis. A profunda diversidade dos caminhos históricos do desenvolvimento dos diferentes países do mundo, o caráter distinto e até contraditório de seus regimes sociais, a diferença de nível e ritmo de seu desenvolvimento social e político e, finalmente, a diversidade do grau de consciência e de organização dos operários impuseram também tarefas diferentes à classe operária dos distintos países. [...] a forma de organização [...] escolhida no primeiro congresso da IC, era uma forma que correspondia às necessidades do período inicial do renascimento do movimento operário, a qual ia caducando à medida que esse movimento se desenvolvia e se desenvolvia a complexidade de suas tarefas nos diferentes países, chegando até a ser um obstáculo para o fortalecimento ulterior dos partidos operários nacionais (CLAUDIN, 2013, p.41).

Poucos anos antes, como consequência das divergências e dos conflitos internos no Partido Comunista da União Soviética e no movimento comunista internacional, uma corrente mundial liderada por Leon Trotsky criou em 1938, na França, a IV Internacional, que mantém o caráter de partido mundial da III Internacional, da qual advém. Também no Partido Comunista do Brasil lideranças e militantes da corrente trotskista, como Mário Pedrosa, romperam com o PCB no final dos anos 1920 e início dos anos 1930.

O período do pós-guerra é de grande crescimento dos partidos comunistas em muitos países do mundo e também na América Latina e no Brasil, *pari passu* com o aumento do

prestígio da União Soviética pelo seu papel decisivo na derrota do nazi-fascismo. Os PCs latino-americanos:

[...] em 1939, tinham 90 mil membros [todos somados]. Em 1947, esse contingente salta para meio milhão, destacando-se os partidos brasileiro, chileno e cubano, que, entre 1945 e 1947, tinham, aproximada e respectivamente, 200 mil, 60 mil e 40 mil militantes (CLAUDIN, 2013, p.382).

O Partido Comunista do Brasil nos anos 1940 disputava com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a hegemonia no movimento sindical. Nas eleições de 1945, o PCB elegeu uma bancada importante de deputados e senadores, liderados por Luís Carlos Prestes, seu Secretário-Geral, maior liderança popular de esquerda do período.

Em setembro de 1947, foi criado o Centro de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform). Os partidos da América Latina não participaram da reunião que criou o Cominform, formado pelos partidos da União Soviética e por outros partidos do Leste Europeu, da França e da Itália. Em termos internacionais, o movimento comunista continuava sendo eurocentrista, tendo por centro a União Soviética e a Europa.

O Cominform existiu até 1956, quando também foi dissolvido. De toda forma, para Fernando Claudin, depois da dissolução da IC em 1943, “o papel do Comitê Executivo da IC [...] passava a ser desempenhado diretamente, ainda que não abertamente, pelo birô político do partido soviético” (CLAUDIN, 2013, p.61).

Depois ainda ocorreram algumas Conferências mundiais de partidos comunistas, convocadas pelo PC da URSS. No entanto, as vitórias das revoluções chinesa, coreana e cubana, e, o estabelecimento das democracias populares na Europa, seguidas pela libertação definitiva do sul do Vietnã, criaram um “campo socialista” a partir dos anos 1950. A complexidade nas relações entre os novos estados socialistas, inclusive com contradições e conflitos importantes – um problema inédito para os partidos comunistas –, gerou uma nova situação que teria grandes repercussões nas relações internas da “família”.

Os comunistas brasileiros encontram-se divididos, nos anos 1950 e 1960, envolvidos em um debate sobre a estratégia da revolução brasileira. As divisões no movimento comunista internacional, paulatinamente também começaram a aparecer e, de forma objetiva, outros partidos que dirigiram revoluções e guerras de libertação nacional vitoriosas, passaram a exercer liderança própria em âmbito regional e mundial e a disputar com o PC da URSS esse

papel, principalmente o PC da China e, em menor medida, o PC de Cuba e o Partido do Trabalho da Albânia.

Em 1962, uma minoria do Partido Comunista do Brasil (PCB), liderada por importantes quadros da direção partidária, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, diante da mudança de nome do partido para Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de alterações no Programa e no Estatuto, aprovadas sem a realização de um congresso partidário – e diante de enormes divergências com a maioria – decidiram reorganizar o Partido Comunista do Brasil, agora com a sigla PCdoB. O partido que foi reorganizado, agora PCdoB, estabeleceu relações prioritárias com o PC de Cuba, inicialmente, depois com o PC da China e, mais à frente, com o Partido do Trabalho da Albânia (RUY e BUONICORE, 2010, p. 109-115).

O Comitê Central do PCdoB, em um documento de junho de 1966, no qual abordou o tema da América Latina, propôs “contribuir para a união dos povos latino-americanos na luta contra os monopólios ianques” e “defender as conquistas da Revolução Cubana em face das ameaças” do governo dos EUA (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2000, p. 95).

Após a redemocratização e a legalização dos partidos comunistas no Brasil – que ocorreu em 1985 –, no final da década de 1980 e nos anos 1990 o PCdoB já superava o PCB em termos de força partidária e expressão eleitoral. Com a transformação do PCB em Partido Popular Socialista (PPS), em 1992, desapareceu a concorrência real e os comunistas do PCdoB iniciaram uma nova fase de consolidação enquanto principal – pela pouca expressividade dos demais – partido comunista no Brasil.

No ano de 1992, após o 8º Congresso do PCdoB, houve uma reorientação da política internacional do PCdoB, liderada por João Amazonas, presidente nacional do PCdoB até 2001, e por Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB de 2001 a 2015. Nesse período, durante a maior parte do tempo, José Reinaldo Carvalho foi Secretário de Relações Internacionais. A partir de 1992 a ação internacionalista do PCdoB muda de qualidade. Desde 1992

[...] a atividade internacionalista do Partido entra em nova fase, adquirindo cada vez mais densidade teórica e política, e estabelecendo amplas e variadas relações com forças políticas comunistas, revolucionárias, progressistas e a anti-imperialistas. O PCdoB tem hoje amplas relações com mais de 180 partidos [...] de mais de 100 países, de todos os continentes (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2012, p. 147-148).

Em um *Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho*, assinado no final de 1999 por movimentos sociais, artistas e intelectuais e pelos partidos PT, PCdoB, PDT, PSB

e PCB, argumentou-se em favor do “desenvolvimento integrado da América Latina” e do “fortalecimento do Mercosul como um dos instrumentos de resistência à (Alca) e à hegemonia norte-americana” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2000, p. 505).

Em seu *Programa Socialista para o Brasil*, aprovado pelo 12º Congresso do partido em 2005, o PCdoB defendeu o “desenvolvimento nacional associado aos seus vizinhos sul e latino-americanos, que abra perspectiva para uma nova formação política, econômica e social avançada em todo o continente” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2009, p. 62).

No mesmo Programa, em um item denominado “Soberania nacional e integração solidária”, o partido defendeu a “integração solidária da América do Sul” e foi feita a proposta de:

[...] fortalecer a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Dinamizar e ampliar o Mercosul, reforçando seu caráter de união aduaneira e mercado interno comum, e dando-lhe maior institucionalidade, com o fortalecimento do Parlasul [Parlamento do Mercosul] e outros entes (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2009, p. 66).

As prioridades atuais da atuação internacional do PCdoB são o Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO) e o Foro de São Paulo. O EIPCO existe desde 1999, quando foi realizado em Atenas, na Grécia. Daí em diante é um encontro anual de partidos comunistas.

O PCdoB foi o organizador e anfitrião do 10º EIPCO em 2008, quando participaram 65 partidos de todos os continentes. Em 2012, o PCdoB participou de um Encontro de Partidos Comunistas latino-americanos e caribenhos, no Equador, que aprovou a Declaração de Guayaquil.

O partido também considera o Foro de São Paulo o “principal espaço de reunião da esquerda latino-americana e caribenha”, e faz parte, juntamente com o PT, do Grupo de Trabalho, instância coordenadora do Foro de São Paulo.

2.2.1.3 Partido Comunista Brasileiro e Partido Popular Socialista

O histórico das relações internacionais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) é o mesmo descrito acima, quando de 1922 a agosto de 1961 existiu o Partido Comunista do Brasil (PCB). Após essa cisão dos comunistas brasileiros, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), herdou a grande maioria da militância, inclusive das bases operárias e sindicais e a influência na intelectualidade. Até a dissolução da União Soviética, o PCB continuou com a política de relações prioritárias com o PC da URSS.

Secco (2006, p. 144) afirma que ainda “sob a liderança do deputado federal Roberto Freire, o PCB se adaptou pela última vez às influências soviéticas, agora sob o primado da perestroika (reconstrução) da glasnost (abertura), colimando um *novo socialismo* e abandonando a filosofia marxista como guia do partido”.

Logo após o fim da URSS, o PCB realizou um congresso em 1992 e abandonou formalmente o marxismo-leninismo, convertendo-se em Partido Popular Socialista (PPS), partido que progressivamente se afastou das posições de esquerda. Os remanescentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um pequeno grupo, reorganizou o PCB, em um processo que foi intitulado “reconstrução revolucionária”, com registro legal como partido, mas muito pouco expressivo no cenário político brasileiro.

O PPS se declara um partido da “esquerda democrática”, “sucessor do Partido Comunista Brasileiro” e “humanista, socialista e ambientalista”. Porém, segundo Roberto Amaral (2015), “é um partido que nasceu para destruir outro e vem militando na direita”. De fato, o PPS vem mantendo uma política de alianças prioritariamente com o PSDB e outras forças políticas e sociais conservadoras.

Herdeiro da cadeira do PCB no Foro de São Paulo, o PPS deixou de participar ativamente do FSP desde o início dos anos 2000, mas não solicitou desligamento e continua atualmente na lista de membros brasileiros do FSP.

O PCB na atualidade tem uma política nacional de alianças com a ultra-esquerda, particularmente setores do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), formados por tendências variadas, muitas delas vinculadas às variantes que se reivindicam sucessoras da IV Internacional trotskista. Sobre os governos Lula e Dilma, o PCB afirmou que nesse tipo de governo, “do PT e seus aliados avança a política de conciliação com o capital e traição à classe trabalhadora, compondo o pacto com a alta burguesia”³⁴.

³⁴ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2015.

O PCB também é membro do EIPCO e, no movimento comunista internacional, tem se aproximado das posições teóricas e políticas do Partido Comunista da Grécia e do Partido Comunista do México – com os quais, entre outros, edita a *Revista Comunista Internacional*, e propõe a formação de um bloco de partidos “anticapitalista e anti-imperialista” (PCB, 2015).

Sobre o Foro de São Paulo, do qual também é membro, o PCB afirma que a hegemonia no Foro é de partidos “social-democratas e social-liberais”, mas continua como membro, ainda que pouco ativo.

Umberto Cerroni, analisando o partido de tipo “moderno Príncipe gramsciano”, define os partidos denominados por ele de “servo estúpido” e de tipo “Dom Quixote iludido”.³⁵ (CERRONI, 1982, p. 53). No caso do Brasil, o PPS se assemelha ao partido de tipo “servo estúpido”, ou transformista, que serve aos interesses das classes dominantes, que cooptam seus intelectuais orgânicos. E o PCB na atualidade se assemelha ao partido de tipo “Dom Quixote iludido”, por sua atual política sectária e voluntarista.

2.2.1.4 Partido Democrático Trabalhista

O PDT nasceu em 1980, depois de Leonel Brizola e os demais fundadores perderem o nome “Partido Trabalhista Brasileiro” e a sigla “PTB” para o grupo de Ivete Vargas. O PTB criado por Ivete Vargas muito pouco ou nada tem a ver com o anterior, sendo de fato o PDT o herdeiro das tradições trabalhistas, em especial dos líderes mais à esquerda, como o próprio Brizola.

As ligações internacionais dos trabalhistas no Brasil remontam a 1928, quando surge no Rio de Janeiro um Partido Trabalhista do Brasil, de sigla “PT do B”, que tentou fazer contato com a Internacional Operária Socialista – ou Internacional Trabalhista e Socialista, como também é conhecida no Brasil, de acordo com outra tradução –, herdeira da II Internacional. Canale (2013, p.89) relata que “o modelo escolhido não era a socialdemocracia alemã, nem a francesa, nem a italiana, mas o Labour Party britânico. Apesar de feito o pedido de ingresso, ao final, a adesão não chegou a ser concretizada”.

³⁵ Na seção 1.1.3 do Capítulo 1 da dissertação, discute-se as ideias de Cerroni sobre esses tipos de tipos de partido, e sobre o conceito gramsciano de “transformismo”.

Getúlio Vargas “já pensava em fundar um Partido Trabalhista desde às vésperas do Estado Novo”, mas até pelo fato de no período ditatorial varguista os partidos serem proibidos, o Partido Trabalhista Brasileiro somente foi criado com a redemocratização, em 1945. Seu ideólogo, o senador gaúcho Alberto Pasqualini, defendia “um socialismo do tipo trabalhismo inglês e não as outras formas de socialismo”. A fundação partidária do PDT atualmente denomina-se Fundação Alberto Pasqualini-Leonel Brizola, em homenagem ao maior ideólogo do trabalhismo no Brasil, Alberto Pasqualini, e seu maior líder recente, Leonel Brizola.

Na verdade, desde a origem, o trabalhismo brasileiro não se reivindicava socialista, era um “reformismo social democratizante” de caráter nacionalista, que unia desde os trabalhadores sob influência do sindicalismo getulista até setores da burguesia nacional. Os setores socialistas eram minoritários e seus líderes eram parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista” (CHACON, 1981, pp. 175-177). A política internacional do PTB defendia a solidariedade aos povos, sobretudo do continente latino-americano e a “abstenção de qualquer ingerência estrangeira” (CHACON, 1981, p.432), como afirma o Programa de PTB.

Mesmo com a identidade ideológica e a simpatia do PTB com o trabalhismo inglês, esse partido, até ser proscrito pelo regime militar instalado em 1964, não se associou à Internacional Socialista sediada em Londres, inclusive porque esta estava voltada sobretudo para os países europeus.

Dario Canale relata que até a década de 1980 nenhum partido brasileiro fez parte da Internacional Operária Socialista, a IOS (ou Internacional Trabalhista e Socialista, de acordo com outra tradução), que funcionou até 1940, ou da herdeira Internacional Socialista (IS), criada em 1951:

Até a reunião do Comitê Latino-Americano da Internacional Socialista (continuadora da IOS), realizada em agosto de 1983 no Rio de Janeiro, nenhuma organização brasileira havia formado organicamente nas várias reedições da Segunda Internacional.

Em outubro de 1984, realizou-se no Rio de Janeiro uma reunião ampliada do Bureau da Internacional Socialista, tendo entre seus promotores o governador do estado do Rio de Janeiro, L. de M. Brizola (CANALE, 2013, p. 89).

Leonel Brizola defendeu no Jornal do Brasil, em 30 de janeiro de 1979, que “a ideia de ressurgimento do PTB é a mais ajustada à realidade brasileira, porque o povo necessita de um grande partido popular pluralista”, ou seja, os partidos de classe seriam insuficientes para o “encaminhamento de soluções para o povo” (CARONE, v. 3, p. 308).

Em junho de 1979, Brizola liderou uma reunião em Lisboa que decidiu reorganizar o PTB. A Carta de Lisboa afirmava que “a proposta do novo Partido Trabalhista [...] tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados”, defendeu um “Partido Popular, Nacional e Democrático”. A referência ao “socialismo democrático” aparece depois na Carta de Mendes, Rio de Janeiro, quando “o PDT assume, com inabalável e definitiva convicção e firmeza, pelo seu programa, sua prática e objetivos, a causa do socialismo democrático no Brasil” (PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, 2006, p. 8-17).

No Programa da agremiação, os trabalhistas defendem, no “Plano Internacional”:

- 6.1. Manter relações com todos os países com base nos princípios da autodeterminação, não intervenção, coexistência pacífica, cooperação econômica e não-alinhamento.
- 6.2. Oposição ativa ao colonialismo e ao neocolonialismo, às políticas de discriminação racial e ao imperialismo sob todas as formas.
- [...] 6.5. Fortalecer as relações com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento da América Latina. E da África em particular.
- 6.6. Propugnar pela efetivação do Mercado Comum em toda a América do Sul.
- [...] 6.8. Lutar pela unidade e independência dos países latino-americanos [...] desenvolvendo no plano econômico, relações destituídas de pretensões hegemônicas de qualquer ordem (PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, 2006, p. 54-55).

No Estatuto do PDT, se “adota como símbolo a rosa vermelha, seguindo a tradição da Internacional Socialista”. Brizola, no início dos anos 1980, procurou apoio internacional, pois naquele momento era uma das principais lideranças populares do Brasil e possuía chances nas eleições presidenciais, que viriam a acontecer em 1989.

A avaliação da IS, que elegeu Brizola para Vice-Presidente, era que Brizola poderia ser o futuro presidente do Brasil. Depois de estar à frente de governos de diversos países na Europa, inclusive na Inglaterra, nos anos 1950 e 1960, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a IS viveu um retrocesso político e seus partidos afiliados foram alijados do governo em grande parte dos países europeus. Esses fracassos na Europa coincidem com uma maior atenção e presença da IS no “Terceiro Mundo” em geral e na América Latina, em particular. Nesse período a IS adotou posições mais progressistas na América Latina, como por exemplo, o apoio à Revolução Sandinista na Nicarágua.

Kjeld Jakobsen relata como foi o contato e o estabelecimento de relações entre o novo PDT e a Internacional Socialista que, desde a fundação, em 1951, adotou uma linha ideológica social-democrata:

Ela possuía poucos membros fora da Europa, até que se abriu para a filiação a partidos de outros continentes durante a presidência de Willy Brandt entre 1976 e 1992. [...] Leonel Brizola havia cultivado contatos e relações pessoais com Willy Brandt e o dirigente do Partido Socialista Português, Mario Soares, ainda durante o seu exílio. No Congresso da IS em Viena, em 1979, foi aceita a filiação de seu Partido Democrático Trabalhista (PDT) com status de observador e que passou a membro efetivo em 1989. Até hoje é o único membro brasileiro (JAKOBSEN, 2009, p. 49-53).

Em 1989 o PDT foi “escolhido como o único membro da Internacional Socialista no Brasil” (PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, 2004, p.43).

De fato, nas eleições de 1989, não fosse a ausência de alianças – pois o PDT concorreu só, sem coligações –, Brizola poderia ter superado Lula, que contou com o apoio da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB). Lula, por diferença muito pequena de votos em relação a Brizola³⁶, qualificou-se para disputar o 2º turno com Collor de Mello. A partir desse momento, o PDT, que era o maior partido da esquerda brasileira, começou a ceder o lugar para o PT, e, Brizola, a ser substituído por Lula em liderança nas massas trabalhadoras e populares.

A prioridade das relações internacionais do PDT, desde a sua fundação, é a atuação na IS. O PDT manteve uma grande estabilidade em sua política internacional, participando sempre ativamente da IS e da “International Union of Socialist Youth (IUSY)”, seu setor juvenil. Também os representantes do PDT junto à IS são quadros de tradição trabalhista e brizolista, como o atual Vice-Presidente da IS, o gaúcho Vieira da Cunha.

Através de Marcio Bins Ely, atual Secretário-Adjunto de Relações Internacionais do PDT, o partido exerce também a Vice-Presidência do Comitê para a América Latina e Caribe da IS. O partido é membro pleno da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e do Caribe (COPPPAL). Desde 1988 ingressou, junto com PT e PSB, na Coordenação Socialista Latino-americana (CSL), criada em 1984. Porém, desde meados dos anos 1990 deixou de participar ativamente das atividades da CSL. O PDT é membro fundador do Foro de São Paulo, no qual atua com certa regularidade.

³⁶ Collor de Mello obteve 30,5% dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 1989. Lula foi ao segundo turno com Collor porque obteve 17,2% dos votos, enquanto Brizola contou com o apoio de 16,5% dos eleitores: uma diferença de 0,7% dos votos (PIQUET CARNEIRO, 2009, p. 106).

2.2.1.5 Partido Socialista Brasileiro

O surgimento do atual Partido Socialista Brasileiro (PSB) data de 1985, quando foi reorganizado o partido criado em 1947, a partir da Esquerda Democrática. Entretanto, há antecedentes históricos de partidos com o mesmo nome.

Em 1902 e em 1932 surgem partidos homônimos, porém efêmeros. Em 1927 os socialistas que descendiam da agremiação de 1902 fizeram alianças com os comunistas no Bloco Operário e Camponês, o BOC, que disputou as eleições presidenciais pela primeira vez com a candidatura de esquerda do operário negro Minervino de Oliveira, do PCB.

Movimento distinto desses dois anteriores do começo do século XX, a articulação de intelectuais e líderes políticos da Esquerda Democrática foi criada em 1945. O PSB surgiu dois anos depois, em 1947, com um programa socialista: “a progressiva socialização dos meios de produção” e “o estabelecimento de um regime socialista acarretará a abolição do antagonismo de classe” (CHACON, 1981, p. 386).

O PSB sempre rejeitou a “social-democracia” como linha ideológica oficial, assim como o PT. No 1º Congresso do PSB, em 1987, caracterizou-se até como “reacionária” a perspectiva social-democrata, nas resoluções congressuais:

A experiência social-democrata, apesar de guardar raízes históricas ligadas ao socialismo prático e teórico de Marx e Engels, resvalou inteiramente para o caminho das reformas sociais no sistema capitalista, sem apontar para sua superação [...]. Nas condições de países como o Brasil, o sistema social-democrata é, portanto, não somente uma perspectiva historicamente reacionária, como também uma impossibilidade prática [...]. No plano da política externa, essa postura, à direita, da social-democracia diante da crise, se reflete em posições de perfil conservador, quando não em um direto alinhamento internacional à política imperialista, como o caso do governo Mário Soares em Portugal (PSB *apud* AMARAL, 2011, p. 342-343).

Os socialistas do PSB, segundo Roberto Amaral, desde 1947, “acusados de social-democratas”, lutaram para manter a “identidade na esquerda socialista”. Para isso, ainda segundo Amaral, o PSB também soube “se apartar da tradição dos partidos comunistas ortodoxos”, e, como contraponto, “às concepções de ditadura do proletariado e partido único”, João Mangabeira, principal ideólogo do PSB, cunhou o lema “Socialismo e liberdade” (AMARAL, 2011, p. 344-345).

Amaral, além de ter sido responsável pela formulação e execução da política de relações internacionais do PSB até 2014, também foi um dos principais ideólogos do partido. Sua análise da “crise programática da esquerda socialista”, esclarece ainda mais as posições do PSB e a então política internacional desse partido:

Com o avanço do neoliberalismo e o recuo da esquerda socialista para posições tradicionais da socialdemocracia, a esquerda também renunciou ao seu projeto histórico. [...]

Do ponto de vista organizacional, cabe registrar a desestruturação dos partidos comunistas da Europa Ocidental após a débâcle do Leste Europeu, bem como a crise dos partidos socialistas e trabalhistas e social-democratas. O melhor exemplo de falência programática é oferecido pelo Partido Trabalhista inglês [...].

Visto o panorama deste plano, a paisagem da América do Sul [...] é animadora, e enseja ao nosso país a oportunidade do exercício de uma liderança a que não está alheia nossa diplomacia (AMARAL, 2011, p. 32-33).

A Coordenação de Relações Internacionais do PSB, depois de sua reorganização em 1985, foi criada em Brasília em 1999, durante o 8º Congresso da legenda socialista. Segundo publicação do PSB o “objetivo era difundir interna e internacionalmente a política de relações internacionais do partido e fortalecer as relações partidárias” (PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, 2013, p.16).

A partir dos princípios programáticos definidos no 1º Congresso partidário, o PSB define as seguintes diretrizes de política internacional:

No plano externo, o PSB defende a soberania e a autodeterminação dos povos. Sua política está fundada na convivência pacífica e no combate a qualquer forma de opressão, discriminação, colonialismo e imperialismo [...] No que se refere à América Latina, o propósito é buscar uma maior integração política, cultural e comercial de nossos países, a partir da afirmação e defesa dos interesses de desenvolvimento regional autônomo, o que envolve políticas comuns e exclusivas de defesa (PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, 2013, p. 16).

O PSB desde os anos 1980 e 1990 atua prioritariamente em duas organizações internacionais continentais: a Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL) e o Foro de São Paulo.

A CSL foi fundada em 1984, pelos “partidos socialistas da América Latina” e não tem vínculo com a Internacional Socialista, que possui o seu próprio Comitê Latino-Americano. O PSB não participa da IS e também não é membro da COPPPAL.

A única organização de caráter mundial que o PSB tem participado é a Aliança Progressista, articulação de partidos socialistas, social-democratas e progressistas dos quatro continentes, críticos ao atual papel da IS, embora a maioria dos partidos dessa Aliança seja membro da IS.

Uma organização de caráter continental, a Coordenação Socialista Latino-Americana “se constituiu em espaço de debate de temas comuns latino-americanos e articula iniciativas para fortalecer a difusão da teoria, dos valores e da prática socialista na região”.

Desde fevereiro de 2010, em encontro da CSL em Brasília, organizado pelo PSB e pelo PT, o PSB ocupa a Secretaria Geral da organização, que era dirigida desde 1997 por Marco Aurélio Garcia, do PT do Brasil. O Secretário Geral da CSL era Roberto Amaral, mas depois que este se afastou da direção do PSB assumiu a Secretaria Geral Beto Albuquerque, Vice-presidente Nacional do PSB.

Amaral foi dirigente histórico da legenda, foi Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral do PSB. Por várias vezes assumiu a função de Coordenador de Relações Internacionais do PSB e, portanto, de representante do PSB junto à CSL.

A partir de 2014, por divergências na condução da campanha eleitoral presidencial, Roberto Amaral deixou de ocupar cargos executivos no PSB e passou a fazer críticas duras ao partido, que apoiou a candidatura de Aécio Neves no segundo turno da eleição presidencial de 2014 e fez oposição ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, ao contrário de outros partidos brasileiros estudados, como o PT, o PCdoB e o PDT, que apoiaram e participaram do governo federal brasileiro até 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada em processo fraudulento de *impeachment*.

Em 2015, o PSB alterou sua posição e Carlos Siqueira assumiu a presidência nacional do partido. As contradições internas se agravaram e muitos quadros e militantes deixaram o PSB, inclusive Roberto Amaral, após a proposta de fusão com o PPS, que não vingou e, a posição do PSB de defender o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Para Amaral, com essa opção, o PSB “se transforma em joguete da direita” [e] “renuncia a si próprio, é um suicídio. Ele poderá ser qualquer coisa menos o PSB” (AMARAL, 2015).

2.2.1.6 Movimento Revolucionário 8 de Outubro e Partido Pátria Livre

Fruto de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro, o MR-8 foi formado por militantes da Dissidência da Guanabara (DI-GB), e da Organização Político Militar (OPM), que a partir de 1967 fazem uma homenagem a Ernesto Che Guevara quando batizam o Movimento. Che caiu em combate quando foi preso, em 8 de outubro de 1967, na Bolívia. O MR-8 nasceu inspirado na Revolução Cubana e confiante nas possibilidades da guerrilha como forma de luta e de resistência no Brasil, no auge da ditadura militar iniciada em 1964.

O MR-8, desde os seus primeiros anos, era um grupo guerrilheiro do de orientação patriótica e anti-imperialista. Após a derrota da guerrilha, o MR-8 se tornou um partido de quadros, participou do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), frente democrática de oposição ao regime militar, e depois do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O MR-8 atuou como fração do PMDB até a criação do Partido Pátria Livre (PPL), em 2009, partido sucessor do MR-8.

O nacionalismo e o anti-imperialismo são duas marcas ideológicas importantes do MR-8 também a partir da redemocratização, e de seu sucessor, o PPL. Muitos dirigentes do MR-8 nos anos 1990 também caracterizavam o Movimento como uma força comunista e sua política de relações internacionais priorizava os países socialistas e os partidos comunistas dirigentes desses países, além de partidos políticos “terceiro-mundistas” que governavam seus países, como o Partido Baath do Iraque.

Programaticamente, o PPL tem por “objetivo central a constituição da mais ampla frente nacional, democrática e popular para completar a independência do Brasil” [e] “se orienta pelos princípios do socialismo científico”³⁷. O PPL, ainda que conte com dirigentes de formação marxista-leninista, é um partido do tipo “partido nacionalista” de esquerda. Apoiador do governo Lula, o PPL se afastou do governo Dilma Rousseff e passou a se aliar nacionalmente ao PSB e à Rede, desde 2014.

Em suas relações internacionais, o PPL segue as linhas gerais da política internacional do MR-8 e herdou a posição deste em organizações internacionais, como o Seminário Comunista Internacional, que era realizado anualmente pelo Partido do Trabalho da Bélgica. Dos partidos brasileiros, somente o PCdoB e o MR-8, depois PPL, participaram desses seminários realizados em Bruxelas pela “família” comunista. Uma prioridade do PPL, desde o

³⁷ PARTIDO PÁTRIA LIVRE, 2009.

MR-8, é a relação com o Partido do Trabalho da Coreia e o governo da República Democrática Popular da Coreia.

Apesar de não constar da lista de fundadores do Foro de São Paulo, o MR-8 participou de atividades do FSP até 2009. Após a criação do PPL, o partido passou a ter uma atuação mais constante nos Encontros do FSP.

2.2.1.7 Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em fevereiro de 1980, como um partido socialista plural, defensor do “socialismo democrático”, com correntes internas que vieram de diferentes origens trazendo diferentes referências ideológicas. O PT surge no Brasil como representante de uma “nova esquerda”.

Na fundação do PT, segundo Lincoln Secco (2012, p. 254), “o partido afirmou um socialismo muito parecido com a tradição da velha Esquerda Democrática, só que agora com uma verdadeira base operária”.

Ainda de acordo com Secco (2006), o nascente partido em sua composição³⁸ era “quase como uma federação de movimentos sociais e tendências políticas, o que seria a sua força e a sua fraqueza” e “no plano teórico, definiu-se contra a Social-Democracia europeia e a ‘burocracia soviética’, mas manteve-se alheio às críticas contra Cuba” (SECCO, 2006, p. 144):

Isto espelhava três elementos: em primeiro lugar, a presença dos trotskistas e dos católicos impunha a crítica ao Leste Europeu e o apoio à oposição polonesa; em segundo lugar, a presença de militantes leninistas, maoístas, castristas etc. determinava um intercâmbio com Cuba; e em terceiro lugar, os sindicalistas defendiam que a unidade fosse construída na base de uma plataforma de lutas econômicas. Esta última posição sempre venceu porque era impossível um acordo entre correntes marcadas por profundas divergências ideológicas (SECCO, 2012, p. 94).

³⁸ Lincoln Secco relata que no início do PT “agruparam-se antigos militantes das organizações guerrilheiras, acrescidos agora de organizações trotskistas que ressurgiram em meados dos anos 70 (embora inicialmente também fossem contrários ao PT), as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] e o novo sindicalismo, o principal vetor do processo” (SECCO, 2006, p. 162).

No V Encontro Nacional do PT, em 1987, o partido aprovou “pela primeira vez de forma oficial como estratégia para o socialismo a construção dos trabalhadores ‘em classe hegemônica e dominante no poder de Estado’” (SECCO, 2006, p. 173).

Entretanto, nos anos 1990, o PT alterou a sua política, em especial a partir de meados dos anos 1990, quando o partido passou a ser presidido por José Dirceu. O “campo majoritário”, apoiado por Lula, consolidou a sua hegemonia no partido e as tendências da “esquerda petista” criticaram as alterações táticas, que para essas tendências têm relação com uma alteração na estratégia. De fato, o PT preparava-se para em alguns anos vencer as eleições presidenciais.

Alexandre Fortes (2011), que analisa a política internacional do PT, afirma que a experiência que vai de 1989 – quando a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB) chega ao segundo turno das eleições presidenciais com um desempenho surpreendente – à vitória eleitoral de 2002, que leva Lula à presidência da República, fez o PT matizar as suas posições e formulações sobre política internacional e proposições de política externa, “à medida que a perspectiva de conquista da Presidência da República se tornava mais concreta, levando a um novo equilíbrio [...] entre concepções político-ideológicas, de um lado, e análise de correlação de forças, de outro” (FORTES, 2011, p. 45).

Aos poucos vai se formando uma linha política nas relações internacionais do PT. No III Congresso do PT, realizado em 2007, a resolução *A política internacional do PT* foi aprovada por unanimidade. Esta resolução definiu as principais diretrizes da política internacional do PT, a saber:

O PT é um partido internacionalista, anti-imperialista e socialista. Luta por democracia, soberania e igualdade. Luta por uma nova ordem internacional, pela paz mundial e pela integração continental. Busca construir, em escala internacional, uma nova hegemonia, baseada no multilateralismo (PARTIDO DOSTRABALHADORES, 2007, p. 138).

O PT, por várias razões a serem expostas a seguir, não integrou a Internacional Socialista, na qual por vezes foi observador “não oficial”, na qualidade de convidado. Na visão do PT, há um novo ciclo político na América Latina com a vitória eleitoral de partidos de esquerda e progressistas, a partir da eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998. No entanto, “os partidos filiados à IS participam de poucos deles”. Uma das exceções é o PDT, que no Brasil participou dos governos Lula e Dilma, baseados em coalizão partidária liderada pelo PT.

Em 2003, a IS realizou seu XXII Congresso em São Paulo e convidou o PT para participar como observador do congresso. Lula, já como presidente, discursou no evento. O congresso aprovou a “Declaração de São Paulo”. O documento em vários pontos se aproxima

das posições do PT, mas, para Kjeld Jakobsen (2009, p.66-69), “também há posicionamentos da IS que se diferenciam muito das posições do PT”. Supõe-se que continua não havendo nem identidade maior de posições, nem interesse do PT em associar-se à IS.

Marco Aurélio Garcia (1991), um ideólogo importante do PT e o principal formulador da política internacional do partido nos anos 1980 e 1990, além de um dos líderes da fundação do Foro de São Paulo, define o PT como um partido “pós-comunista” e “pós-social-democrata”. A partir dessa sintética definição, entende-se muito do *locus* ideológico petista e deriva-se também sua posição de não se associar a organizações mundiais de “núcleos familiares” da esquerda, mas a uma “nova esquerda”:

A polêmica leninismo x social-democracia tem uma grande importância histórica, mas carece de significação política maior.

O que se assiste sobretudo na América Latina são novos fenômenos sociais, como o PT e outras forças emergentes na América Latina. Estas novas experiências estão a exigir novas reflexões. Reflexões que evidentemente devem levar em conta esta história, mas uma história revisitada com olhos mais reflexivos e menos ideológicos (GARCIA, 1991, p. 91).

Outra razão para o PT não se associar a organizações internacionais partidárias e juvenis tradicionais, vinculadas às famílias internacionais de partidos, é a diversidade de tendências internas, que são permitidas pelo partido e várias delas têm afinidades internacionais diferenciadas, apesar de não serem permitidas relações internacionais feitas por tendências, somente pelo partido.

O PT tem, desde 1984, uma Secretaria de Relações Internacionais marcada pela atuação de Marco Aurélio Garcia nos anos 1980 e 1990. A atual Secretária de Relações Internacionais do PT é Monica Valente, que faz parte do setor majoritário do PT. Para Valter Pomar (2012), que foi Secretário de Relações Internacionais do PT durante os anos 2000 e Secretário Executivo do Foro de São Paulo (2005-2014), “dois traços devem ser destacados” para caracterizar a linha internacional do partido. O primeiro é a “pluralidade que mantemos na interlocução internacional”, que é resultado da presença no PT das “mais variadas famílias da esquerda internacional”.

O segundo traço é a “ênfase latino-americana”, e a prioridade conferida ao Foro de São Paulo. Continua Pomar:

Embora tal tradição já estivesse presente antes, o latino-americanismo ganhou força e organicidade a partir da fundação, em 1990, do Foro de São Paulo [...] Claro que o PT assiste às mais variadas reuniões partidárias, em todo o mundo, como as convocadas pela Coordenação Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL) e pela Internacional Socialista (sendo que não somos membros, nem mesmo observadores oficiais na IS). Mas nossa prioridade regional é a América Latina; e nosso espaço privilegiado de debate e articulação é o leque de partidos que integra o Foro de São Paulo, no qual somos encarregados da Secretaria Executiva (POMAR, 2012, p. 12-13).

O PT é o partido brasileiro mais ativo na Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e do Caribe (COPPPAL), na qual ocupou uma das Vice-Presidências através de Valter Pomar e também participa da Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL) e da Aliança Progressista. De 1997 a 2010 o Presidente da CSL foi o petista Marco Aurélio Garcia.

A COPPPAL é uma articulação de partidos criada antes da existência do PT do Brasil, em 12 de outubro de 1979, em Oaxaca, México, a partir de iniciativa do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, que contou com o apoio do Partido Justicialista (PJ), peronista, da Argentina. Tanto o PRI – que governa o México com uma agenda de políticas de cunho neoliberal –, quanto o PJ não fazem parte do Foro de São Paulo. No caso do PJ, ainda durante o governo de Cristina Kirchner, houve consultas entre os partidos argentinos sobre o interesse do PJ em fazer parte do FSP e o assunto ficou pendente.

Segundo autodefinição, a COPPPAL “es un foro de Partidos Nacionalistas, Progresistas y Democráticos que otorgan prioridad al tema de la soberanía, a la vez que se pronuncia por el establecimiento de un orden internacional más justo y equitativo y por la unidad de los pueblos latinoamericanos”. A Declaração de Oaxaca, documento programático básico da organização, estabelece uma orientação latino-americanista: “Que nuestra vocación por la unidad latinoamericana es la expresión política del ideal bolivariano, el cual queremos alcanzar por el camino de la no intervención y la decisión soberana de los pueblos (COPPPAL, Primeira Declaração de Oaxaca (1979)).

Apesar de anterior ao Foro de São Paulo, e de abarcar um leque mais heterogêneo de partidos, a COPPPAL agrupa 60 partidos políticos, menos que o Foro de São Paulo e é em geral considerada menos ativa que o FSP. Há três partidos do Brasil membros da COPPPAL. Dos partidos de esquerda brasileiros, apenas o PT e o PDT fazem parte da organização. O terceiro partido brasileiro é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que não é um partido de esquerda.

O PT já vinha participando de outras iniciativas na América Latina, coordenadas pela fundação do Partido Social-Democrata Alemão, a Fundação Friedrich Ebert (FES), como a

Rede de Fundações Progressistas do Cone Sul – através da Fundação Perseu Abramo – e o Foro de Partidos Políticos Progressistas.

Em 2013 foi criada em nível mundial a Aliança Progressista, com sede em Berlim, impulsionada pelo Partido Social-Democrata Alemão e formada por alguns partidos que também são membros da Internacional Socialista (IS), em sua grande maioria, além de outros partidos que não fazem parte da IS. O motivo principal é uma “certa obsolescência” da IS, que passa por sérios problemas políticos e organizativos³⁹. Da lista de participantes da Aliança Progressista constam dois partidos brasileiros: o PT e o PSB⁴⁰.

Para Iole Ilíada, que foi Secretária de Relações Internacionais do PT e é de uma tendência da chamada esquerda petista,

[...] a crise da IS é a própria crise da socialdemocracia europeia [...] e algumas forças social-democratas europeias procuram salvar o barco através da criação de novas articulações internacionais que tenham o apoio e a participação da esquerda da América Latina, e em particular do PT (ILÍADA, 2014).

Contudo, pelo fato de ter sido o seu principal partido fundador, por sua política de relações internacionais – que prioriza a América Latina – e por exercer a sua Secretaria Executiva desde a fundação do FSP em 1990, o PT tem priorizado o Foro de São Paulo como espaço de atuação internacional.

2.2.2 O internacionalismo do Partido Comunista de Cuba

A data de fundação do Partido Comunista de Cuba (PCC) é 1º de outubro de 1965. O partido é resultado da fusão de três organizações que conduziam juntas o processo da Revolução Cubana, antes e depois da vitória de Revolução em 1º de janeiro de 1959. As organizações que

³⁹ Em entrevista ao jornal Página 13, da tendência petista Articulação de Esquerda, a ex-Secretária de Relações Internacionais do PT, Iole Ilíada, relata que essa avaliação foi feita por um representante do Partido Social-Democrata Alemão (ILÍADA, 2014).

⁴⁰ Ver site da Aliança Progressista, <http://progressive-alliance.info>.

deram origem ao atual Partido Comunista de Cuba são o Movimento 26 de Julho (M-26-7), o Diretório Revolucionário 13 de Março (DR-13-M) e o Partido Socialista Popular (PSP).

Desde o seu nascimento, entretanto, o PCC considera-se herdeiro de toda a trajetória de lutas do povo cubano por sua emancipação nacional e social, e, as organizações políticas criadas nesse processo são consideradas antecessoras do PCC. Os comunistas cubanos reivindicam a história dos primeiros movimentos anticolonialistas na ilha, de 1808 a 1826, período em que aconteceram as lutas e guerras pela independência na América espanhola e portuguesa.

A primeira guerra pela independência de Cuba ocorreu de 1868 a 1878, foi a chamada Guerra dos Dez Anos, seguida pela “Guerra Chiquita” de 1879 a 1880. Da “Guerra Chiquita” participou o maior líder revolucionário cubano desse período, José Martí. Durante os anos de entre-guerras, Martí protagonizou a fundação, em território estadunidense, do Partido Revolucionário Cubano (PRC), em 10 de abril de 1892 (REGALADO, 2008a, p. 91).

José Martí foi o grande inspirador do patriotismo e do internacionalismo cubano. Foi um dos pioneiros do anti-imperialismo na América Latina e Caribe e, latino-americanista, seguidor das ideias de Simon Bolívar e de outros Libertadores da América. Referia-se à unidade latino-americana dos países de língua espanhola como Nossa América e propugnava a segunda e verdadeira independência da América Latina.

Segundo Roberto Regalado (2008a, p. 91), o PRC foi “construído por José Martí con los emigrantes cubanos radicados en Nueva York, Cayo Hueso e Tampa, con el propósito de encabezar la guerra de liberación de Cuba, auxiliar la lucha por la independencia de Puerto Rico y evitar la expansión estadounidense hacia el sur”.

A liderança do PRC e os generais Máximo Gomez e Antonio Maceo comandaram a terceira guerra de independência de Cuba, que se iniciou em fevereiro de 1895. José Martí, principal líder político e militar do empreendimento independentista cubano, caiu em combate em maio de 1895. A terceira guerra pela independência foi derrotada pela intervenção militar dos EUA.

Os dirigentes que assumiram o PRC o dissolveram em 1898. Depois ocorreram duas tentativas fracassadas de fundar um partido operário em Cuba. Primeiro o Partido Socialista Cubano, em 1899, e depois o Partido Popular Cubano, de 1900, ambos liderados por Diego Vicente Tejera.

O primeiro Partido Comunista de Cuba nasceu de um congresso realizado em Havana em agosto de 1925. Um dos fundadores do PC de Cuba foi Julio Antonio Mella. Edgardo Alfredo Loguercio assinala a posição latino-americanista e internacionalista de Mella:

Um programa socialista de unidade latino-americana foi postulado, não por acaso em Cuba por Julio Antonio Mella, [...] pela conjunção da luta nacional cubana, do movimento de reforma universitária (iniciada na Argentina em 1918), da qual ele foi o principal líder em seu país, e do internacionalismo proletário, que levaria Mella ser o fundador do Partido Comunista de Cuba (LOGUERCIO, 2007, p. 198).

Algum tempo depois o partido mudou de nome, para Partido União Revolucionária Comunista (PURC) e, em 1944, finalmente assumiu a denominação de Partido Socialista Popular (PSP).

Movimentos de protesto que se transformaram em uma insurreição popular conformaram a Revolução de 1933, liderada por sargentos que chegaram ao poder. Assim como no Brasil, país no qual o PCB não se aliou ao tenentismo e à Revolução de 1930 por uma política sectária naquele momento, oriunda inclusive de orientações da III Internacional, em Cuba o Partido Comunista não se aliou à ala esquerda dos sargentos. A Revolução de 1933 era composta de três alas, uma nacional-reformista, outra pró-imperialista e uma terceira ala, de esquerda. A ala predominante era a nacional-reformista, mas esta acabou derrotada pelo grupo de direita e pró-imperialista, cujo líder foi o coronel (ex-sargento) Fulgencio Batista, em um golpe de Estado em 1934.

O autor cubano Roberto Regalado (2008a) relata que o PURC, sucessor do primeiro PCC, depois alterou a sua linha política, seguindo orientações da III Internacional, que em seu VII Congresso em 1935, abandonou a política anterior de “classe contra classe” e estimulou a criação de frentes unitárias antifascistas:

En virtud del cambio de estrategia decidido en julio-agosto de 1935 por la Internacional Comunista (la III Internacional), dos meses más tarde, el IV Pleno del entonces Partido Unión Revolucionaria Comunista (PURC) renuncia a las consignas “clase contra clase” y “por un gobierno soviético de obreros y campesinos”, y adopta la estrategia de trabajar por la formación de un frente político antifascista. Esta política llevó al PURC a integrar la Coalición Socialista Democrática (CSD) (...) (REGALADO, 2008a, p. 94).

O PURC obteve 97.944 votos em 1939 e depois, já como PSP, experimentou um grande crescimento eleitoral nas eleições de 1946, quando passou de 200.000 votos e elegeu dez deputados e três senadores.

Em 1947 surgiu, como uma divisão do Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), o Partido do Povo Cubano (Ortodoxo), liderado por Eduardo Chivás. Nesse partido começou a sua militância o jovem Fidel Castro Rúz. Em 1952, como reação a um outro golpe de Estado que levou ao poder novamente Fulgencio Batista, surgiram o M-26-7 e o DR-13-M.

O M-26-7 foi fundado pelos sobreviventes do assalto ao Quartel Moncada – localizado em Santiago e à época a segunda maior fortaleza militar de Cuba –, entre eles Fidel e seu irmão Raúl, este último advindo da Juventude Socialista, organização juvenil do PSP, de formação marxista-leninista. Os dirigentes do M-26-7 se exilaram no México, de onde lideraram a expedição militar a Cuba a bordo do iate *Granma* em novembro-dezembro de 1956.

A estratégia revolucionária do M-26-7 combinava a ação guerrilheira com a ação de massas nas cidades. O DR-13-M apoiou a estratégia e firmou com o M-26-7 um pacto de ação que resultou na Frente Democrática Revolucionária. O PSP não concordou com a ação de guerrilha como método para derrubar o regime ditatorial de Batista, mas fez uma aliança na prática com a guerrilha, ao ceder quadros e militantes como Carlos Rafael Rodríguez, que subiram à “Sierra Maestra” para se juntarem aos guerrilheiros.

Quando triunfa a Revolução Cubana, em janeiro de 1959, das três organizações, a única que tinha uma ideologia marxista era o PSP. Em setembro de 1960, diante das agressões do imperialismo estadunidense contra a Revolução e, em meio a um processo de radicalização desta, foi criado o Birô de Coordenação de Atividades Revolucionárias (BCAR), unindo as três organizações.

Fidel Castro realizou uma missão de política exterior ao Uruguai, onde em 5 de maio de 1959, alguns meses após a vitória dos revolucionários cubanos, discursou em favor da união e da integração latino-americana e ressaltou o caráter latino-americanista e internacionalista da Revolução Cubana:

No, no puede ser por egoísmo cuando pensamos que el triunfo de la Revolución Cubana interesa no sólo a Cuba, sino a toda la América, e interesa más que nunca en estos instantes en que la conciencia de la unión de América Latina se despierta. [...] La América Latina tiene un destino propio [...] Divididos entre sí nada conseguiremos jamás [...] Unámonos, primero, en pro de aspiraciones económicas; en pro de la gran ambición hacia la aspiración del desarrollo económico de América Latina, con economía propia; en pro del mercado común; después de las barreras aduanales, podremos ir suprimiendo las barreras legales que exigen visas y requisitos para movernos de un lugar a otro, y así algún día, aunque tal vez nosotros no lo veamos, [...] nuestros hijos puedan abrazarse con los corazones y sin barreras (CASTRO RUZ, 2009, p. 7-22).

O discurso de Fidel Castro no Uruguai refere-se à união da América Latina e a relaciona a uma perspectiva de desenvolvimento econômico autônomo da região. A Revolução Cubana, antes mesmo de pronunciar-se em defesa do socialismo, propugna a integração latino-americana.

Na *Primeira Declaração de Havana*, aprovada por uma grande assembleia popular em Cuba, em 2 de setembro de 1960, com a presença de muitas delegações internacionais, os revolucionários cubanos resgataram a tradição latino-americanista da “nuestra América, la América que Bolívar, Hidalgo, Juárez, San Martín, O’Higgins, Sucre, Tiradentes e Martí quisieron libre” (CASTRO RUZ, 2009, p. 48).

Em 16 de abril de 1961, pouco antes da vitória de Cuba diante da invasão militar de Playa Girón, coordenada pelos EUA, foi declarado o caráter socialista da Revolução Cubana, que inicialmente era caracterizada como uma revolução patriótica, democrática e popular. Em maio de 1961 o BCAR se transformou nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Em todo esse processo houve um fortalecimento, no M-26-7 e no DR-13-M, de setores revolucionários, em detrimento de correntes reformistas. No PSP ocorreu o isolamento de opiniões tidas como mais sectárias em relação às duas outras organizações, cujo expoente foi o dirigente do PSP Aníbal Escalante.

Dessa maneira criaram-se as condições, paulatinamente, para a formação, em maio de 1963, do partido unificado, o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS). Nesse momento ainda havia correntes internas, o que já não era a situação em 1965, quando havia “una identidad común, basada en el marxismo-leninismo” (REGALADO, 2008a, p.105) e foi neste momento que o partido recebeu o nome atual: Partido Comunista de Cuba (PCC).

Nos anos 1960 já não existia a III Internacional e as relações internacionais dos partidos comunistas começaram a se diversificar. As relações do PURS, depois PCC, com o PC da União Soviética eram de aliança, mas com tensões, como no episódio da Crise de Outubro de 1962, também conhecida como “a crise dos mísseis” soviéticos instalados em Cuba, quando houve o perigo de uma guerra nuclear entre os EUA e a União Soviética. Regalado afirma que:

La afirmación cubana de construir un socialismo propio, coinciden con la agudización de las discrepancias entre Cuba y la Unión Soviética, que llega a su punto álgido entre finales de 1967 e inicios de 1968, con motivo de la posición vacilante de la URSS con respecto a la escalada estadounidense en la guerra de Vietnam y su rechazo a reconocer a los movimientos revolucionarios latino-americanos a los que Cuba brindaba apoyo material. Esta diferencia también se reflejó en la actitud constructiva asumida por Cuba con relación a la ruptura chino-soviética (REGALADO, 2008a, p. 105-106).

O anti-imperialismo, o internacionalismo solidário e o “latinoamericanismo liberador” são características fundantes da Revolução Cubana, evidenciadas também na *Segunda Declaração de Havana*, de 4 de fevereiro de 1962, que qualifica o imperialismo estadunidense como “mucho más feroz, más poderoso y más despiadado que el imperio colonial español”.

Outra característica da frente de organizações revolucionárias que deu origem ao PC de Cuba foi a defesa da unidade como valor ideológico, como linha política e método organizativo. A *Segunda Declaração de Havana* ressaltou a importância da “unidad de acción imprescindible entre las fuerzas democráticas y progresistas de nuestros pueblos” (CASTRO RUZ, 2009, p.69-64).

Cuba participou do Movimento dos Não Alinhados, que surgiu na Conferência de Bandung em 1955 e uniu países, povos e partidos do “Terceiro Mundo” por um reordenamento do sistema de poder mundial, contra o neocolonialismo, pelo direito à independência nacional e ao desenvolvimento.

O PC de Cuba liderou, nos anos 1960, as Conferências *Tricontinental*, a criação da Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) e da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). Fidel Castro, em discurso de encerramento da conferência que criou a OLAS, afirmou que a organização visava a aglutinação dos partidos e movimentos revolucionários da América Latina, sendo a OLAS um movimento “mucho más amplio que el movimiento constituido simplemente por los partidos comunistas” (CASTRO RUZ, 2009, p. 139) e defende a estratégia guerrilheira a partir da ideia que “la guerrilla está llamada a ser el núcleo fundamental del movimiento revolucionario” (CASTRO RUZ, 2009, p. 139).

Nos anos 1970, Cuba fez uma readequação em sua estratégia de construção do socialismo: estreitou as suas relações com a União Soviética e aceitou preceitos que Che Guevara havia combatido como uma cópia acrítica do “modelo soviético”. Em 1972, Cuba ingressou no Conselho de Ajuda Econômica Mútua, o Comecom e instalou um novo Sistema de Planificação e Direção da Economia. Após o primeiro Congresso do PCC, em dezembro de 1975, Cuba institucionalizou a Revolução e aprovou a nova Constituição socialista.

Na melhor situação econômica e social interna desde 1959 e de boas relações com o PC da União Soviética, o PC de Cuba realizou em Havana a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, no início de 1975, sobre a qual Fidel Castro assinalou a posição do PC de Cuba de participar do movimento comunista internacional “con toda su independencia de

criterio, pero, a la vez, con entera lealtad a una misma causa, junto a los comunistas de todos los países [e de condenar] todos los intentos de quebrantar la unidad de las fuerzas comunistas en el orden internacional, y de disminuir o calumniar el glorioso papel que el Partido Comunista de la URSS ha jugado en la historia contemporánea” (CASTRO RUZ, 2009, p. 172).

Durante os anos 1980 a economia cubana passou por dificuldades, ao passo que as relações políticas e econômicas com a URSS diminuíram de intensidade a partir da assunção de M. Gorbachev como líder soviético principal, em 1985. Nesse contexto, em abril de 1986 foi realizado o III Congresso do PCC, que aprovou o “Processo de Retificação de Erros e Tendências Negativas”. Como consequência do congresso, que já levava em conta as dificuldades e a decadência soviéticas, há uma terceira reformulação nas diretrizes de construção do socialismo, no sentido de um retorno às ideias de Che Guevara. Essas novas diretrizes também não fazem avançar a economia socialista como se esperava e, até certo ponto, agravaram alguns problemas socioeconômicos.

A situação econômica e social de Cuba sofreu um terrível impacto com a desapareição da URSS e dos regimes socialistas do Leste Europeu no período 1989-1991, países com os quais Cuba tinha fortes relações econômicas. Em outubro de 1991, ocorreu o IV Congresso do PC de Cuba, que aprovou a política do “Período Especial em Tempos de Paz”. Durante as décadas de 1990 e seguintes, os EUA aproveitaram a situação para recrudescer o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra a ilha e muitas vozes mundo afora previram a derrota inevitável da Revolução Cubana.

O anúncio da retomada das negociações para a normalização das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA, em dezembro de 2014, quando na ocasião o presidente Barack Obama reconheceu o fracasso da tática de bloqueio econômico, financeiro e comercial contra Cuba, demonstrou que a Revolução Cubana foi vitoriosa nessa contenda.

Os sociólogos brasileiros Florestan Fernandes e Emir Sader discutiram o significado da Revolução Cubana para a América Latina. Florestan Fernandes (2015, p. 98) assinalou que “a Revolução Cubana ‘corta’ o passado do presente. Ela não só se erige em um marco histórico, um divisor de águas – ela evidencia que a negação do passado se introduz como *corrente histórica* no processo civilizatório da América Latina”.

Para Emir Sader, a influência regional e mundial da Revolução Cubana se deve a seu caráter socialista e às suas vitórias na resistência ao imperialismo estadunidense:

O prestígio da Revolução Cubana em relação ao Caribe, à América Central, a toda a América Latina e ao Terceiro Mundo, advém desse país ter se constituído em um modelo anticapitalista consagrado e vitorioso, apesar da sistemática política norte-americana de cerco e tentativa de aniquilamento da Revolução Cubana (SADER, 2012, p. 51).

A Revolução Cubana, para Regalado, abriu uma etapa nova na história da América Latina, que compreende os anos de 1959 a 1989-1991. Nessa etapa, além de apoiar as guerrilhas onde se considerou que havia condições para realizá-las como estratégia de luta pela hegemonia e pelo poder de Estado, os comunistas cubanos também tiveram a mesma atitude com o governo da Unidade Popular do Chile, do presidente Salvador Allende, eleito defendendo a “via chilena ao socialismo”, eleitoral e pacífica e com os governos nacionalistas e de reforma social liderados por militares como Juan Velasco Alvarado no Peru, Juan José Torres na Bolívia e Omar Torrijos, no Panamá.

Com relação às guerrilhas dos anos 1960, 1970 e 1980, das quais A Revolução Cubana e as ideias de Che Guevara são fontes inspiradoras, é verdade que parte delas foi voluntarista, copiou estratégias e formas de luta de outros países e terminou derrotada, mas por outro lado elas deixaram sementes na acumulação de lutas populares no continente. Se por um lado as guerrilhas urbanas na América do Sul, em especial no Cone Sul, adotaram a estratégia de “guerra de movimento” sem haver correlação de forças⁴¹ para isso, por outro lado na América Central a estratégia de guerrilha foi vitoriosa na Nicarágua, com a Revolução Sandinista de 1979 e, nos anos 1980, chegou perto de vencer em El Salvador.

Em 1989, após o surpreendente desempenho de Luís Inácio Lula da Silva e da Frente Brasil Popular (PT-PSB-PCdoB) nas primeiras eleições presidenciais no Brasil após a ditadura militar, vencidas por Fernando Collor de Mello no segundo turno, o PT do Brasil, em coordenação com o PC de Cuba, convocou o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, frente às exigências da nova situação regional e mundial.

Nessa nova etapa das lutas populares na América Latina, a partir do início dos anos 1990, o Foro de São Paulo passou a ser uma prioridade para o Partido Comunista de Cuba. Em 1993 e em 2001 realizaram-se em Havana, Cuba, dois dos maiores e mais representativos Encontros da história do FSP. O Encontro de Havana de 1993 reuniu 141 partidos e movimentos políticos latino-americanos e caribenhos e foi o maior em termos quantitativos.

⁴¹ A discussão sobre as estratégias de “guerra de movimento” e de “guerra de posição” na América Latina é desenvolvida no Capítulo 1, seção 1.2 da dissertação.

No “Período Especial”, a Revolução Cubana concentrou esforços na chamada *Batalha de Ideias* e no fortalecimento do PCC e da União de Jovens Comunistas (UJC). O partido, de 1991 a 1997, recebeu 232 mil novos militantes e chegou a um total de mais de 780 mil militantes (LEONÓV, 2015, p. 267).

Em 2011, já sob a liderança de Raúl Castro, o Partido Comunista de Cuba realizou o seu VI Congresso⁴² e aprovou os *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, que atualizaram o socialismo cubano sob a consigna de um “socialismo próspero y sostenible”, visando um maior desenvolvimento das forças produtivas.

O dirigente do Departamento de Relações Internacionais do PCC é José Ramon Balaguer Cabrera, da geração da Revolução de 1959 e o responsável pela América Latina e Caribe é Jorge Arias Díaz, de uma nova geração de quadros a que também pertence Miguel Díaz-Canel, atual Vice-presidente do Conselho de Estados e Ministros de Cuba.

Além do Foro de São Paulo, o PC de Cuba também participa de outras três organizações regionais: a Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e Caribe (COPPPAL) e a Reunião dos Partidos Políticos, Movimentos Progressistas e Revolucionários da Alba-TCP, das quais é fundador e, da Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL), na condição de convidado. Em nível mundial, o PC de Cuba participa do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO) e de variadas atividades para as quais é convidado, como fóruns sociais, congressos partidários e seminários, promovidos por uma ampla variedade de partidos políticos de esquerda e progressistas.

2.3 Algumas conclusões

Os partidos brasileiros e o Partido Comunista de Cuba, estudados acima, tiveram, na sua gênese e no seu desenvolvimento histórico, importantes influências políticas e ideológicas internacionais, que serviram como referências constitutivas. Por outro lado, também se verificou que os partidos analisados são fenômenos nacionais, não são criados “de fora”. As suas formações e suas trajetórias corresponderam mais às necessidades políticas nacionais do Brasil e de Cuba, de organização popular para a atuação política, do que à ação de organizações internacionais.

⁴² Em abril de 2016 o Partido Comunista de Cuba realizou seu VII Congresso.

Ao estudar os partidos brasileiros e de Cuba, membros do Foro de São Paulo, logramos fazer, a partir do histórico desses partidos e de suas relações internacionais, um sucinto mapa das organizações regionais e mundiais de partidos políticos mais relevantes da atualidade, e seus antecedentes históricos. Esse tema será retomado no Capítulo 4, que discutirá a relação do Foro de São Paulo com as demais organizações internacionalistas, continentais e mundiais.

Diante da atual diversidade de organizações internacionais de partidos políticos, a singularidade do Foro de São Paulo – e o seu caráter de “grande família” – é o fato de ele ser a única organização em que os brasileiros PT, PSB, PDT, PCdoB, PPS, PPL e PCB, e o cubano PCC, participam todos⁴³. Nas demais organizações continentais também há maior coincidência de participação, sendo que nas mundiais quase não há coincidência, o que indica o caráter de “núcleo familiar” dessas articulações mundiais.

A pesquisa revela que todos os partidos estudados, considerados de orientação pró-integração continental e latino-americanista, com a exceção do PC de Cuba, até os anos 1980 não davam muita ênfase a esses temas em sua política internacionalista – da integração regional e do latino-americanismo – em seus programas e resoluções, apesar de estarem presentes.

Nas últimas décadas esses partidos reforçaram essa característica latino-americanista, sobretudo após a fundação do Foro de São Paulo em 1990 e mais ainda a partir da virada do século, no atual ciclo de governos de esquerda e progressistas.

O PC de Cuba, mesmo no auge da hegemonia do pan-americanismo, durante os anos 1960, retomou os ideais latino-americanistas de integração continental e os mantém como um traço essencial de sua política internacionalista e da política externa da Revolução Cubana e da República de Cuba.

Não é correto atribuir exclusivamente ao Foro de São Paulo o acento dessa característica latino-americanista nos programas e documentos e na prática política dos partidos brasileiros que a pesquisa revela, sobretudo a partir dos anos 2000. Entretanto, fica evidente a força e a atualidade das ideias latino-americanistas e sua relação indissociável com a emancipação nacional e social dos povos latino-americanos e, como o estudo permite verificar, o Foro de São Paulo, nos últimos 25 anos, vem tendo um papel relevante na atualização e difusão do internacionalismo latino-americanista.

⁴³ Ver Quadro 1 da dissertação, ao final do Capítulo 2.

QUADRO 1 - Partidos de esquerda do Brasil e de Cuba membros do Foro São Paulo e sua participação em organizações continentais e mundiais

PARTIDOS / ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Partido Popular Socialista (PPS)	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Partido Pátria Livre (PPL)	Partido dos Trabalhadores (PT)	Partido Comunista de Cuba (PCC)
ORGANIZAÇÕES CONTINENTAIS	- Foro de São Paulo (FSP)	- Foro de São Paulo (FSP)	- Foro de São Paulo (FSP)	- Foro de São Paulo (FSP) - Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL) - Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL) - Comitê para a América Latina e Caribe – Internacional Socialista (CALC-IS)	- Foro de São Paulo (FSP) - Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL)	- Foro de São Paulo (FSP)	- Foro de São Paulo (FSP) - Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL) - Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL)	- Foro de São Paulo (FSP) - Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL) - Coordenação Socialista Latino-Americana (CSL) (observador convidado)
ORGANIZAÇÕES MUNDIAIS	- Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO)	- Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO)	————	- Internacional Socialista (IS)	- Aliança Progressista (AP)	————	- Internacional Socialista (IS) (observador convidado) - Aliança Progressista (AP)	- Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO)

Fonte: Várias, nas Referências.

3 O desenvolvimento histórico do Foro de São Paulo: fases, contradições internas, ideias e realizações

O presente capítulo discute aspectos do desenvolvimento histórico do Foro de São Paulo. Os documentos e resoluções do FSP, e os trabalhos de Roberto Regalado (2008a, 2008b) e Valter Pomar (2012a, 2012b), entre outros citados nesta dissertação, permitem ao leitor uma visão histórica factual e linear, além de uma análise coerente e consistente. O objetivo deste capítulo é destacar e analisar alguns aspectos dessa história de 25 anos, enfocando as fases de desenvolvimento do FSP, as suas principais contradições internas e crises, as suas ideias sobre integração latino-americana e o que se considera as suas realizações.

Com essa discussão, conhece-se melhor as razões da relevância e as razões da resiliência (abordadas no Capítulo 4) do Foro de São Paulo. E com essa análise é possível também conhecer suas virtudes e seus defeitos, que “son las virtudes y los defectos de la izquierda latinomaricana y caribenha *en su conjunto*” (REGALADO, 2012a, p. 20) e serve como “termómetro” da correlação de forças interna da esquerda regional, que passa por alterações importantes de 1990 a 2015. Regalado⁴⁴ expõe outra importante razão da relevância do FSP:

Además de las declaraciones y acciones del Foro en su conjunto, la interacción entre sus miembros posibilitó un conocimiento político y personal entre los y las dirigentes de los partidos y movimientos políticos de la región que no tiene precedentes. Esto permite que, en su seno, se establezcan relaciones bilaterales y de grupos entre miembros que tienen una mayor afinidad política e ideológica, incluidos, por supuesto, sus miembros de identidades socialistas y comunistas, sin que ello necesariamente socave o amenace la unidad y el funcionamiento del Foro, sino que, por el contrario, eso lo complementa y llena vacíos que este deja (REGALADO, 2012a, p. 20).

⁴⁴ Roberto Regalado, Doutor em Ciências Filosóficas da Universidade de Havana, é um dos maiores especialistas em partidos políticos latino-americanos, e de acordo com a pesquisa feita, o maior especialista no tema Foro de São Paulo. Durante as décadas de 1990 e 2000, foi um dos representantes do Partido Comunista de Cuba no FSP.

As relações pessoais de confiança⁴⁵ são muito importantes nas relações internacionais, como o caso do Foro de São Paulo comprova. Uma “grande família”⁴⁶ da esquerda latino-americana, assim podemos definir o Foro de São Paulo. Uma das principais razões da relevância do Foro está em sua capacidade de elaborar e difundir coletivamente ideias transformadoras, sobretudo acerca da integração da América Latina e Caribe, que influenciam a ação política dos partidos membros e de governos e organismos de integração regional em que estes partidos lideram e/ou participam⁴⁷.

Ao mesmo tempo, o Foro de São Paulo, em suas atividades, abre espaço para a expressão de intelectuais orgânicos, e atua como um intelectual coletivo em nível internacional⁴⁸. O FSP e outras organizações e eventos internacionais, como o Seminário do PT do México⁴⁹ e os Fóruns Sociais Mundiais⁵⁰, aglutinam intelectuais orgânicos, sejam eles intelectuais acadêmicos, cientistas, artistas, jornalistas, ou líderes de partidos e movimentos sociais, que aportam reflexões e elementos que se transformam, parte deles, em contribuições para as plataformas programáticas dos partidos.

O ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva⁵¹, expressou essa ideia em depoimento na forma de mensagem ao Encontro de Buenos Aires, em 2010, quando o Foro de São Paulo completou 20 anos de existência e partidos do Foro já eram governantes em muitos países da região:

As transformações pelas quais passaram a América Latina e o Caribe nestas duas décadas têm muito a ver com os debates que realizamos [...] Muitos dos que nós encontramos no passado nas reuniões do Foro de São Paulo como forças de oposição,

⁴⁵ Alexandre Fortes (2011) ressalta que “as relações de confiança, anteriormente construídas entre lideranças e organizações que chegaram ao poder nesses países no período, ou nele se mantiveram, fortaleceram a consciência de que integram um movimento comum e compartilham de objetivos mais amplos (FORTES, 2011, p. 48).

⁴⁶ Ver no Capítulo 2, seção 2.1, a definição de Caramani (1998) de famílias partidárias e de “área ideológica mais ampla”, que aqui denomina-se “grande família”.

⁴⁷ Uma das críticas da direita brasileira e regional ao FSP é que ele exerceria “ingerência externa” nos países nos quais os partidos membros foram eleitos para governar. Isso é falso, pois os partidos são eleitos democraticamente para os governos nacionais, com plataformas programáticas aprovadas pela soberania popular. As ideias que influenciam essas plataformas programáticas têm variadas fontes, nacionais e internacionais, inclusive os documentos da Organização das Nações Unidas (ONU). Obviamente não há nenhuma agressão à soberania de nenhum país o fato do FSP, ou mesmo uma instituição de direita, como muitas o fazem, formular ideias programáticas que eventualmente influenciem os partidos membros ou com os quais se tem afinidade político-ideológica.

⁴⁸ Ver a definição gramsciana de intelectual orgânico no Capítulo 1, seção 1.1.

⁴⁹ O seminário anual promovido pelo Partido do Trabalho do México, membro do Foro de São Paulo, intitulado “Os Partidos e uma Nova Sociedade”, reúne dirigentes partidários e intelectuais acadêmicos de dezenas de países de todos os continentes. É o mais importante evento desse tipo na América Latina.

⁵⁰ O Fórum Social Mundial (FSM) é um processo internacional de debate e de encontro entre movimentos sociais e intelectuais, antineoliberal e anticapitalista. Foi realizado pela primeira vez em Porto Alegre, RS, Brasil, em 2001. O Fórum Social Américas é o fórum regional vinculado ao processo mundial do FSM.

⁵¹ Na ocasião Lula ainda era presidente do Brasil, no último ano de seu segundo mandato (2007-2010)

hoje somos Governo e estamos desenvolvendo importantes mudanças em nossos países e na região como um todo. Experiências como a Unasul e a Comunidade da América Latina e do Caribe são herdeiras dos debates que levamos no Foro (FORO DE SÃO PAULO, 2010b, p. 125).

Dilma Rousseff, ao gravar um vídeo com uma mensagem ao XIX Encontro do FSP, realizado em São Paulo em 2013, reafirmou o que foi dito por Lula no depoimento acima. Rousseff diz que o Foro de São Paulo:

[...] foi e é um extraordinário laboratório político. Nele os partidos formularam os projetos e as alternativas que estão mudando a realidade em nosso continente. [...] Todos os condutores das grandes transformações em nossa região chegaram aos governos de nossos países por meio de eleições absolutamente livres, democráticas, com ampla participação popular. Os novos governos democráticos e populares têm sido firmes igualmente na defesa da soberania nacional. Mas não se refugiaram em um nacionalismo estreito. A expansão e o fortalecimento do Mercosul, o surgimento da Unasul e da Celac, têm a marca dos grandes debates que temos realizado nos Encontros do Foro de São Paulo. (ROUSSEFF, 2013)

A elaboração da política externa dos países da região, sem dúvida, tem caráter de política de Estado, além dos componentes da política de governo e da chamada diplomacia presidencial. Isso é especialmente verdadeiro no caso do Brasil, que possui um Ministério das Relações Exteriores com reconhecida capacitação profissional e uma diplomacia com tradição de formulação própria. As principais formulações sobre a política externa do Brasil no período 2003-2016 vieram de quadros do Itamaraty, particularmente dos diplomatas Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, que podem ser considerados como intelectuais orgânicos. Entretanto, a pesquisa evidencia que é pouco visível, ou até mesmo ignorada, a legítima contribuição dos partidos políticos para a elaboração de diretrizes de política externa⁵².

⁵² O artigo dos pesquisadores da USP Amâncio J. de Oliveira e Janina Onuki (2010, p. 175), que analisa a posição dos partidos brasileiros em política externa, conclui que “a tese, forjada ainda na década de 70”, de que “os partidos seriam irrelevantes do ponto de vista de formulação e condução de política externa” está em parte equivocada. Os autores argumentam: “Não apenas os partidos políticos conseguem extrapolar as ideias canônicas forjadas pelo Ministério das Relações Exteriores e apresentar ideias próprias, como as propostas distinguem-se de forma significativa entre os partidos [...] [sendo que] as posições dos principais partidos são discriminantes em duas dimensões principais: parcerias estratégicas/relações Norte-Sul e integração regional”. (OLIVEIRA; ONUKI, 2010, p. 175)

3.1 A fundação e a evolução política do Foro de São Paulo: uma “grande família” latino-americana

*Essa família é muito unida
E também muito ouriçada
Brigam por qualquer razão
Mas acabam pedindo perdão*

A Grande Família, Zeca Pagodinho

As fases pelas quais passou o Foro de São Paulo em seus 25 anos são: a fundação, ou o nascimento, e a primeira infância, com a crise em torno da definição de sua identidade (1990-1993); a fase de definição e desenvolvimento de sua personalidade (1993-2002); a crise da adolescência (2002-2007); e a maioridade política, com maiores responsabilidades (2007-2015). A seguir será feita uma síntese de cada fase, realçando o que é mais significativo para a pesquisa.

Nos anos imediatamente anteriores à criação do Foro de São Paulo, muitos países latino-americanos superaram a fase das ditaduras militares⁵³. A redemocratização nesses países coincidiu com um novo momento de predomínio das ideias e do programa neoliberal do “Consenso de Washington” e com o início do período conhecido como de domínio “unipolar” dos Estados Unidos da América, a partir do fim da União Soviética e do campo de países de orientação socialista na Europa.

O momento no qual foi criado o Foro de São Paulo, no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, refletiu uma situação de derrota histórica das experiências socialistas europeias, de surgimento da chamada unipolaridade e da ascensão mundial do neoliberalismo, particularmente na América Latina. Por outro lado, o Foro foi criado em um

contexto [em] que surgem importantes partidos populares, além de se fortalecerem e adquirirem maior enraizamento social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço dessas forças expressou-se, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais” (POMAR e REGALADO, 2013, p. 25).

⁵³ Nos anos 1960, 1970 e 1980, ditaduras militares governaram vários países da América Latina, principalmente na parte meridional da América do Sul, o chamado Cone Sul.

No início dos anos 1990, durante o período de hegemonia neoliberal, os EUA lançaram a “Iniciativa para as Américas” e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Durante esses anos que foram considerados pelo Foro de São Paulo como uma fase de resistência popular de massas, os partidos do Foro elaboraram um programa de oposição, alternativo ao neoliberalismo, ao “pan-americanismo” da Organização de Estados Americanos (OEA) e da proposta da Alca. A presente dissertação, na seção 3.2.1, apresenta a compilação dessas ideias que compõem um programa do Foro de São Paulo relativo à integração regional, elaborado nesses anos da chamada resistência e enriquecido nos 2000 e seguintes.

Segundo Roberto Regalado (2008a, pp. 11-25) – autor de importante estudo sobre a trajetória do Foro e observador privilegiado, tendo em vista sua participação, por muitos anos, no seu Grupo de Trabalho –, o Foro de São Paulo surge num contexto de resistência e, mais que isso, num primeiro momento, após a dissolução da União Soviética, até de certa desorientação e perplexidade. Daí a necessidade de intercambiar opiniões e unir forças, num contexto de crise da esquerda em nível mundial. Portanto, o Foro de São Paulo nesse momento era uma necessidade histórica, situada em um contexto regional e mundial que tornava necessária e possível a sua criação.

Fidel Castro, então 1º Secretário do PC de Cuba, relata em suas “Reflexiones”, as conversações que teve com Lula, em diversas ocasiões e em vários lugares. Em uma delas, Fidel relata que:

Lula expresa de nuevo su cariño profundo por Cuba y sus dirigentes. Añadió, de inmediato, que sentía orgullo de lo que estaba sucediendo en América Latina, y una vez más afirmó que aquí en La Habana decidimos crear el Foro de São Paulo y unir a toda la izquierda de América Latina, y esa izquierda está llegando al poder en casi todos los países (CASTRO, 2008, p.32).

O Foro de São Paulo foi fundado em julho de 1990, a partir de um *Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina*, primeira denominação do que viria a ser o Foro de São Paulo. Pomar e Regalado explicam que, ainda que esboçado pelos dois partidos e suas principais lideranças – Fidel Castro Rúz, e o líder do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva – finalmente para convidar os partidos o “convite foi emitido pelo Partido dos Trabalhadores, tendo como critério abranger o mais amplo espectro da esquerda latino-americana” (POMAR e REGALADO, 2013, p. 9).

Do Foro de São Paulo, desde o seu início, participaram as mais variadas organizações de esquerda: comunistas; socialistas democráticos; socialistas marxistas; trotskistas, social-democratas, trabalhistas, nacionalistas e progressistas. Em muitos casos, essas “famílias” conviviam sob o mesmo teto em seu país, pois eram tendências e correntes de um mesmo partido. Pode-se citar como exemplos, dentre os principais fundadores, a Frente Ampla do Uruguai, o PT do Brasil, e o Partido da Revolução Democrática (PRD) do México.

Segundo Pomar e Regalado a “rejeição à criação de uma organização que tivesse alguma semelhança com a III Internacional⁵⁴, isto é, regida por um ‘partido centro’, motivou a ênfase no caráter de Foro aberto e plural” (POMAR e REGALADO, 2013, p.12). De acordo com Regalado, no Encontro de fundação, em 1990, teve-se o cuidado de não ferir as susceptibilidades de outras organizações já existentes:

Los criterios políticos y organizativos fueron que el Foro de São Paulo no se convirtiera en una Internacional, ni intentara erigirse en competidor de otros agrupamientos de partidos políticos latinoamericanos existentes, a saber, la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el Caribe (COPPPAL), la Coordinación Socialista Latinoamericana y el Comité para América Latina y el Caribe de la Internacional Socialista (IS). [...] Además, se acordó cursar invitaciones, con carácter de observadores, a la COPPPAL, a la CSL y al Comité para América Latina y el Caribe de la IS, y aceptar la presencia, en calidad de observadores, de partidos y organizaciones políticas de otras regiones que se interesen en asistir, principalmente de los Estados Unidos, Canadá y Europa (REGALADO, 2008a, p. 58-59).

Pomar e Regalado (2013) demonstram que, mesmo composto por partidos e movimentos políticos com uma grande diversidade ideológica e programática, com estratégias e táticas diferenciadas e, tendo passado por vários momentos de tensão e conflito interno, o Foro de São Paulo, ao longo dos anos, foi construindo um pensamento consensual e comum sobre as características principais dos projetos nacionais de autonomia e sobre a integração

⁵⁴ A crítica que é feita à centralização e aos métodos da III Internacional (1919-1943) precisa ser contextualizada e esclarecida, para que não se deixe de reconhecer e valorizar as grandes contribuições feitas pela Internacional criada sob a liderança dos comunistas soviéticos, como o apoio à luta dos povos contra o colonialismo e o neocolonialismo, pela independência nacional, pela democracia e pela liberdade, contra o nazi-fascismo e pelos direitos dos trabalhadores. É importante compreender que a III Internacional, quando foi criada, foi concebida como um partido mundial, pois ainda não havia partidos comunistas na maioria dos países, principalmente fora da Europa. Portanto, o anacronismo de suas formas organizativas não pode ser confundido com uma avaliação por demais negativa de sua experiência, em muitos sentidos original para a época e heroica em seu internacionalismo, a exemplo da história de vida de uma de suas internacionalistas, a alemã Olga Benário. Tampouco podem ser omitidos seus erros, ao não considerar, em vários casos, as especificidades nacionais, regionais e a opinião dos comunistas locais.

solidária dos países latino-americanos e caribenhos. Com “diversas orientações ideológicas e políticas” o Foro de São Paulo conseguiu encontrar o “necessário caminho da unidade na diversidade”. (POMAR e REGALADO, 2013, p. 58)

Nesses primeiros anos do FSP, em sua primeira fase, de 1990 a 1993, houve uma crise de formação da identidade do Foro. Nesse debate duas opiniões polarizaram os partidos membros. Uma posição, liderada por partidos que se identificavam como “Nova Esquerda”, e outra, que era chamada de “ortodoxa” e “radical”⁵⁵. Os debates eram em torno da identidade, da composição da membresia e das normas de funcionamento e métodos de decisão. Por exemplo, o debate em torno do nome e da identidade do Foro expressou bem o que se discutiu à época e qual era o contexto e a correlação de forças na esquerda regional e mundial.

Alguns partidos defendiam que o Foro não tivesse a palavra “Esquerda” no nome, por isso o consenso em torno do nome só foi resolvido no II Encontro realizado no México, em 1991, com o batismo da criança já com quase nove meses de idade. O Foro recebeu o nome de seu local de nascimento e assim, salomonicamente, evitou-se o seu falecimento antes de completar um ano.

No que se refere ao debate sobre as estratégias partidárias nacionais de luta pela hegemonia, envolvendo as chamadas “formas de luta”⁵⁶, e em relação às *Normativas para el funcionamiento del Foro de São Paulo y su Grupo de Trabajo*, os debates chegaram a um clímax no III Encontro, em Manágua, Nicarágua, em julho de 1992. Regalado relata que nesse Encontro e no seguinte, em Havana, consolida-se a proposta de construir um “Foro” e não uma “Internacional” e, mais uma vez, salva-se a criança, depois que “su ‘crisis de la infancia’ llegó a la máxima expresión” (REGALADO, 2012a, p. 5).

Após um importante aporte da Frente Ampla⁵⁷ do Uruguai, que sediou em Montevidéu uma reunião do então Grupo de Coordenação (atual Grupo de Trabalho), preparou uma proposta de *Normativas para el funcionamiento del Foro de São Paulo y su Grupo de Trabajo* que foi levada ao Encontro de Havana e lá aprovada por consenso.

O caráter latino-americanista e a defesa da integração regional já aparecem na primeira Declaração Final (do Encontro de 1990), assim como fortes críticas ao neoliberalismo. No

⁵⁵ Segundo Regalado (2012a, p. 4): “El acercamiento entre corrientes divergentes de la izquierda revolucionaria y socialista fue posible por el cisma ocasionado por la descomposición de la URSS [...] [y así entonces se] hacían pasar a planos secundarios las divisiones del movimiento comunista”.

⁵⁶ Na seção 3.4 deste capítulo esse assunto das diferentes estratégias e formas de luta será novamente abordado e analisado.

⁵⁷ A Frente Ampla uruguaia é reconhecida como uma das mais exitosas e longevas experiências de unidade da esquerda em nível regional e mundial.

entanto, segundo Regalado (2008a) , a identidade de esquerda, “antineoliberal e anti-imperialista” do Foro, foi aprovada de forma explícita somente em 1993, no IV Encontro do FSP realizado em Havana, com uma grande participação de partidos latino-americanos – ao todo 141 partidos, entre membros do Foro e observadores – e também devido ao prestígio da Revolução Cubana entre os presentes.

Em Havana (1993), contudo, o Foro de São Paulo não se definiu como anticapitalista, ou revolucionário, ou socialista, “en el sentido que a esos términos le asignan las corrientes marxistas”, mas como uma ampla frente antineoliberal a anti-imperialista (REGALADO, 2012a, p, 7).

A segunda fase do Foro de São Paulo foi a fase de definição e desenvolvimento de sua personalidade (1993-2002). Ela começou no Encontro de Havana, Cuba, em 1993, quando o Foro de São Paulo se autodefine como:

[...] um âmbito de convergência de partidos, organizações e movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe, destinada a refletir, analisar, discutir e procurar linhas de ação conjunta, projetos e propostas alternativas acerca dos grandes e principais temas de interesse comum, nesta hora, dos nossos países e em nossa região (FORO DE SÃO PAULO, 1993 *apud* POMAR e REGALADO, 2013, p. 53).

Por exigência do contexto histórico, os partidos do Foro fazem um grande esforço para renovar e atualizar seus repertórios teórico-ideológicos e programáticos e para construir a partir da diversidade, uma inédita unidade em nível regional, superando as práticas sectárias que prevaleciam em muitos partidos na maioria dos países.

No 4º Encontro do Foro de São Paulo, em Havana, 1993, o anfitrião, Fidel Castro, então dirigente principal do Partido Comunista de Cuba, fez uma intervenção de encerramento do Encontro na qual afirmou que “es deber de la izquierda crear consciencia de la necesidad de la integración y de la unión de América Latina y Caribe” (REGALADO, 2008). A ênfase na integração latino-americana e caribenha, presente desde 1990 nas resoluções, torna-se uma “bandeira” do Foro de São Paulo, uma marca de nascença.

De 1993 a 2002, o FSP desenvolveu as suas ideias sobre integração regional e fez contundente denúncia das políticas neoliberais, além de induzir, apoiar e participar de campanhas populares nacionais e continentais como a Campanha contra a Alca, articulada pela Aliança Social Continental, na qual foram protagonistas os movimentos sindicais e populares.

Apesar de não passar por uma crise séria, nessa fase o FSP continuou com seus debates polêmicos. O 7º Encontro, em 1997, em Porto Alegre, por exemplo, foi marcado por importantes debates estratégicos, fruto da pressão política e ideológica de concepções tidas como centristas e derrotistas em parcelas da esquerda latino-americana, que pareciam se desesperar com as derrotas em eleições presidenciais, ao passo que, em geral, os partidos de esquerda da região acumulavam forças nas lutas populares e nas eleições locais.

Nesse período os partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo – em aliança e interação com movimentos sociais e intelectuais – e suas lideranças maiores, protagonizaram – política e ideologicamente – a resistência aos governos “neoliberais” e ao programa “pan-americanista” de integração, e, desde a oposição, obtiveram vitórias político-eleitorais, primeiramente em âmbito municipal e provincial/estadual.

A partir de 1998, com a vitória de Hugo Chavez na Venezuela⁵⁸, começou a se delinear nova fase da política latino-americana e caribenha. Hugo Chávez havia participado de um Encontro do FSP pela primeira vez no início de 1996, em El Salvador. Em uma visita anterior a Cuba, em dezembro de 1994, logo após sair da prisão – em função da insurreição cívico-militar que liderou em fevereiro de 1992 –, teve longa conversação com Fidel Castro, na qual Chávez relatou que Castro discutiu com ele a importância do Foro de São Paulo.

Esses fatos, aparentemente prosaicos, fazem parte da construção do Foro de São Paulo, pois Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela e do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), como será relatado na seção 4.3 do Capítulo 4, foi uma liderança decisiva tanto para a crítica mais dura ao Foro de São Paulo com a proposta alternativa da V Internacional, em 2009, como depois para fortalecer novamente o FSP após mais essa crise e ser o anfitrião do Encontro do FSP em 2012 em Caracas.

Chávez pretendia organizar em 1996 um novo Congresso Anfictiônico, no mesmo Panamá, como fez Bolívar na luta pela chamada primeira independência da América espanhola. Fidel Castro apoiou, mas lhe apresentou também o Foro de São Paulo. Chávez relata o diálogo, em entrevista a Ignacio Ramonet:

Ignacio Ramonet – Ese encuentro con Fidel, le facilitó a usted el contacto con las izquierdas latinoamericanas. Surgió ahí la idea de que fuera usted a San Salvador a la reunión del Foro de São Paulo?

Hugo Chávez – Sí. Con Fidel conversamos de la situación internacional [...] [y él] apoyó esa idea del Congreso Bolivariano, e incluso envió un delegado a la reunión de

⁵⁸O processo da Revolução Bolivariana será discutido na seção 3.4 deste capítulo e na seção 4.3 do Capítulo 4.

Santa Marta. Pero también me habló de mecanismos ya existentes. Ahí es cuando evocó el Foro de São Paulo, que yo desconocía. Me paso mucha información (RAMONET, 2013, p. 671).

Entre 2002 e 2007, o Foro de São Paulo enfrenta as crises de sua adolescência. Regalado diz que, no período entre 2002 e 2007, viveu-se no Foro de São Paulo um período de muitas tensões, fruto dos mesmos debates sobre as estratégias dos partidos, agora feitos em uma nova situação, na qual os partidos do FSP começam a colher vitórias em eleições presidenciais e assumem governos nacionais.

Os partidos e as lideranças do Foro de São Paulo obtêm vitórias eleitorais em eleições presidenciais entre 2002 e 2007: no Brasil (2002), no Uruguai (2004), no Chile (2006) e na Nicarágua (2006), em alianças lideradas por partidos fundadores do Foro de São Paulo. No caso da Argentina (2003)⁵⁹, da Bolívia (2005) e do Equador (2006), partidos e frações de partidos, participantes e/ou apoiadores das alianças vencedoras nas eleições nacionais, já faziam parte do Foro de São Paulo. Entretanto, o partido principal da Argentina (PJ), não aderiu ao FSP. Já os partidos principais da Bolívia (MAS-IPSP) e do Equador (Movimiento Alianza PAIS)⁶⁰, formações políticas novas e com um programa latino-americanista similar ao do Foro de São Paulo, incorporam-se posteriormente ao Foro.

Essas vitórias eleitorais ocorreram particularmente na América do Sul e com elas se inicia a realização prática do programa alternativo de integração, a partir dos governos nacionais, em cada país e em âmbito regional. Com esse novo ciclo, de governos de esquerda e progressistas, emerge um “latino-americanismo” renovado e ressurge na América Latina o debate sobre o socialismo no século XXI, particularmente nos países que viriam a formar a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), como: Venezuela, Bolívia e Equador, além de Cuba. Com adesão dos partidos da Alba ao Foro de São Paulo – do qual já participava o PSUV da Venezuela, ademais do PC de Cuba, que é fundador do FSP –, se alterou a correlação de forças no FSP.

Paradoxalmente, enquanto a esquerda continental vivia um período de auge, com uma série de vitórias em sequência em eleições presidenciais, criando uma situação inédita na

⁵⁹ O Partido Justicialista (PJ), mais conhecido como partido peronista, é composto por variadas tendências, movimentos e agrupações políticas. Muitas delas, ao lado de outros partidos como o Partido Socialista ou o Partido Comunista, já faziam parte do Foro de São Paulo. Contudo, o PJ como partido membro da COPPPAL, nunca fez parte do FSP, mesmo durante o governo de Nestor Kirchner. No final do segundo mandato de Cristina Kirchner, em 2015, houve o intento do PJ de solicitar a membresia ao FSP, que está sendo discutida pelos partidos argentinos.

⁶⁰ O Movimiento Alianza Pátria Altiva i Soberana (PAIS) foi fundado em abril de 2006 para disputar e vencer as eleições presidenciais equatorianas do mesmo ano com Rafael Correa.

história da América Latina, o Foro de São Paulo passou pela sua fase mais crítica. O FSP, pelas divergências internas e por outros fatores⁶¹, deixou de se reunir em Encontros anuais e, após o XI Encontro (Guatemala, dezembro de 2002), voltou a reunir-se depois de dois anos e meio, em julho de 2005, em São Paulo, no XII Encontro, após completar seus 15 anos de vida. Em 2006 também não foi realizado um Encontro e em janeiro de 2007 realizou-se o XIII Encontro, em El Salvador, onde seria superada essa fase de crise. Nesse interregno, o Grupo de Trabalho continuou se reunindo, em compasso de espera e em busca de novos consensos.

Para Regalado, “los ‘espaciamientos’ ocurridos entre finales de 2002 e inicios de 2007 se debieron a que el Foro atravesó por una segunda crisis *casi terminal*, que de nuevo colocó a sus miembros ante la disyuntiva de costo-beneficio entre salvarlo y dejarlo morir. En esta oportunidad, una parte optó por salvarlo, y otra perdió interés y se alejó” (REGALADO, 2012a, p. 10).

Os debates que quase dividiram ou acabaram com o Foro de São Paulo eram polarizados agora pelos partidos que estavam liderando ou apoiando os governos de esquerda e progressistas, de uma lado, e, “partidos aintisistémicos que no concebían o no están e condiciones de acceder al gobierno por vía electoral” (REGALADO, 2012a, p. 10). O principal tema dos debates era “si todos y cada uno de los gobiernos da le región controlados por – o en los casos que participan – miembros del Foro se ajustan o no a la definición de antiimperialista y antineoliberal” (REGALADO, 2012a, p. 10).

A solução política para essa segunda grande crise – a maior já vivida pelo FSP – viria novamente da postura e da conduta dos partidos líderes e fundadores, como na ocasião da primeira grande crise, resolvida em 1993. Desta vez o partido que mais cooperou para a solução foi o PT do Brasil. De 2002 a 2005, o PT passou por mudanças em sua direção, após a saída de quadros dirigentes que assumiram novas responsabilidades no governo federal, entre eles o Secretário Executivo do FSP desde a sua fundação e também Secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia⁶².

⁶¹ Entre esses fatores está a alteração na Secretaria de Relações Internacionais do PT do Brasil, que desde 1990 até 2015, teve a responsabilidade da Secretaria Executiva do Foro de São Paulo. Segundo Guilherme P. N. Nafalski, em um dos poucos trabalhos acadêmicos localizados que dedicou um capítulo ao FSP: “O resgate do Foro a partir de 2007 tem como pressupostos dois fatos importantes. O primeiro deles é a vitória de Lula em primeiro turno, que o fortalece nos cenários nacional e internacional, e realimenta a esquerda continental em busca de mudanças. Junto com isso assume a SRI [Secretaria de Relações Internacionais] do PT, em 2005, Valter Pomar, liderança de esquerda no partido que volta a rearticular a esquerda continental com o Foro, inclusive por conseguir separar partido de governo nas discussões, o que tem impacto positivo para o agrupamento das esquerdas” (NAFALSKI, 2010, pp. 69-70).

⁶² Segundo Nafalski: “Marco Aurélio Garcia torna-se Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais. Permanece na estrutura da SRI a historiadora Ana Maria (Nani) Stuart, que, com ele,

De acordo com Nafalski, depois de Marco Aurélio Garcia, alternam-se na Secretaria de Relações Internacionais do PT (SRI) “diversos secretários, sem mandatos expressivos até 2005. [...] Em 2005 acontece o Processo de Eleições Diretas do PT. Na SRI assume Valter Pomar, que permanece na secretaria por dois mandatos, até 2009. Sob seu comando a secretaria volta a ter uma vida ativa” (NAFALSKI, 2010, p. 37).

Regalado relata o que ele mesmo denomina “el milagro” operado pelo PT do Brasil, fruto da necessidade e da casualidade que o momento propiciava:

El catalizador del cambio fue la crisis por la que atravesó el PT de Brasil en 2005. [...] Como parte de ese proceso, Valter Pomar fue designado secretario de Relaciones Internacionales del PT y secretario ejecutivo del Foro [y] [...] esta designación coadyuvó al restablecimiento del consenso dentro del Foro, ya que Valter asumió el desafío de reparar los puentes entre corrientes divergentes, y de construir puentes entre partidos de gobierno y partidos opositores. De manera que, por encima de las fortísimas contradicciones que entre 2002 y 2007 colocaran al Foro de São Paulo, por segunda vez, en el punto más cercano a la ruptura, prevaleció el interés de preservarlo como espacio de encuentro, de debate y de convergencia (REGALADO, 2012a, p. 11).

Depois de passar por momentos de muitas polêmicas, formou-se a convicção – hoje dominante e consensual no Foro de São Paulo – de que, de fato, as forças políticas do FSP ou que aderem a ele em seguida e, que ascendem aos governos latino-americanos, são diversas e têm diferentes táticas e estratégias nacionais, mas também que há muitos pontos de coincidência entre as experiências de cada partido e de cada país, como a defesa da integração continental, da soberania nacional, do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento econômico e social com distribuição de renda e valorização do trabalho.

Não obstante, as divergências sobre o tema dos governos de esquerda e progressistas não cessaram até 2015, mas alguns partidos mais críticos a eles aos poucos foram se distanciando, passando a participar menos, tanto das reuniões do Grupo de Trabalho como dos Encontros e outras atividades do Foro, e outros partidos vieram a aderir.

Nas organizações internacionalistas muitas vezes há conflitos quando há mais de um partido por país na lista de membros, principalmente se os dois ou mais partidos desse país em questão forem de famílias ideológicas distintas e/ou se esses partidos têm posições táticas e

idealizou e trabalhou na constituição do Foro de São Paulo. Ela fica na SRI até 2008, ano de seu falecimento”. (NAFALSKI, 2010, p. 37)

estratégicas muito diferenciadas. É comum nessa situação as divergências entre esses compatriotas se expressarem também em âmbito internacional.

Um exemplo é o Equador. Depois da vitória de Rafael Correa, partidos de oposição ao novo governo, e membros ativos de seu Grupo de Trabalho, como o Movimiento de Unidad Nacional Pachakutik – Nuevo País, o Movimiento Popular Democrático, e o Partido Comunista Marxista-Leninista del Ecuador, não saem do FSP, mas deixam de ser participantes ativos, inclusive porque o governo Correa é apoiado solidariamente pela grande maioria dos partidos membros do Foro. De outro lado, o principal partido do governo, o Movimiento Alianza PAIS, adere ao FSP e passa ser membro de seu Grupo de Trabalho.

Em sua quarta fase, de 2007 a 2015, o Foro de São Paulo adquire maioridade política e maiores responsabilidades. O FSP se fortalece com o avanço do processo de integração regional, com mais vitórias políticas e eleitorais nos âmbitos nacionais, e com a adesão dos partidos políticos da Alba; amadurece e uma nova hegemonia interna o estabiliza.

Há um incremento das ações de solidariedade internacional organizadas e apoiadas pelo Foro, como por exemplo o apoio ao processo de paz com democracia e justiça social na Colômbia. Porém, ao mesmo tempo, o FSP passa a ser seriamente questionado por novos atores em ascensão na política latino-americana, e passa a ser exigida do FSP uma nova conduta política e prática, que esteja à altura das responsabilidades assumidas pelos partidos e lideranças que protagonizam o ciclo de governos de esquerda e progressistas. Segundo Alexandre Fortes, o Foro de São Paulo:

[...] se constituiu em um esboço do que viria a ser a relação entre os governos integrantes [os governos de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe], que os norte-americanos batizaram de *Latin America's left turn* (a virada à esquerda da América Latina) [...].

Essa mudança na conjuntura política regional transformou boa parte dos organizadores do foro em protagonistas da política externa dos seus países (FORTES, 2011, p.47-48).

De 2007 até o XXI Encontro do Foro, na Cidade do México, em 2015, somam-se aos governos de esquerda e progressista o Paraguai (2008), El Salvador (2009) e o Peru (2011). Dos partidos de esquerda paraguaios que participaram da coalizão vitoriosa que elegeu Fernando Lugo presidente, os que ainda não eram membros do FSP pediram ingresso e foram aceitos em seguida. A Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), de El

Salvador, é fundadora do FSP, assim como o Partido Nacionalista Peruano (PNP) de Ollanta Humala e outros partidos da aliança também já eram membros do Foro.

Nos anos 2010 acelera-se a transição geopolítica, em função do agravamento da crise do capitalismo a partir de 2008 e intensifica-se a tendência à multipolaridade no sistema de poder internacional. Além disso, e como resposta à crise que tem como epicentro os EUA, o imperialismo estadunidense promove uma contraofensiva na América Latina e Caribe, apoiando as forças políticas da oposição de direita em cada país e em escala regional.

Já como resultado dessa contraofensiva, em 2009, um golpe militar e com apoio parlamentar depõe o presidente constitucional Manuel Zelaya, e em 2012, um golpe judicial e parlamentar afasta do governo o presidente legítimo do Paraguai, Fernando Lugo.

Outra alteração importante no contexto regional, fruto da nova situação mundial e regional é o que ocorre com as relações bilaterais entre Cuba e os EUA, e, entre Cuba e os demais países latino-americanos e caribenhos. Em janeiro de 2013 aconteceu a I Cúpula da Celac em Santiago do Chile, na qual a República de Cuba assumiu a Presidência Pro Tempore da organização, fato simbólico das mudanças pelas quais passou a América Latina, quando se compara com o que ocorria em 1962, ano em que Cuba foi expulsa da OEA durante o período da Guerra Fria e da forte hegemonia do sistema pan-americano. Em dezembro de 2014, foi anunciada pelos governos de Cuba e dos EUA o início do processo que visava a normalização das relações diplomáticas entre os dois países. Os EUA reconheceram o fracasso da tática de bloqueio econômico, mas não desistiram de combater, agora com outras táticas, a Revolução Cubana.

No Peru, o governo Humala, após duas reformas ministeriais, nas quais a esquerda foi alijada do governo, e uma alteração de compromissos programáticos em função de acordos com forças conservadoras, afastou-se da esquerda peruana e das posições políticas do Foro. No entanto, seu partido, o PNP continua sendo membro do FSP.

Os exemplos do Equador e do Peru, descritos acima, são importantes para demonstrar como o Foro de São Paulo é uma organização em movimento, complexa e contraditória, que se transforma de acordo com mudanças nas realidades nacionais, regionais e mundiais, que condicionam os novos posicionamentos dos partidos membros e, por conseguinte, as novas posições consensuais e coletivas do Foro.

Reconformada essa nova hegemonia interna no FSP, a partir da adesão de novos partidos que passam a governar seus países, e, com o fortalecimento dos demais partidos governantes, muitos deles fundadores do Foro, altera-se a correlação de forças no interior da esquerda regional. Com o prestígio de quatro processos “revolucionários” – a “Revolução Bolivariana”

da Venezuela, a “Revolução Democrática e Cultural” da Bolívia, a “Revolução Cidadã” do Equador e a “Revolução Nicaraguense” –, que juntamente com Cuba formam o conjunto de países mais importantes da Alba, surgem novos partidos e líderes protagonistas.

O PC de Cuba e o PT do Brasil não eram mais, em 2007, os únicos grandes partidos e com autoridade diante dos demais membros do Foro de São Paulo, nem Fidel Castro e Lula estavam sós entre os maiores líderes, inclusive com projeção mundial. A maior das novas lideranças que surge na América Latina nos anos 2000 é Hugo Chávez e um dos novos grandes partidos do Foro de São Paulo, objetivamente, passa a ser o PSUV. De acordo com Modesto Emilio Guerrero:

Desde el año 2007 [en Venezuela], la expresión electoral más fuerte y el espacio social que reúne la mayor cantidad de militancia de izquierda es el Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), con más de 7 millones de afiliados y alrededor de 300.000 activistas diarios que superan el millón de activos orgánicos en coyunturas especiales, como riesgos militares, campañas sociales o electorales (GUERRERO, 2012, p. 402).

Do processo que soluciona a sua maior crise, brota uma terceira crise, que já estava latente desde 1996, quando Chávez⁶³ compareceu pela primeira vez a um Encontro do FSP. Essa terceira crise do FSP – iniciada em 2009, com o lançamento da proposta de criação de uma V Internacional, formulada e defendida pelo próprio Chávez – foi superada por um novo consenso que se consolidou progressivamente até que o Grupo de Trabalho resolveu sediar o XVIII Encontro do FSP em Caracas, no ano de 2012. O PSUV foi o partido anfitrião do XVIII Encontro, juntamente com os demais partidos venezuelanos do FSP.

Não obstante, a ideia de uma organização internacionalista revolucionária e socialista, de âmbito continental e mundial, baseada na suposição de que o Foro de São Paulo estaria superado historicamente ou em outras avaliações críticas acerca das limitações do Foro,

⁶³ Hugo Chávez não era bem visto por parcela dos partidos de esquerda venezuelanos e latino-americanos, por ter liderado a polêmica insurreição cívico-militar de 1992. Esses setores da esquerda o consideravam “golpista” e não consideravam Chávez “de izquierda”. O Foro de São Paulo estava dividido sobre o assunto, inclusive os partidos venezuelanos tinham posições diferentes entre eles. Quando Chávez compareceu ao Encontro do Foro de São Paulo em 1996, representando o Movimiento Bolivariano Revolucionario-200 (MBR-200), não houve consenso para lhe dar a palavra. Esse episódio influenciou a opinião de Chávez sobre o Foro de São Paulo. Em entrevista a Ignacio Ramonet, Chávez dá seu testemunho sobre o ocorrido: “Y a nivel internacional, esa izquierda que se rindió también me boicoteaba. En 1995, en una reunión del Foro de São Paulo, en San Salvador, se negaron a que hablara. Una vergüenza... me dolía... No entendieron nada. No vieron venir lo que está surgiendo ahora: la tremenda fuerza de los movimientos sociales, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador” (RAMONET, 2013, p. 640).

continua presente e subsiste de forma latente entre alguns importantes partidos de esquerda da região.

Nos anos anteriores a 2009, ano em que Chávez propôs a V Internacional⁶⁴, para lutar pelo “Socialismo do século XXI”, o líder venezuelano já procurava novas plataformas internacionalistas, que unissem, na região e globalmente, uma “esquerda verdadeira”, uma “esquerda revolucionária”, uma “esquerda anticapitalista e socialista”, formada por partidos, movimentos sociais e intelectuais. Em suas participações nos Fóruns Sociais Mundiais, inclusive em um deles realizado em Caracas em 2006, Chávez fez várias conclamações a esse “novo internacionalismo”. Relacionada a esta proposta de uma nova articulação internacionalista estava uma visão crítica das limitações e insuficiências do FSP.

A polêmica sobre a V Internacional, por ter colocado em xeque o Foro de São Paulo e por ter pressionado o Foro a se repensar e a renovar e atualizar a sua política e suas ações práticas, ou muitas vezes a ausência delas, é discutida mais detidamente no Capítulo 4.

Como resultado dessa nova realidade da esquerda regional, nos debates internos do Foro de São Paulo as ideias dos partidos de orientação social-democrata e de centro-esquerda, que em certa medida estavam na ofensiva nos anos 1990, perderam força em relação às ideias dos partidos socialistas, marxistas e revolucionários. Um sintoma dessa nova hegemonia interna é que nenhum partido se opôs, a partir de 2007, à inclusão da defesa da perspectiva socialista em seus documentos e resoluções. Isso seria impensável, e até poderia levar à fratura do Foro, nas fases anteriores, principalmente nos primeiros anos do Foro.

O Documento Base preparatório para o Encontro do Foro em Caracas, 2012, afirma que “se tornará cada vez más posible y necesario no sólo enfrentar el modelo neoliberal, sino también debatir alternativas al capitalismo y los caminos del socialismo” (FORO DE SÃO PAULO, 2012, p. 19).

Em 2015, a situação da membresia do Foro de São Paulo denotava que a grande maioria dos partidos de esquerda relevantes⁶⁵ em seus países era membro do Foro de São Paulo. É certo que muitos partidos de esquerda (e tendências ou frações de partidos) não faziam parte, pois

⁶⁴ A polêmica em torno da V Internacional, entre os partidos do FSP, será tratada na seção 4.3 do Capítulo 4.

⁶⁵ Sobre critério de relevância para os partidos latino-americanos, Alcántara Sáez (2004) estabelece como critério a obtenção de 5% votos nacionais para o parlamento. É um critério muito seletivo e pouco útil, dada a dinâmica da realidade política da região. Por esse critério, questionável, o partido (ou movimento sociopolítico) que governa o Estado Plurinacional da Bolívia desde 2006, não seria relevante, apenas alguns anos antes de vencer as eleições presidenciais de 2005. Nas eleições de 1999, o Movimento ao Socialismo-Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS-IPSP), obteve, segundo Evo Morales Ayma (2012) “alrededor de 3 por ciento de la preferencia electoral y creció el 2004 aproximadamente al 20 por ciento”. Um critério mais abrangente, de por exemplo de pelo menos 1% dos votos nacionais para o parlamento, captaria melhor os partidos que tem relevância atual, ou no futuro próximo, nos países latino-americanos (MORALES AYMA, 2013, p.352).

não eram membros nem eram observadores do Foro de São Paulo. Contudo, poucos partidos de esquerda, atuando de forma legal, importantes no cenário político de seus países – com número de filiados e militantes e força político-eleitoral relevantes – não eram membros do FSP em 2015.

Em outros termos, quantitativamente há muitos partidos de esquerda que não compartilhavam das posições políticas e não eram membros do FSP. Por outro lado, em termos qualitativos, se são considerados os partidos relevantes em seus países, a situação se inverte e poucos não eram membros do FSP.

Esses casos, de partidos de esquerda relevantes que não são membros do Foro de São Paulo, em geral são de pequenos partidos, com posições de ultra-esquerda e de oposição aos governos de esquerda e progressistas citados acima, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) brasileiro.

No Apêndice A, relaciona-se os partidos do Foro de São Paulo presentes ao Encontro no Brasil em 1990, os partidos presentes ao Encontro realizados em Cuba, em 1993, a membresia de 2007, os partidos presentes ao Encontro na Venezuela em 2012, e a membresia do FSP em 2015. Portanto, o Anexo B nos permite ter uma visão da evolução da membresia do FSP, de 1990 a 2015.

3.2. O Foro de São Paulo e a integração latino-americana

[...] a integração latino-americana e caribenha é o objetivo estratégico do Foro de São Paulo [...] Os partidos políticos agrupados no Foro de São Paulo têm, portanto, um triplo papel: orientar nossos governos a aprofundar as mudanças e acelerar a integração; organizar as forças sociais para sustentar nossos governos ou para fazer oposição aos governos de direita; e construir um pensamento de massas, latino-americano e caribenho, integracionista, democrático-popular e socialista.

Documento Base do XIX Encontro do Foro de São Paulo (São Paulo, 2013)

Nesta seção analisa-se objetivamente as políticas doutrinárias e programáticas acerca da integração regional, formuladas no âmbito do Foro de São Paulo, que depois vieram a influenciar, através das lutas populares e da política externa dos governos de esquerda e progressistas, as políticas dos organismos de integração sul e latino-americanos e caribenhos: o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba – TCP) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac).

Em suas duas primeiras fases, de 1990 a 1993 e de 1993 a 2002, o FSP elaborou diretrizes programáticas para a integração regional, em uma situação na qual os partidos de esquerda estavam na oposição aos governos nacionais neoliberais – com a exceção do PC de Cuba, no poder desde 1959 e da Venezuela, governada pelo chavismo desde o início de 1999. Nas duas fases seguintes, de 2002 a 2007 e de 2007 a 2015, após as vitórias eleitorais que levaram o continente a um novo ciclo político, o FSP desenvolveu ainda mais as suas diretivas programáticas de integração da América Latina e do Caribe.

A seguir, procura-se expor e sistematizar a contribuição do Foro de São Paulo para o ideário da integração regional, com o qual o FSP contribuiu para os novos rumos que tomou o processo de integração continental no século XXI. Pode-se observar uma forte identidade entre as ideias políticas e as diretrizes de integração política, econômica, social e cultural, dos partidos políticos e líderes participantes do Foro de São Paulo, e, as resoluções e programas dos organismos de integração regional criados ou renovados a partir do início dos anos 2000.

3.2.1 As ideias do Foro de São Paulo sobre a integração econômica, política, social e cultural da América Latina

O FSP elaborou ideias que redefiniram e atualizaram as propostas de unidade e de integração da América Latina. No Documento Base que preparou os debates do Encontro de 2007 do FSP, reafirmou-se que “en el Foro se definieron las bases de un nuevo concepto de unidad e integración latinoamericanista y caribeño para reafirmar nuestra soberanía, independencia y recuperar nuestra identidad cultural e histórica, promover la democracia y la soberanía populares” (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 631).

Nos seus 25 anos de existência, o Foro de São Paulo coleciona uma série de resoluções, documentos e discursos que representam o pensamento político do Foro sobre a integração latino-americana, elaborado ao longo de sua história.

Ainda nos primórdios do FSP, em 1991, no seu II Encontro, na Cidade do México, a Declaração Final assinala que a integração política e econômica da região é parte fundamental da solução dos problemas enfrentados pelas sociedades latino-americanas:

La solución de fondo a las dificultades y problemas se encuentra hoy en la profunda transformación de nuestras sociedades y en la integración política y económica de América Latina y el Caribe que fue, durante siglos, el incentivo para las luchas libertarias y ahora constituye la idea motora para impulsar nuestra cabal emancipación frente al proceso de reestructuración del capitalismo a nivel mundial, y para contribuir a forjar un nuevo orden internacional que respete nuestros valores nacionales y satisfaga las necesidades de nuestros pueblos (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p.89).

Constata-se que o Foro de São Paulo, em seus documentos e resoluções sobre integração regional, resgata e promove dois importantes conceitos das teorias críticas das relações internacionais, o conceito de autonomia nacional e o conceito de integração solidária⁶⁶. Isso pode ser explicado também pelo fato dos partidos e movimentos políticos de esquerda da América Latina possuírem, naquele momento (1990) e até hoje, plataformas ideológico-programáticas baseadas ou inspiradas nas teorias críticas latino-americanas, a saber: o marxismo e a teoria do imperialismo de Lênin; as teorias da CEPAL⁶⁷; as variantes da teoria da dependência; e as teorias sul-americanas de autonomia nacional, entre outras influências.

Nota-se nos documentos do Foro de São Paulo que a soberania e a autonomia nacionais são consideradas condições *sine qua non* para os projetos nacionais de desenvolvimento econômico e social latino-americanos e caribenhos, assim como a integração solidária depende também da consolidação da soberania e da autonomia dos países da região. Em outras palavras, a autonomia nacional, que pressupõe a soberania do país, é conceito chave na formulação programática do Foro de São Paulo.

Nas resoluções aprovadas no Encontro de São Paulo, Brasil, em 2005, os partidos do Foro defendem a ideia de “acentuar a importância da luta pela soberania nacional frente à

⁶⁶ Para uma discussão dos conceitos de autonomia nacional e de integração solidária, ver os textos do argentino Juan Carlos Puig (PUIG, 1986) e do brasileiro Hélio Jaguaribe (JAGUARIBE, 1979).

⁶⁷ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, organismo da organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1948. Entre os principais intelectuais vinculados ao pensamento da CEPAL estão Raúl Prebisch e Celso Furtado.

hegemonia do imperialismo norte-americano e à pretensão de subordinar os países a suas políticas e interesses” (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 79). Em 2010, as resoluções aprovadas em Buenos Aires destacam a “afirmação de um pensamento geopolítico autóctone, que valorize as nossas independências e soberanias nacionais” (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 162).

O Documento Base do XIX Encontro do FSP relaciona esse pensamento soberanista com a integração continental. O documento diz que “a integração latino-americana é o objetivo estratégico do Foro de São Paulo” (FORO DE SÃO PAULO apud POMAR e REGALADO, 2013, p. 253). O conceito de integração solidária, enquanto processo integrador caracterizado pela coordenação de políticas e pela redução das assimetrias entre os países, está presente repetidas vezes nas formulações do Foro de São Paulo.

O tema geral do XIII Encontro do FSP, situado em San Salvador, El Salvador, em janeiro de 2007, foi “A nova etapa da luta pela integração latino-americana e caribenha”. Nesse Encontro, foi aprovada uma resolução que afirma a necessidade da participação política dos partidos e dos movimentos sociais nos processos de integração e que defende a criação de um parlamento continental. A proposta envolve os 33 países soberanos que fazem parte da Celac, organização interestatal de integração. Diz a resolução:

Como bien ha sido señalado en varios de nuestros Encuentros, las fuerzas políticas y sociales de la izquierda latinoamericana y caribeña operan en realidades históricas y desde estrategias muchas veces diferentes y contradictorias entre sí. Exactamente a causa de ello, el punto de contacto que permitirá acordar un plan común entre gobiernos, partidos y movimientos sociales está en la construcción de una estrategia convergente de integración continental.

[...] Lo fundamental, en cualquiera de los casos, es asegurar una integración continental que tenga en el pueblo su cimiento fundamental. Para ello, debemos trabajar en pro de la creación, en el plazo más corto posible, de un parlamento continental (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 647-655).

O Foro de São Paulo defende uma “integração alternativa” que tenha como “objetivos de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política, econômica e uma articulação dinâmica de culturas”. Para o Foro de São Paulo, o “projeto alternativo de integração deve ir além do contorno meramente comercial liberalizador” (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 35), que tende a gerar vulnerabilidades e mais dependência dos capitais transnacionais. Essa integração alternativa:

[...] deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional acima dos interesses particulares (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 34).

A Declaração Final do III Encontro do Foro de São Paulo, realizado de 16 a 19 de julho de 1992, em Manágua, Nicarágua, procura definir o que seria uma “integração dos povos” da região. Sobre o papel das forças populares e as alianças político-sociais para a formação de novos blocos de poder nos países da região, a fim de impulsionar a integração, o texto do III Encontro afirma:

O conteúdo econômico de uma alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e modelos dominantes e a eliminar controles monopolistas e oligopólios, e da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a consecução da justiça social, da democracia e da libertação nacional (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 30-31).

O texto acima, embora não utilize explicitamente os conceitos gramscianos, discutidos no Capítulo 1, defende a aliança das classes subalternas nos países latino-americanos. Ao referir-se a “forças interessadas na promoção de projetos nacionais”, pode-se notar a relação com o conceito de “nacional-popular” de Gramsci, quando as forças populares assumem a missão histórica de “libertação nacional”.

É importante ressaltar que as citações anteriores, e a próxima idem, datam de 1992, quando o FSP vivia ainda a sua “primeira infância”, mas já carregava consigo o DNA de uma concepção popular e latino-americanista da integração continental. Fundamentando ainda o que seria uma integração alternativa e solidária e relações internacionais mais democráticas, a partir do ponto de vista popular, a Declaração Final do III Encontro do FSP (1992), ressalta:

[...] a necessidade de impulsionar um processo de integração da América Latina e Caribe que corresponda à sua visão, necessidades e interesses específicos. Esse processo deve ser fundado na solidariedade entre os povos: uma integração “de baixo para cima”, que favoreça a conformação de redes de intercâmbio, de coordenação e

complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir das quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa avançar. Estamos convencidos de que a luta pela integração dos povos constitui um desafio político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abrangendo organizações nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e mundial, com vistas a construir uma nova ordem democrática em toda a sua globalidade (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 34).

A proposta de integração econômica do Foro de São Paulo também é baseada na ideia de integração solidária, o que envolve o combate às assimetrias existentes entre os países da região e inclusive dentro de cada país, e o desenvolvimento sustentável. A proposta é feita confrontando-se com a proposta estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que poderia levar à dolarização das economias da região, como aconteceu com o Equador e El Salvador, por exemplo:

O Foro levanta como alternativa à ALCA o desenvolvimento e potencialização dos processos de integração reais da América Latina e Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica neoliberal que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focalizando-os até os objetivos do desenvolvimento sustentável e a vinculação das sociedades, o qual supõe ressaltar a dimensão política como pilar destes projetos. Esta integração deve ser dotada de mecanismos para enfrentar as desigualdades prevaletentes entre os países; e ao interior destes, entre os diferentes grupos sociais, promovendo a equidade de gêneros e o reconhecimento da identidade e os direitos dos povos indígenas. Adicionalmente devem prestar atenção à cooperação produtiva e tecnológica, assim como ao fortalecimento da independência monetária, enfrentando o crescente processo de dolarização (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 499-500).

No importante X Encontro do FSP de Havana, Cuba, em 2001, os documentos aprovados faziam a proposta de:

[...] criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minerais a escala global. Trata-se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 112).

No Documento Base do XIII Encontro, sediado em El Salvador, em 2007, na parte intitulada “Una integración alternativa”, o FSP faz uma importante reflexão sobre a relação

entre os países maiores e os menores da região, e, sobre a integração energética, o potencial regional em recursos naturais e a relação entre a integração e a redução da dependência externa da América Latina:

Los países más grandes tienen que entender que deben ceder más a los países de menor tamaño, y no a la inversa. No se puede esperar, principalmente en economía, que haya reciprocidad simétrica entre países asimétricos. Ésta es, incluso, una de las razones por las cuales nos opusimos al ALCA.

[...] La integración energética es otro factor de suma importancia, debido al potencial de energía eléctrica hidráulica existente en varios de nuestros países, el petróleo y gas natural en otros y la biomasa posibilitada por la extensión y riqueza del suelo latinoamericano.

[...] Los recursos naturales existentes en América Latina y el Caribe ofrecen la base para cualquier proyecto de desarrollo, puesto que, a diferencia de otros países que hoy son industrializados, aquí tenemos la energía necesaria para sustentarlo y tenemos, además, las condiciones para alimentar a todos.”

[...] Llevar la integración del continente a su plenitud es probablemente el principal reto que está planteado para nuestros gobiernos, ya de ella depende que se mantenga el desarrollo nacional y la reducción de la dependencia externa de nuestros pueblos (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 653-654).

O tema da integração na área de defesa também comparece nos documentos do FSP. No mesmo Encontro citado acima, em El Salvador, em janeiro de 2007, surgiu a proposta de criação de:

[...] un colegio latinoamericano, sudamericano de defensa que permita la formación de nuestros expertos en el estudio y análisis de nuevos sistemas de defensa a nivel regional, para reemplazar las antiguas hipótesis de conflicto por nuevas fórmulas de cooperación y lograr la unificación de una nueva doctrina militar regional (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p.705).

Essa proposta do FSP antecipa o que viria a ser o Conselho de Defesa Sul-americano, criado mais tarde no âmbito interestatal da Unasul.

3.2.2 O Foro de São Paulo, os governos de esquerda e progressistas da América Latina e a nova fase da integração regional

A partir do novo ciclo de governos de esquerda e progressistas, os partidos do Foro de São Paulo tornam-se protagonistas da política regional e mesmo da política mundial. Particularmente os presidentes e as presidentas das Repúblicas, dirigentes de partidos do Foro, ou de partidos que aderiram ao Foro depois da eleição desses governantes, cumprem esse papel.

Como sustenta a Declaração da reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo realizada em Quito, no Equador, em maio de 2007, o Foro assume conscientemente esse desafio de ser protagonista da política internacional, por um mundo multipolar e pluricêntrico, ao passo que também é protagonista do processo de integração regional. O Foro

[...] ratifica su responsabilidad por cumplir con el objetivo de: ser un instrumento protagónico en el desarrollo de la resistencia de esta nueva forma de imposición del unilateralismo y, por avanzar en la construcción de un proyecto continental alternativo al neoliberalismo de desarrollo productivo sostenible, justo y liberador (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 557).

O papel dos partidos do Foro se torna mais efetivo, com o novo ciclo político na América Latina e Caribe, cujo marco é a eleição venezuelana de 1998. Depois da eleição de Chávez, na Venezuela, e de Lula, no Brasil, esta em 2002, muitas outras se seguiram e redefiniram o mapa político da região. Para que isso pudesse acontecer, houve uma alteração nas estratégias dos partidos e movimentos de esquerda e dos movimentos sociais aliados a esses partidos, ou participantes desses partidos, quando esses partidos concebem essa participação⁶⁸.

Álvaro García Linera, Vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, em conferência proferida na inauguração do XX Encontro do Foro de São Paulo, em La Paz, em 2014, expressou uma interpretação do que há, em sua opinião, de comum nas novas estratégias da esquerda latino-americana, especialmente no caso boliviano e dos países sul-americanos da Alba, que ele sintetiza como a “transformação da democracia em método revolucionário”:

O que ocorreu na América Latina foi uma apropriação social da democracia, como espaço propício para a hegemonia, a hegemonia entendida no sentido gramsciano de liderança intelectual, de liderança ideológica, de liderança política. [...] O outro componente fundamental da governabilidade revolucionária vem da presença popular e da mobilização social nas ruas. [...] a política é fundamentalmente a luta pelas ideias mobilizadoras de uma sociedade (LINERA, 2014, p. 3-5).

⁶⁸ Na América Latina há vários casos de movimentos que atuam em partidos, ou em movimentos políticos. O caso mais conhecido é do MAS-IPSP da Bolívia. Há outros casos, como o da Argentina. No Partido Justicialista (PJ) há vários movimentos sócio-políticos da esquerda peronista.

Já em outubro de 1998, poucas semanas antes das eleições que levaram Hugo Chávez à presidência da Venezuela, o FSP registrava, nas resoluções de seu VIII Encontro, que teve como sede a Cidade do México, o objetivo dos partidos de esquerda ao chegar ao governo:

O poder transformador das forças democráticas na América Latina dependerá, mais do que nunca nesta época, de sua capacidade para interpretar e ganhar o apoio ativo das grandes maiorias, bem como do impulso de autênticas e flexíveis políticas de alianças que possibilitem amplos consensos sociais. O objetivo não é meramente chegar ao governo, mas, sim, chegar para transformar a sociedade. E como isso não é tarefa de uns poucos anos, e sim um processo complexo e longo, será imprescindível consolidar e ampliar os respaldos sociais para a construção de um projeto estratégico que permita manter-se no governo e realizar as grandes mudanças revolucionárias que nossas sociedades demandam (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 88).

Uma vez nos governos de seus países, esses partidos do FSP passaram a aplicar um programa comum alternativo de política externa e de integração regional, coerente com as ideias políticas desenvolvidas no âmbito do Foro de São Paulo, ressaltadas as particularidades nacionais e as tensões entre os países, dentro dos organismos de integração, fruto de conflitos bilaterais e divergências⁶⁹.

Na seção 3.4 será feita uma discussão sobre as estratégias dos partidos do Foro de São Paulo, os traços gerais da evolução dessas estratégias nos últimos 25 anos e as principais polêmicas em torno delas que envolveram os partidos do FSP.

Vinte anos depois de sua criação, em 2010, reunido na Argentina, o Foro de São Paulo fez um balanço de suas atividades e realizações. A esta altura já se contabilizava onze governos de esquerda e progressistas na América latina e Caribe liderados por partidos do Foro, ou com participação de partidos do Foro⁷⁰.

Segundo Roberto Regalado, “cualquiera que sea el criterio para definir que es hoy un gobierno de izquierda o progresista, el resultado no tiene precedente en la historia de América

⁶⁹ Os conflitos bilaterais são recorrentes e normais nas relações internacionais, mesmo entre governos aliados, como no caso das *papeleras* na fronteira entre Argentina e Uruguai, ou no caso das nacionalizações bolivianas, que gerou conflitos entre a Petrobras e o governo brasileiro, de um lado, e o governo boliviano de outro.

⁷⁰ Em agosto de 2010, partidos do Foro de São Paulo estavam à frente ou participando de governos nacionais nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Equador, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Essa relação de países teve variações durante o período 1998-2015. E como já foi dito anteriormente nesta dissertação, há partidos que não consideravam certos governos desses países como de esquerda ou progressistas; essas posições diferenciadas entre os partidos são recorrentes no Foro de São Paulo.

Latina y el Caribe” (REGALADO, 2008c, p. 10). Além disso, esses governos eram protagonistas dos novos processos de integração regional surgidos a partir de 2003, com a renovação do projeto do Mercosul. Diz a Declaração de Buenos Aires:

Os movimentos sociais, os partidos progressistas, democráticos, populares, nacionalistas, de esquerda, nossos parlamentares e governos locais, estaduais e nacionais tiveram uma participação decisiva nessas mudanças. Sem a nossa intervenção, poderia acontecer o que acontece em outras regiões do planeta, onde a crise do neoliberalismo abre espaço para soluções conservadoras. [...] Resistimos, lutamos, apresentamos propostas, defendemos nossas ideias, estamos realizando governos transformadores e estamos vencendo aqueles que falaram em pensamento único e fim da história (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 155).

Um dos casos no qual é muito clara a evidência da contribuição programática dos partidos do Foro de São Paulo é o processo de criação da Celac. A Declaração Final do IV Encontro do FSP, realizado em Havana, Cuba, em 1993, antecipa a ideia de uma comunidade latino-americana de nações. Diz a resolução do FSP, ainda no início dos anos 90:

Somente uma comunidade latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para se recolocar, com independência, num mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e suas políticas adversas aos interesses dos nossos povos. [...] Independência, desenvolvimento, democratização e integração não devem ser processos separados, nem consecutivos, mas, sim, integrados, interativos e contemporâneos da nossa atividade econômica e política (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 48).

A resolução do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo sobre a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), de 2010, qualifica a decisão de criar a Celac como histórica e, ao final, destaca o papel desempenhado pelos partidos políticos do FSP no processo que levou à constituição do novo organismo interestatal do continente. Para o FSP a Celac significa:

[...] uno de los hechos más importantes de la historia diplomática de América Latina y el Caribe en los últimos doscientos años. Es el nacimiento [...] de una organización inspirada en los ideales de Simón Bolívar, de nuestra Patria Grande, de Nuestra América, como el objetivo de “profundizar en la integración política, económica, social y cultural” para la promoción del desarrollo sostenible con base en la unidad,

la democracia y en la “solidaridad, cooperación, complementariedad y coordinación política”.⁷¹[...]

La participación de Cuba, de enorme significado, por un lado, y la no participación de Estados Unidos, de Canadá y de países europeos, por el otro, indica que los pueblos y los países del continente quieren tomar el destino con sus propias manos, de manera soberana y sin la ingerencia del imperialismo estadounidense [...]

Este paso primordial en nuestra lucha por la segunda y verdadera Independencia de América Latina y el Caribe no habría sido posible sin la voluntad explícita de nuestros pueblos y sin la actuación incansable de los partidos y organizaciones políticas que son miembros del Foro de São Paulo (FORO DE SÃO PAULO, 2010a).

Com a relação ao Mercosul, houve um processo de convergência com outros organismos de integração, como a Alba-TCP, e uma ampliação em relação aos demais países da América do Sul, além de uma prioridade à redução das assimetrias. Ambas as políticas vinham sendo defendidas pelo Foro de São Paulo desde os anos 1990. O Relatório ao Conselho de Ministros, do então Alto Representante Geral do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, de junho de 2012 afirma:

O bloco econômico da América do Sul terá de ser formado a partir da expansão gradual do Mercosul, com a ascensão da Venezuela e o ingresso do Equador, da Bolívia, do Suriname e da Guiana. As condições de ingresso desses países têm de ser especiais devido ao seu nível de desenvolvimento e ao interesse político de cada um deles e do Mercosul em seu ingresso. [...] Todos os programas do Mercosul têm de obedecer ao objetivo de redução das assimetrias em suas contribuições e em sua alocação de recursos. Os fundos devem ser financiados por contribuições e a alocação de seus recursos deve beneficiar os Estados menores⁷² (MERCOSUL, 2012).

De fato, a Venezuela atualmente já é membro pleno do Mercosul e a adesão plena da Bolívia está em trâmite avançado. A ampliação do Mercosul com os países andinos que ao mesmo tempo são membros da Alba-TCP (Venezuela, Bolívia e Equador) e com os caribenhos (Venezuela novamente, Guiana e Suriname), significa um alcance geopolítico e geo-econômico do Mercosul do Caribe à Patagônia, além do significado geopolítico. Isso motivou uma série de críticas da direita brasileira e continental, que serão expostas a seguir na seção 3.3.

Os processos políticos patrióticos e latino-americanistas que vêm marcando a política em nossa região no século XXI são alvos, nos últimos anos com mais intensidade, de uma contraofensiva de forças políticas opositoras, à direita no espectro político.

⁷¹ Os trechos em aspas na resolução do Foro de São Paulo correspondem ao texto de resolução de criação da Celac, aprovado pelos chefes de estado e de governo da América Latina e Caribe.

⁷² Ver Relatório ao Conselho de Ministros, junho de 2012, disponível em MERCOSUL, <www.mercosur.int>.

Recentemente, após a vitória de Maurício Macri nas eleições presidenciais argentinas de 2015, a conquista de maioria parlamentar pela oposição ao presidente Nicolas Maduro na Venezuela, a assunção do governo interino de Michel Temer no Brasil, através de um processo que pode ser caracterizado como golpe de Estado, fortaleceu-se a tese do “fim de ciclo” dos governos de esquerda e progressista na América Latina.

De fato, nos três países mais importantes da América do Sul para o processo de integração, a esquerda do Foro de São Paulo sofreu graves revezes. Para Wagner Iglecias, essas derrotas da esquerda em países importantes da América do Sul:

[...] acenderam a luz amarela para a esquerda latino-americana e colocaram no centro do debate político sobre a região a seguinte pergunta: a América Latina está caminhando para a direita? [...]

Uma guinada efetiva desses países para a direita é difícil de prever [...] No entanto, em meio a todas as incertezas, pode-se imaginar que o cenário latino-americano se é bom para alguém neste momento, é para os EUA [...] [e] seu objetivo de reconquistar posições perdidas no tabuleiro internacional (IGLECIAS, 2014).

Há um grande debate sobre o tema, sobretudo nos meios de comunicação. Na opinião de Roberto Regalado:

[...] os ideólogos e estrategistas midiáticos a serviço do imperialismo fabricaram a noção de “fim do ciclo progressista”, segundo a qual a corrente de eleições e reeleições de governos de esquerda e progressistas nestes e em outros países supostamente seria um parêntesis no avanço da Humanidade no rumo ao reinado eterno do neoliberalismo. Porém, isso não é mais do que uma absurda reaparição da desacreditada tese do “fim da história” (REGALADO, 2016, p. 39).

A pesquisa delimitou-se a agosto de 2015, pois não é possível analisar fenômenos recentes que ainda estão em curso. Porém, dada a dimensão dos fatos e o debate que estão suscitando, era preciso anotar para que se acompanhe o desenrolar dos novos acontecimentos, a fim de saber se se trata de um “fim de ciclo” terminal, como sugerem alguns analistas, ou de uma crise do ciclo de governos de esquerda e progressistas, passageira e passível de uma reciclagem que garanta a sua continuidade.

3.3 As críticas da direita e da ultra-esquerda ao Foro de São Paulo

Desde 1990, o Foro de São Paulo vem sendo criticado e combatido por posições políticas de direita, de ultra-direita e de ultra-esquerda. Entretanto, as críticas se avolumaram a partir do ciclo de governos de esquerda e progressistas na região. As críticas são dirigidas aos presidentes, aos demais líderes partidários, aos partidos e ao próprio Foro. E são advindas da intelectualidade acadêmica, dos oligopólios midiáticos, de diplomatas e de lideranças partidárias e partidos. Nesta seção cita-se alguns exemplos de críticos e de críticas e faz-se uma breve discussão sobre elas.

Na academia, sobretudo na área de Ciência Política e de Relações Internacionais, uma das críticas mais comuns é a caracterização desses governos e de suas lideranças maiores, os presidentes e as presidentas, como “neopopulistas”. Gabriela de O. Piquet Carneiro (2009, p. 53), em tese de doutorado na Ciência Política da USP identifica “o núcleo duro do neopopulismo latino-americano”:

[...] o presidente Hugo Chávez expressaria um tipo extremo de apelo carismático, quase de caráter messiânico e religioso, pois tem recorrido crescentemente em suas campanhas políticas a apelos de transcendência da economia e da democracia representativa. O estilo de Chávez tem servido como um modelo para as estratégias de campanha e mobilização seguida por outros líderes neopopulistas da região [...] exemplos mais óbvios de Morales e Correa [...] (PIQUET CARNEIRO, 2009, p. 143).

As mais poderosas críticas, todavia, pela óbvia força de que dispõe para formar e disputar as consciências e os sentimentos, advém da mídia oligopolizada e transnacionalizada, ou do “Príncipe eletrônico”⁷³, recentemente também digital. Dois dos principais jornais brasileiros, as empresas O Estado de S. Paulo e O Globo, frequentemente referem-se aos governos que denominam “bolivarianos” e, por vezes também, têm como alvo o Foro de São Paulo. O Estado de S. Paulo, em editorial intitulado “Um foro anacrônico”, afirma que desde 1990 “muita coisa mudou no panorama continental”, mas:

[...] o Foro de São Paulo permanece o mesmo, tal e qual, fiel a uma histórica vocação “anti-imperialista” e ao propósito difuso de “promover a integração econômica,

⁷³ Para a discussão do papel atual da mídia na sociedade, ver seção 1.1.4 desta dissertação.

política e cultural da região”, com base numa retórica populista e no modelo estatizante que hoje impera na maior parte dos países que integram o grupo (O ESTADO DE S. PAULO, 2013).

Em outro editorial de 6 de agosto de 2012, o “Estadão”, como é conhecido o jornal, alerta no título que “Lá vem os bolivarianos”, criticando o ingresso dos países sul-americanos da Alba-TCP no Mercosul:

Aberta a porteira do Mercosul aos bolivarianos, com o ingresso da Venezuela, agora é a vez de Equador e Bolívia negociarem sua entrada plena no bloco que é cada vez mais ideológico e menos econômico. [...] os valores da democracia e do livre mercado já não fazem mais parte do Mercosul [...] [e] o bloco mandou às favas os escrúpulos, instrumentalizando-se cada vez mais como contraponto bolivariano ao “império” americano (O ESTADO DE S. PAULO, 2012).

Em artigo no jornal O Globo, o jornalista Merval Pereira, repercute notícias sobre um suposto “esquema ilegal de financiamentos de projetos políticos de esquerda pela América Latina e África” e, assim como os editoriais do “Estadão”, critica o Foro de São Paulo e ao mesmo tempo em que, insuspeitamente, reconhece o papel “intelectual orgânico coletivo” internacional desempenhado pelo FSP:

Esse projeto de esquerda que chegou ao poder há cerca de 15 anos na região com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, foi gestado no Foro de São Paulo, organismo criado por Lula e Fidel Castro em 1990 a partir de um seminário em São Paulo. Partidos e organizações políticas da América Latina e do Caribe, em baixa naquele momento, se reuniram para discutir uma atuação conjunta de resistência ao que consideravam “políticas neoliberais” que dominavam a região. A integração latino-americana passou a ser um projeto comum com a chegada ao poder de vários daqueles líderes. Hoje, embora vários continuem no poder, os ventos políticos na região estão mudando (PEREIRA, 2016).

A mídia, ou o “Príncipe eletrônico”, segundo Ianni, ocupa um espaço deixado pela situação de “crisis de los partidos políticos tradicionales”, segundo um texto analítico divulgado no âmbito do Foro de São Paulo pelo Partido Comunista de Cuba, em 2013:

Las derechas latino-americanas están debilitadas, sin discurso ni propuestas alternativas, pero no por ello plenamente derrotadas, aún que conservan básicamente el poder económico y en buena medida el cultural, por ello nuestros avances electorales y políticos no deben confundirse con la crisis de los partidos políticos tradicionales que las han representado. Ante la decadencia de algunos de estos, las oligarquías se han refugiado en los grandes emporios mediáticos, destinados a mentir y tergiversar la verdad, orientar la lucha política de derecha y horadar con campañas sistemáticas la gobernabilidad, el prestigio y la capacidad de convocatoria de los gobiernos populares (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2014, p. 195).

A mídia também repercute as opiniões de importantes diplomatas com afinidades com suas ideias e interesses. Luiz Felipe Lampreia, ex-chanceler do governo de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, afirmou em entrevista no canal Globo News:

O Foro de São Paulo era um pacto de partidos de esquerda, um pacto de solidariedade partidária, para chegar ao poder e conservar o poder [...] o fio condutor é o Foro de São Paulo, é essa solidariedade partidária que nasceu no Foro de São Paulo. [...] isso explica a política externa do Brasil, que não é uma política de Estado [...] é ideológica, partidária (LAMPREIA, 2012).

Uma das críticas mais comuns no Brasil e nos demais países onde a esquerda está, ou estava, no governo nacional, a exemplo da feita por Lampreia (2012), é a crítica à política externa dos governos de esquerda e progressistas, que seria “partidária, ideológica” e não representaria os “legítimos interesses da sociedade”. No caso do Brasil, o argumento é que o país, durante os governos de Lula e Dilma, e os demais governos que impulsionaram a nova fase de integração continental, fizeram uma política “bolivariana”. Ou seja, a crítica identifica o legado de Simon Bolívar ao chavismo venezuelano e essas políticas não seriam legítimas, pois seriam “partidárias” e “ideológicas”, consequentemente contrárias ao “interesse nacional”.

O próprio ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), em sua coluna no jornal O Estado de S. Paulo, afirma que Lula e Dilma “criaram uma rede partidária (nas relações internacionais). Por isso houve perda de espaço para o Brasil na América Latina e a predominância do chavismo” (CARDOSO, 2016). Em entrevista ao mesmo jornal, em 21 de maio de 2016, Cardoso pergunta: “Diante disso, como ficará o Brasil: pendendo para a *Alba* (*Aliança Bolivariana para as Américas*), de inspiração chavista? À margem da nova aliança atlântica proposta pelos Estados Unidos que, por agora, contempla apenas a América do Norte e a Europa?” (CARDOSO, 2016).

Além da “aliança atlântica” a que se refere Cardoso, que se trata de uma parceria transatlântica entre o Nafta⁷⁴ e a União Europeia, promovida pelos EUA, a Aliança do Pacífico – iniciativa de integração latino-americana articulada por México, Colômbia, Peru e Chile, com o apoio estadunidense –, é citada frequentemente pelos intelectuais e lideranças partidárias de orientação política mais à direita do espectro político como contraponto aos organismos de integração chamados de “bolivarianos”: Mercosul, Alba-TCP, Unasul e Celac.

As críticas acima invocam uma suposta neutralidade ideológica e partidária para as políticas de governo que não existem na prática. Gramsci (2002) argumenta que o discurso que reivindica o apartidarismo, ou um pretenso governo técnico que se guia pelo “interesse nacional” é, na verdade, uma posição política partidária e ideológica.

Além das críticas que a pesquisa considera de orientação política de direita, há críticas feitas por intelectuais e grupos políticos de ultra-direita, ou extrema direita. No Brasil, essas opiniões são divulgadas por colunas e *blogs* vinculados à revista semanal *Veja* e em *sites* como o *Mídia Sem Máscara*⁷⁵. Um dos líderes desses grupos é Olavo de Carvalho. Em seu prefácio ao livro de Zimboni (2008), *Conspiração de portas abertas: como o movimento revolucionário comunista ressurgiu na América Latina através do Foro de São Paulo*, Carvalho assinala:

O Foro de São Paulo é uma entidade *sui generis*, sem correspondência em qualquer época ou país. Longo tempo depois de extinto, como espero que venha a sê-lo um dia, ele ainda constituirá um enigma e um desafio considerável ao tirocínio dos historiadores. Para nós, hoje ele é mais do que isso. É o inimigo “onipresente e invisível” sonhado por Antonio Gramsci (ZAMBONI, 2008, p. 11-12).

Um advogado brasileiro chamado Luis Carlos Crema, protocolou um pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 21 de outubro de 2014, por Rousseff “subordinar e submeter a sua administração [...] a interesses de entidades e governos estrangeiros, notadamente, à entidade denominada Foro de São Paulo e aos governos de países ditos ‘revolucionários’ da América Latina” (TOGNOLLI, 2014.).

Esses grupos brasileiros anticomunistas, de ultra-direita, acusam o Foro de São Paulo de terrorismo, tráfico de drogas, assassinatos, sequestros, etc.⁷⁶, e, fazem uma campanha contra o FSP. Por um lado, reconhecem a influência de Gramsci no pensamento estratégico da esquerda brasileira e latino-americana; por outro lado, exageram e superdimensionam o papel

⁷⁴ O Nafta é a sigla em inglês da Área de Livre Comércio da América do Norte, composta por EUA, Canadá e México.

⁷⁵ Ver www.midiasem mascara.org.

⁷⁶ Ver Editorial de *Mídia Sem Máscara*, publicado em ZAMBONI, 2008, p. 15.

e as capacidades do Foro de São Paulo e o relacionam com o terrorismo e o crime, com o intuito de chamar a atenção para o FSP e tentar criminalizá-lo ou até mesmo extingui-lo.

No outro lado do espectro político, há intelectuais e partidos considerados pela pesquisa de ultra-esquerda, ou de extrema esquerda, por suas posições políticas. Alguns deles são membros⁷⁷ do Foro de São Paulo. As críticas argumentam que os governos liderados por partidos do Foro estariam fazendo a “gestão burguesa do capitalismo” em seus países e, no caso do Brasil, os governos Lula e Dilma estariam fazendo do Brasil “uma potência capitalista e imperialista”.

O Partido Comunista de México (2015), ao justificar a sua saída do Foro de São Paulo, no qual atuou de 2001 a 2015, reafirmou as críticas acima expostas e caracterizou o Foro como “un espacio político de definida naturaleza socialdemócrata”:

Los partidos que hegemonizan al FSP han impreso un contenido muy definido al concepto izquierda, el del progresismo, que no busca transformar el mundo, sino gestionar el capitalismo [...] El Foro de Sao Paulo, en nuestra opinión, es ya un espacio político de definida naturaleza socialdemócrata, que se corresponde con los intereses de determinados monopolios para efectuar la gestión del capitalismo y la explotación. Un muro que impide la lucha revolucionaria, y es antagónico a la naturaleza de los partidos comunistas como partidos de la clase obrera (PARTIDO COMUNISTA DE MÉXICO, 2015).

Polemizando com as críticas expostas acima, Emir Sader (2015, p. 2) afirma que, nos países latino-americanos, “a extrema esquerda fracassou e acabou isolada”, pois “desconhece que a polarização neoliberalismo/antineoliberalismo é o enfrentamento central do período histórico atual”:

Esse fracasso da extrema esquerda hoje é generalizado nos países de governos progressistas [...] A extrema esquerda terminou tomando como seus inimigos fundamentais a esses governos, aliando-se, tácita ou explicitamente à direita contra eles, abandonando um quadro de esquerda, onde seriam a alternativa mais radical. Ficam isoladas, em posturas denunciadas, sem propostas alternativas⁷⁸. Enquanto que os governos progressistas, a esquerda na era neoliberal, se constituem, em escala mundial, na referência central na luta anti-neoliberal (SADER, 2015, pp. 2-3).

⁷⁷ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista de México (PCM), que anunciou a sua saída do FSP no qual ingressou em 2001, constavam da lista de partidos membros do FSP, em acesso no dia 14 de abril de 2016. Entre outros partidos membros do Foro e outros não membros, esses partidos compartilham dessas posições de ultra-esquerda em relação aos governos de esquerda e progressistas e em relação ao Foro de São Paulo. Ver os sites do Partido Comunista Brasileiro, www.pcb.org.br, e do Partido Comunista de México, www.comunistas-mexicanos.org.

⁷⁸ Ver definição de Cerroni (1982) dos partidos de tipo “Dom Quixote iludido”, na seção 1.1.3. do Capítulo 1.

Na próxima seção, na qual serão discutidas as estratégias partidárias, assim como na seção 4.3 do Capítulo 4, esse debate acerca da “natureza social-democrata” do Foro de São Paulo voltará a ser abordado na dissertação.

3.4 Os debates sobre as estratégias partidárias e a contabilidade das esquerdas

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
En el valle, la montaña
En la pampa y en el mar
Cada cual con sus trabajos
Con sus sueños, cada cual
Con la esperanza adelante
Con los recuerdos detrás
Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
[...]
Y así seguimos andando
Curtidos de soledad
Nos perdemos por el mundo
Nos volvemos a encontrar*

Los Hermanos, Atahualpa Yupanqui/Pablo del Cerro

Certamente não era pretensão da pesquisa enumerar e relatar todas as contradições, polêmicas e crises que ocorreram na história do Foro de São Paulo. A partir do estudo da história do FSP e da observação presencial, selecionou-se algumas polêmicas e alguns momentos críticos em que a resiliência do FSP foi testada.

A pesquisa mapeou e selecionou polêmicas internas do FSP, por sua saliência em função do assunto, dos partidos e das personalidades envolvidos. Do mapeamento e da seleção desses debates também seguiu o critério de quais temas polêmicos possibilitam conhecer o FSP, as suas principais características e contradições durante os 25 anos de sua existência (1990-2015).

Uma dessas polêmicas se relaciona ao tema das estratégias partidárias e das decorrentes formas de luta pela hegemonia na América Latina, tema presente nos debates do FSP nos anos 1990. Uma segunda polêmica é sobre a existência de duas – uma “revolucionária” e outra

“reformista” – ou mais esquerdas na região, e a terceira polêmica se refere à proposta de Hugo Chávez de criação da “V Internacional”⁷⁹.

As estratégias partidárias de esquerda são agrupadas, na literatura marxista, em duas modalidades gerais distintas: as estratégias “revolucionárias” e as “reformistas”. Essa distinção nos remete a um antigo – e ainda atual – debate teórico-político sobre o qual muito já foi escrito, por muitos autores. Todavia, pelas limitações e delimitações da pesquisa e por não se tratar de um tema central da dissertação, não se aprofundará a análise desse debate que atravessa décadas e mesmo séculos. As remissões a esse debate foram feitas na medida em que ele surge nos textos de Gramsci e de outros autores estudados⁸⁰ durante a pesquisa e também quando o debate citado estava relacionado com os partidos do Foro de São Paulo e seus posicionamentos estratégicos.

Teoricamente é possível e necessário se fazer essa distinção entre as estratégias partidárias, baseada no antigo debate sobre “reforma e revolução”. No entanto, não se pode incorrer no erro do reducionismo dualista e, de forma dogmática e/ou simplista, indexar os partidos e suas estratégias, com seus contextos e particularidades, em dois modelos abstratos.

É possível, com finalidades científicas, classificar todos os partidos, de maneira objetiva, clara e inequívoca, durante os 25 anos de Foro, em partidos “revolucionários” e “reformistas”? Se a resposta for positiva, quais seriam os critérios objetivos para essa distinção? E no caso das tendências e frações de partidos-frente – muito comuns na América Latina –, que agrupam várias delas, inclusive elas próprias, dentro de um mesmo partido, algumas “revolucionárias” e outras “reformistas”, como caracterizar esses partidos?

Não obstante ser possível uma ação internacionalista com determinados objetivos comuns – táticos e estratégicos – e unidade na ação, cada partido de esquerda elabora a sua estratégia consoante a sua realidade nacional, daí a diversidade de estratégias que correspondem a diferentes condições nacionais de luta em cada país.

Em uma contribuição do Partido Comunista de Cuba ao XIX Encontro de FSP, em agosto de 2013, o partido afirma que a esquerda latino-americana “en muchos casos con un tronco común en Europa de fines del siglo XIX y el XX, hace tempo que alcanzó ya su mayoría de edad, se diversificó y encontró entidad y orígenes propios, se hizo más versátil y representativa”. Em relação aos governos de esquerda e progressistas, assinala: “Las

⁷⁹ Chávez propõe a criação de nova organização internacional em 2009, quando o PSUV, do qual era presidente, já era membro do FSP. Porém, por estar mais relacionada a uma das razões da resiliência do FSP, e por envolver muitos partidos de outros continentes, essa discussão será feita na seção 4.3. do Capítulo 4.

⁸⁰ Ver Gramsci (1989,1992, 2007), Lênin (1982), Regalado (2008a), Ruy e Buonicore (2010), Sader (2009), e Secco (1994,1995, 2006), entre outros.

experiências de corte progressista y de izquierda son tan dissimiles como lo son nuestros pueblos” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2013, p. 15).

A primeira polêmica, dentro do Foro, a ser abordada nesta seção aconteceu nos primeiros anos do FSP, quando este ainda estava formando a sua identidade. O contexto do período já foi analisado anteriormente no Capítulo 2 e na seção 3.1 deste estudo. As esquerdas na América Latina eram agrupadas em “famílias” relativamente fechadas em si, em termos de relações internacionais, oriundas de intensos debates político-ideológicos de décadas anteriores, que envolviam posições divergentes de partidos líderes em nível internacional, como já discutido no Capítulo 2.

A polêmica selecionada desse período, de certo estranhamento entre esses partidos, quando eles, com laços familiares distintos, encontram-se no Foro de São Paulo, é a polêmica sobre as formas de luta. O debate sobre “reforma e revolução” dos anos 1950 aos anos 1990 foi marcado por um dos aspectos importantes das estratégias partidárias, qual seja o debate sobre as forma de luta.

Correntes político-ideológicas social-democratas, que defendiam a luta política circunscrita à legalidade liberal-democrática, confrontaram-se com outras correntes com origem em organizações com experiência de luta armada. Já entre as correntes que se reconheciam como marxistas e revolucionárias, mesmo de “famílias” distintas e com divergências advindas de décadas passadas, estava subjacente a adoção ou não – para as condições latino-americanas dos anos 1990, período de “defensiva estratégica” – da estratégia insurrecional em suas várias modalidades, da “guerra de movimento”, discutida por Gramsci.

O panamenho Nils Castro, estudioso da esquerda latino-americana, fez uma síntese do debate sobre as formas de luta:

Al fin y al cabo, las formas de lucha de las organizaciones de izquierda – desde la vía democrática hasta la vía insurreccional – responden a las circunstancias que es preciso enfrentar, en correlación con las conductas del adversario y de sus modos democráticos o autoritarios, participativos o arbitrarios, dialogantes o represivos, de manejar el poder. En tal sentido, la lucha armada no es una idea en el vacío sino la respuesta a la opresión cuando ya no quedan otros modos de ponerle término y, a la inversa, la lucha electoral responde a la posibilidad de crear y ampliar oportunidades democráticas de desarrollo pacífico, efectivamente respetadas, que permitan satisfacer los objetivos populares (CASTRO, 2005, p. 107-108).

A evolução programática da corrente bolivariana da Venezuela é um exemplo importante, que ilustra essa discussão sobre as estratégias insurrecionais armadas nos anos 1990

e décadas seguintes. Mesmo vigentes, na prática até hoje, como é o caso das guerrilhas colombianas – FARC-EP e ELN⁸¹ em processo de negociação de paz – a adoção de estratégias insurrecionais e das formas de resistência armada é cada vez mais rara na América Latina e Caribe.

Em 1992, o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), liderado por Hugo Chávez, organizou um levante cívico-militar de caráter insurrecional, que não logrou seus objetivos. Chávez saiu da prisão em 1994 e retomou à organização do MBR-200 e, em 1997, quando a maior parte dos integrantes do Movimento, o próprio Chávez apresenta um programa revolucionário para a Venezuela, que previa a luta eleitoral, a conquista da Presidência da República nas eleições de 1998 e a convocação de uma Assembleia Constituinte para refundar o Estado venezuelano. Desse modo foi vitoriosa a chamada Revolução Bolivariana.

A polêmica da identidade do Foro se resolve de maneira acolhedora a todas as “famílias”, como visto na seção 3.1, e os partidos do Foro passam a compreender este como uma “grande família”, necessária para as lutas políticas em comum. No Informe central ao III Congresso do PC de Cuba, em fevereiro de 1986, Fidel Castro já ensaia como deveria ser essa frente antineoliberal e anti-imperialista, unida, apesar das diferenças sobre as estratégias e as formas de luta:

[...] las contradicciones objetivas de los intereses económicos del imperio y los de nuestros pueblos cada vez más evidentes, que refuerzan la necesaria tendencia histórica de América Latina hacia su desarrollo y su liberación definitiva, preámbulo indispensable para las transformaciones más profundas que requiere nuestra región. En esa posición latinoamericana, incluso, corrientes no marxistas como las socialdemócratas pueden jugar cierto papel positivo. [...] sería erróneo no tener en cuenta que entre las fuerzas democratacristianas y socialcristianas de América Latina pueden encontrarse elementos progresistas [...] la Teología de la Liberación [...] [y] el sentido patriótico-popular que pueden adoptar muchos militares (CASTRO RUZ, 2009, p. 205).

As convicções da necessidade da unificação das forças político-sociais de esquerda, progressistas, patrióticas e populares – forças que encarnam o “nacional-popular” de Gramsci nas condições concretas da América Latina –, presentes na opinião do PC de Cuba e dos outros partidos líderes do Foro de São Paulo, concorreram para manter o Foro de São Paulo unido enquanto organização internacionalista e fizeram do Foro um palco importante dos debates

⁸¹ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP), e Exército de Libertação Nacional (ELN).

sobre programas estratégicos e formas de luta, com cada um dos partidos mantendo a sua própria posição e tendo respeito pela posição dos demais.

Na fase do Foro de São Paulo compreendida entre 2002 e 2007, correspondente à maior crise de sua história, floresce, dentro e fora do Foro, um forte debate sobre as estratégias partidárias e o caráter dos governos de esquerda e progressistas da região.

A classificação dos partidos do Foro de São Paulo em duas esquerdas distintas, uma “moderada”, “reformista” e “moderna”; e outra “radical”, “carnívora” e “anacrônica”, foi feita desde 1990 tanto por autores e partidos situados tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. A partir dos anos 2000, o debate sobre as “duas esquerdas” acontece com frequência na academia e nos meios de comunicação.

Autores como Jorge Castañeda⁸² divulgam publicamente uma análise dicotômica da esquerda latino-americana que se tornam um modismo: haveria uma esquerda “social-democrata” e outra esquerda “populista” e “autoritária” na região, e, dois programas e formas de governo no campo das forças de esquerda. Alguns partidos do Foro de São Paulo rotulavam-se uns aos outros de “social-democratas moderados” ou de “populistas autoritários”, a depender de onde partia a crítica.

Fabrizio Pereira da Silva, autor que discute as posições de Castañeda e outros, considera “um equívoco utilizar o termo ‘neo (populismo)’ para compreender experiências contemporâneas”, e argumenta que é essa é uma categoria histórica pertencente a outro contexto (SILVA, 2010, p. 122). Pode-se considerar essa tese das “duas esquerdas” reducionista e simplista, ou além disso, um artifício para dividir a esquerda regional, como assinala Valter Pomar, em uma crítica mais severa:

Definiciones dicotómicas de este tipo son hechas por los portavoces (oficiales u oficiosos) del Departamento de Estado de los Estados Unidos, con el propósito de provocar discordias en la izquierda latino-americana, haciéndola luchar entre sí y no contra los enemigos comunes. Evidentemente, no hay manera ni motivo para negar la existencia de diferencias programáticas, estratégicas, tácticas, organizativas, históricas y sociológicas en la izquierda latinoamericana (POMAR, 2009, p. 241).

⁸² Ver SILVA, 2010, p. 123.

Como autor dedicado a esse tema, Roberto Regalado (2008b) publicou um ensaio sobre os governos de esquerda e progressistas latino-americanos e caribenhos, no qual faz uma comparação desses governos com os surgidos de revoluções socialistas no século XX:

Los gobiernos de izquierda de esta “nueva hornada” que se inicia con la primera elección de Hugo Chávez a la presidencia de Venezuela, nacen, actúan en condiciones diferentes a las que lo hicieron los gobiernos surgidos de las dos vertientes históricas del movimiento obrero y socialista mundial: la que optó por la *revolución socialista* y la que optó por la *reforma social demócrata del capitalismo*. La izquierda que llega hoy al gobierno en América Latina no destruye al Estado burgués, ni elimina la propiedad privada sobre los medios de producción, ni funda un nuevo poder, ejercido exclusivamente por las clases desposeídas. [...] Hoy la izquierda accede al gobierno de acuerdo con las reglas de la democracia burguesa, incluido el respeto de la alternabilidad, en este caso con la derecha neoliberal que, desde la oposición obstaculiza, y si regresa al gobierno revertirá, las políticas que ella ejecuta. [...] El problema planteado es complejo, entre otras razones, porque no encaja en los patrones conocidos de *revolución y reforma*. La pregunta es hasta qué punto cada fuerza de la izquierda que accede al gobierno acepta ejércele como un fin en sí mismo, y en que medida está decidida a quebrar la hegemonía neoliberal (REGALADO, 2008b, p. 46-47).

Não há contradição antagônica entre reforma e revolução, em uma estratégia revolucionária contemporânea de luta pela hegemonia e pelo poder na América Latina, se as reformas e as plataformas de governo, estão relacionados e são parte constitutiva dessa estratégia revolucionária, em uma “disputa hegemônica prolongada, de guerra de posições, no sentido gramsciano” (SADER, 2009, p. 152). Para Valter Pomar, há uma diferença entre chegar ao governo e chegar ao poder:

[...] los procesos electorales no son suficientes para iniciar la construcción del socialismo, una vez que ellos nos permiten llegar al gobierno, no al poder. Por este motivo, en las sociedades donde la izquierda consiguió llegar al gobierno por vía electoral, es preciso construir un camino hacia el poder que considere el hecho de estar en el gobierno como variable muy relevante de una política revolucionaria, como parte de las circunstancias históricas (POMAR, 2009, p. 257).

Após esse debate das “duas esquerdas”, o que prevaleceu no Foro de São Paulo foi a posição consensual de afirmar a diversidade de processos, de estratégias nacionais, e de governos de esquerda e progressistas, com uma estratégia comum pela integração regional.

4 Características distintivas da experiência internacionalista do Foro de São Paulo: razões da resiliência

As características distintivas do Foro de São Paulo, ao mesmo tempo em que o singularizam, explicam também a sua resiliência, a sua existência durante 25 anos e a sua expectativa de vida enquanto organização internacionalista de partidos políticos. As cinco razões que dão identidade ao FSP e o sustentam como experiência histórica foram estudadas durante os capítulos anteriores, de forma dispersa. Nos capítulos antecedentes abordou-se elementos e análises que contribuíram para se chegar a essa sistematização desenvolvida a seguir.

4.1 Atualização diante dos contextos históricos

Por que nascem e morrem, se fortalecem ou se enfraquecem, se unificam ou se dividem as organizações internacionalistas? O contexto histórico, internacional e regional, favorável ou desfavorável é um dos maiores determinantes. Em geral, as organizações internacionalistas surgem, ou sofrem divisões e mudanças, durante ou após períodos de crises mundiais, guerras, revoluções com impacto internacional, e/ou grandes transformações históricas e geopolíticas.

O Foro de São Paulo é fruto do contexto histórico em que foi criado, em 1990. Depois, o Foro desenvolveu-se e teve a capacidade de atualizar-se diante das mudanças de contexto, das mudanças na situação econômica, social e política internacional e na correlação de forças, tanto em nível mundial quanto na América Latina.

As experiências internacionalistas surgem e desaparecem em momentos importantes da História, desde o século XIX, quando existiu a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), a I Internacional. Assim foi com o Foro de São Paulo, que nasceu da necessidade de resposta de partidos de esquerda latino-americanos ao fim da União Soviética e dos regimes de transição ao socialismo no Leste Europeu e da nova situação de “unipolaridade” e grande ofensiva do imperialismo estadunidense, o que exigia mais unidade de amplas forças de esquerda e progressistas da região para enfrentar o avanço do neoliberalismo.

Em outro momento, a partir de 1998, o Foro de São Paulo soube se atualizar, quando vários de seus partidos membros foram vitoriosos em eleições presidenciais e passaram a ser governo em seus países. Essa atualização se deu incorporando ao Foro as temáticas próprias de partidos governantes, sem deixar de tratar de temas de interesse de partidos que estavam na oposição em seus países e de suas respectivas situações nacionais.

Logo em seguida, em meados dos anos 2000, o Foro atualizou-se e se fortaleceu com a adesão de novos partidos e movimentos políticos de países da Alba-TCP, especialmente da Venezuela, Bolívia e Equador, adaptando-se ao novo contexto regional, incorporando novos líderes e partidos protagonistas da América Latina, particularmente da América do Sul.

As Internacionais e outras experiências de articulações internacionais de partidos de esquerda, desde o final do século XIX, são fruto de seu contexto histórico e da ação de partidos líderes. Essas organizações internacionais estimularam a criação e apoiaram o fortalecimento de partidos nacionais da mesma “família” – núcleo familiar, com maior identidade ideológica. Como exemplos pode-se tomar os casos da Associação Internacional dos Trabalhadores, da Internacional Comunista (III Internacional), da Internacional Socialista, sucedânea da II Internacional (1889-1916) e da Internacional Trabalhista e Socialista (1923-1940).

Engels, em carta enviada a Sorge em setembro de 1874 salienta que a Comuna de Paris, de 1871, foi “um momento decisivo da história da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT). Engels chegou a descrever a revolução da primavera de Paris como ‘sem sombra de dúvida o filho intelectual da Internacional, embora esta não houvesse movido um dedo sequer para levá-la a efeito’” (BOTTOMORE, 2001, p. 195). Como efeito do grande acontecimento histórico que foi a Comuna de Paris: “Nos anos seguintes, assistiu-se a um importante crescimento dos partidos nacionais de trabalhadores, a maior parte dos quais de caráter mais ou menos marxista, que a Internacional havia, especialmente em 1871-1872, se empenhado em promover” (BOTTOMORE, 2001, p. 196).

A II Internacional se caracterizava pelo internacionalismo proletário e pela luta contra as guerras imperialistas, e, “era em grande parte dominada pela Social-Democracia alemã”. O seu fim ocorreu em função da I Guerra Mundial: “Os principais partidos da Segunda Internacional deram seu apoio à guerra travada por seus respectivos governos e com isso provocaram o colapso ignominioso da Internacional” (BOTTOMORE, 2001, p. 197).

Em 1919, dois anos após a Revolução de 1917, ocorreu outro grande acontecimento histórico, foi fundada a III Internacional, a Internacional Comunista (1919-1943). Como um “partido mundial” que era, a Internacional Comunista estimulou a criação de seções nacionais na América Latina e em outros continentes além da Europa. O seu VII Congresso, em 1935,

aprovou a política de “Frente Popular para conter o fascismo” e defendeu uma aproximação com os “partidos social-democratas com propostas para uma ação conjunta contra o fascismo” (BOTTOMORE, 2001, p. 198).

A Internacional Socialista, criada em 1951 e a mais antiga organização internacional de partidos ainda em atividade, no início, era basicamente restrita à Europa. Nos anos 1970, ampliou sua lista de membros com partidos latino-americanos e de outros continentes. Atualmente enfrenta uma crise e, um dos partidos que sempre a liderou – desde o século XIX, se considerarmos sua antecessora a II Internacional –, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), articula hoje a Aliança Progressista, apresentada no Capítulo 2, seção 2.2.1.

As organizações internacionalistas de partidos latino-americanos também são criadas ou desaparecem em razão dos contextos históricos, mundiais e regionais, na esteira de grandes acontecimentos.

A Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), nasce em julho/agosto de 1967, após a Conferência Tricontinental, de 1966, em Havana, que cria a Organização de Solidariedade aos Países da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL). A OLAS surge com o impulso da Revolução Cubana de 1959, reunindo partidos e movimentos políticos anti-imperialistas, estimulando a luta dos povos pela sua emancipação e a estratégia insurrecional.

A Conferência Permanente de Partido Políticos da América Latina (COPPPAL) nasce em 1979, para articular os partidos da região pela união dos povos latino-americanos, pela democracia e pelos direitos humanos, em um contexto de ditaduras militares em muitos países da região.

A situação política, econômica e social e a correlação de forças em nível internacional e regional compõem o contexto que condiciona a evolução histórica do FSP. A cada ano e a cada Encontro do FSP esse contexto se modifica, mais ou menos rápida e intensivamente. Com a mudança de contexto, muda também o posicionamento e a força relativa de cada partido em âmbito nacional e também muda seu posicionamento sobre os temas internacionais, a sua política de relações internacionais.

A partir das mudanças nas situações nacionais e os novos posicionamentos dos partidos, em especial dos partidos mais relevantes e com mais influência no FSP, também se alteram as relações de força dentro do FSP e, conseqüentemente, modificam-se as posições do próprio FSP. Por outro lado, os debates e as posições hegemônicas dentro do FSP produzem ideias e consensos que podem influenciar, ou não, as posições políticas dos partidos membros em seus países.

Nesses 25 anos de existência, o Foro de São Paulo acompanhou as mudanças de contexto histórico e essa é uma das razões de sua resiliência. Isso não quer dizer que o Foro terá vida longa garantida, pois há muitas incertezas com a atual crise do ciclo de governos progressistas e de esquerda e muitas novas tensões que a nova situação de contraofensiva das direitas regionais, apoiadas pelos EUA, está ocasionando.

Em suma, o Foro terá que continuar acompanhando as mudanças de contexto e se atualizando, até que essas mudanças de contexto sejam tão importantes que levem o FSP a desaparecer e dar lugar a outra ou a outras organizações internacionalistas de partidos políticos da região e/ou mundiais.

4.2 Superação do “eurocentrismo”, identidade regional e estratégia de integração

Cada um dos partidos do Foro de São Paulo tem a sua própria estratégia nacional. O Foro tem diretrizes programáticas estratégicas de união e integração da América Latina e Caribe. Esses elementos estratégicos comuns tem uma base histórica e geográfica, um mesmo espaço continental e um passado de lutas anticolonialistas e anti-imperialistas, pela independência nacional, pela democracia, pelo desenvolvimento econômico e social e pelos interesses dos trabalhadores. Theotonio dos Santos ressalta o conteúdo de classe, “nacional-popular”, que há no latino-americanismo:

É por esta razão que há uma correlação direta entre o pan-americanismo e a hegemonia oligárquica, e entre o latino-americanismo e a democracia de massas. Quanto mais popular o governo, maior sua busca de raízes latino-americanas e maior o enfrentamento com a hegemonia norte-americana. Há pois um conteúdo de classe implícito na questão do pan-americanismo versus latino-americanismo (SANTOS, 1994, p. 132).

Ao longo dos seus 25 anos, o Foro cultivou uma identidade cultural latino-americana e uma política latino-americanista⁸³, em oposição ao pan-americanismo imperialista, e relacionadas a uma identidade nacional. Com isso, os partidos de esquerda latino-americanos,

⁸³ Sobre o tema do latino-americanismo, ver a dissertação de mestrado no PROLAM-USP, de Edgardo Alfredo Loguercio (LOGUERCIO, 2007).

gradativamente vieram superando o “eurocentrismo”, tradicional característica das esquerdas latino-americanas, particularmente das “famílias” (de partidos) mais tradicionais e valorizando as suas próprias ideias e experiências.

O novo impulso da integração regional, a partir dos anos 2000, também criou uma nova situação, mais favorável à difusão das ideias latino-americanistas. Uma ideia chave das resoluções do Foro de São Paulo acerca da integração, em especial a partir dos anos 2000, é a combinação das diferentes estratégias nacionais com uma estratégia de integração continental.

Pomar e Regalado (2013), argumentam que as estratégias nacionais promovidas pelos governos liderados por partidos membros do Foro, apresentam-se sempre associadas ao processo de integração regional. O Documento Base preparatório para o Encontro de partidos do Foro, em São Paulo, 2013, explicita essa relação entre as estratégias nacionais de autonomia e a integração:

O ciclo progressista e de esquerda iniciado em 1998 tem força porque não é único nem uniforme, desenvolvendo-se sobre diferentes formações históricas e sociais, com forças que possuem horizontes estratégicos diferenciados, embora de esquerda, que apresentam níveis de acumulação diferentes. Por isso conseguimos vencer em países com diferentes histórias, culturas, estruturas sociais e políticas. Mas a pluralidade de estratégias nacionais deve se combinar, cada vez mais, com uma estratégia continental baseada na integração regional e com a definição de características comuns nos modelos alternativos em marcha (FORO DE SÃO PAULO, 2013, apud POMAR e REGALADO, 2013, p. 250).

Antes da existência do Foro de São Paulo, as articulações internacionais de partidos de esquerda da América Latina e Caribe eram quase sempre, com exceção da OLAS, da COPPPAL e da CSL, intermediadas por partidos da Europa e/ou da Ásia.

Os partidos do Foro de São Paulo, seja como partidos opositores, seja como partidos governantes, foram protagonistas de um pensamento político latino-americanista nos últimos 25 anos. O Foro de São Paulo reivindica a história de luta dos povos da América Latina e Caribe, e a identidade cultural latino-americana, a cultura nacional-popular da América Latina e Caribe, inclusive das etnias e povos originários (ameríndios).

A presença do tema indígena e de partidos e movimentos políticos e sociais indígenas, oriundos de países como Peru, Bolívia, Equador e Guatemala, entre outros, desde os anos 1990, formou uma consciência sobre o assunto nas lideranças dos partidos do Foro. Com a eleição de Evo Morales como presidente do Estado Plurinacional da Bolívia em 2005 e com as políticas

de reconhecimento e promoção das etnias e povos originários de outros governos, além da Bolívia, como é caso do Equador, o tema indígena ganhou projeção regional e mundial.

Álvaro García Linera assinala que “se debe considerar el surgimiento de la identidad indígena campesina como fuerza transformadora de nuestros países. En Bolivia, el movimiento indígena campesino es eje articulador de lo popular” (LINERA, 2014, p.36).

Essa é outra das razões da resiliência do Foro de São Paulo, a sua vinculação com as raízes históricas do latino-americanismo e com uma identidade latino-americana e caribenha contemporânea. O FSP é também um espaço de luta cultural, no sentido gramsciano do termo, que propicia a formação política de quadros, não dogmática, baseada no latino-americanismo anti-imperialista e no intercâmbio de conhecimentos acerca de experiências nacionais concretas de luta pela hegemonia, vividas por partidos membros e narradas com vivacidade por lideranças partidárias protagonistas dessas experiências⁸⁴.

O latino-americanismo anti-imperialista contemporâneo é resultado das confluências entre nacionalismo, regionalismo e internacionalismo na América Latina. Muitos líderes políticos e intelectuais se destacaram e contribuíram para a formação de um pensamento latino-americanista, inclusive heterogêneo e com contradições internas. Além desses, muitos autores teriam de ser citados, mas não é objeto dessa dissertação a análise do pensamento latino-americanista.

Entretanto, é pertinente citarmos alguns autores que argumentam no sentido de que há uma confluência de ideias nacionalistas, regionalistas e internacionalistas que desaguam no mesmo leito do latino-americanismo da atualidade, vinculado aos processos de integração regional⁸⁵, um dos principais traços constitutivos do Foro de São Paulo.

Em primeiro lugar, Emir Sader faz uma distinção entre o nacionalismo europeu e o latino-americano:

O nacionalismo europeu foi marcado pelo chauvinismo, pela suposta superioridade de um Estado nacional sobre os outros e pelo antiliberalismo, inclusive a democracia liberal. A burguesia ascendente assumiu a ideologia liberal como instrumento para destravar a livre circulação do capital contra as travas feudais. Na América Latina, o nacionalismo reproduziu o antiliberalismo político e econômico, mas assumiu uma

⁸⁴ Nos anos 2010, passou a funcionar a Escola Debate do Foro de São Paulo e a Rede de Fundações, Escolas, Institutos e Centros de Capacitação dos partidos do Foro de São Paulo.

⁸⁵ Como já ressaltado na seção 2.2.2 do Capítulo 2, há um papel relevante da Revolução Cubana, desde os anos 1960, na difusão desse pensamento pela união e integração da América Latina e Caribe.

posição anti-imperialista, pela própria inserção da região na periferia – no nosso caso, norte-americana, o que nos situou no campo da esquerda (SADER, 2009, p.95).

Em segundo lugar, Felipe Herrera⁸⁶ relaciona o nacionalismo peculiar da América Latina com o regionalismo e o internacionalismo. Em um texto premonitório de 1970, o autor chileno difere o nacionalismo que chama de “convencional” do “Nacionalismo regional”, que para Herrera é “un nuevo nacionalismo, de alcance regional, que hunde sus raíces en nuestro común pasado y busca convertir en realidad, en forma acelerada, la integración económica de los pueblos latino-americanos, lo que en el futuro, tal vez haga posible lograr su reintegración política” (HERRERA, 1970, p. 9).

Segundo Herrera (1970, p 95), “Nacionalismo, regionalismo e internacionalismo constituyen tres planos distintos pero complementarios”:

El rápido proceso contemporáneo de internacionalización de la economía, de emancipación de los pueblos coloniales, de predominio de los grandes bloques y de los “pueblos continente” [China, India y Indonesia], ha determinado en América Latina un renacimiento del concepto de cohesión. [...] América Latina, así, se reencuentra en sus esencias y se incorpora con vigor a la tendencia mundial hacia la regionalización que da fisionomía característica a las relaciones internacionales de nuestros días (HERRERA, 1970, p. 95).

Em terceiro lugar, José Antonio Sanahuja diferencia dois tipos de “regionalismo latino-americano” e analisa “la crisis del ‘regionalismo abierto’ como estrategia de integración regional dominante en el período 1990-2005, y el surgimiento de un nuevo ciclo caracterizado por el denominado ‘regionalismo posliberal’, que trata de conformar el espacio suramericano” (SANAHUJA, 2010, p. 127). Para Sanahuja, o “regionalismo posliberal” corresponde ao “nuevo ciclo político inaugurado por los nuevos gobiernos de izquierda y los liderazgos regionales que, con estrategias contrapuestas, promueven una mayor autonomía de la región en el conjunto del sistema internacional y, en particular, frente a Estados Unidos” (SANAHUJA, 2010, p. 87).

A tendência à superação do “eurocentrismo” e ao fortalecimento de instâncias regionais e autônomas de partidos políticos, do tipo “grande família”, congregando várias famílias de

⁸⁶ Felipe Herrera foi do Partido Socialista do Chile, participou do governo de Salvador Allende e foi o primeiro presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

esquerda e desvinculadas de organizações mundiais, não ocorre somente na América Latina, mas também em outros continentes.

O caso original do Foro de São Paulo, enquanto organização regionalista de “grande família” no século XXI, é uma referência e fonte de inspiração para outras experiências similares na África e no Oriente Médio, de tipo “grande família”, que também tem no regionalismo anti-imperialista um parâmetro político e organizativo.

O Fórum da Rede da Esquerda da África (ALNEF, na sigla em inglês⁸⁷), foi criado em agosto de 2010, por convocação do Partido Comunista Sul-Africano (SACP), na efeméride dos 50 anos da descolonização da África. Sua primeira Declaração conjunta afirma: “A unidade da África, a unidade de nossos povos, será construída na luta, de baixo para cima e com base na mobilização contra forças reacionárias externas e seus agentes locais” A Declaração ainda aprova o objetivo de “trabalhar para criar elos mais ativos com forças similares, não apenas em nosso continente, mas também na América Latina, na Ásia e em toda parte do mundo”, analisa e se solidariza com a luta dos povos latino-americanos:

Nós nos sentimos encorajados pelos progressos realizados pela esquerda na América Latina e acreditamos que diversos projetos da esquerda neste continente, incluindo o Brasil, a Bolívia, a Venezuela e o Equador, apresentam importantes similaridades e lições para nossas próprias lutas no continente africano. Reafirmamos nossa profunda gratidão pelo notável apoio internacionalista que Cuba tem oferecido de maneira consistente aos nossos povos e nos comprometemos a continuar a expandir nossas ações de solidariedade em defesa do socialismo cubano (ALNEF, 2010, p. 5).

Em entrevista para esta pesquisa, o Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista Sul-Africano, Chris Matlhako, e um dos coordenadores do ALNEF, disse que “o capitalismo como sistema está superado e é necessária uma alternativa. Portanto, o ALNEF procura formular uma visão alternativa ao capitalismo”. Matlhako ressalta a “necessidade de partidos progressistas de conquistar democraticamente o poder político, em primeiro lugar, e estes partidos devem delinear um processo de integração que permita o avanço dos povos do continente”⁸⁸. Sobre a relação entre o ALNEF e o Foro de São Paulo, Matlhako afirma:

⁸⁷ Africa Left Network Forum (ALNEF)

⁸⁸ Ver entrevista com Chris Matlhako, do SACP (MATLHAKO, 2016).

O ALNEF foi inspirado pelo Foro de São Paulo, pela simples razão de que se encontram no Foro de São Paulo as experiências de pluralismo político de esquerda e progressista, que promovem o projeto de mudança à esquerda na América Latina. O Foro de São Paulo é uma experiência importante para a criação de uma coordenação de formações de esquerda e progressista, no período pós-Guerra Fria e pós-Comintern (MATLHAKO, 2016).

Outra organização internacionalista regional de partidos políticos de esquerda no Oriente Médio é o Fórum da Esquerda Árabe (ALF, na sigla em inglês⁸⁹). Marie Nassif-Debs, que foi Vice-presidente e Secretária de Relações Internacionais do Partido Comunista Libanês e uma das coordenadoras do ALF, em 2016 respondeu uma entrevista para a pesquisa por correio eletrônico. O Fórum da Esquerda Árabe, segundo Nassif-Debs, visa criar “um novo movimento de libertação árabe” (NASSIF-DEBS, 2016).

Ainda segundo Marie Nassif-Debs (2016), ALF foi criado em 2010, no contexto de importantes acontecimentos, como as rebeliões populares e agressões imperialistas no Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e, especialmente, Sudão), para reunir os partidos de esquerda com os objetivos de lutar contra o imperialismo, defender a identidade árabe e com uma missão: reorganizar a classe trabalhadora e o movimento de massas nos países árabes.

Questionada sobre as razões da criação do ALF e quais eram as relações com o Foro de São Paulo e outras experiências internacionalistas, Nassif-Debs respondeu:

Nós pensamos que só um movimento de esquerda com um programa claro pode unificar o movimento e liderá-lo contra o projeto imperialista do “Novo Oriente Médio” e pelas mudanças políticas [...] em todos os países árabes. [...] [Para isso] nós estudamos as diferentes experiências no mundo, antes de começar a nossa experiência do ALF, inclusive as experiências do Movimento dos Não-Alinhados e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Nós também estudamos a experiência do Foro de São Paulo, e tomamos para nós o que seria bom para o ALF [...]. Nós pensamos que o Foro de São Paulo é uma boa experiência por causa de seu estatuto democrático e de sua governança democrática. Qualquer força política que é membro do ALF em um país, é livre para tomar as suas decisões políticas, e nós juntos temos um programa para a região (NASSIF-DEBS, 2016).

O Foro de São Paulo cultivava relações amistosas com muitos partidos de esquerda e progressistas de outros continentes e com outras organizações continentais e mundiais. Na

⁸⁹ Arab Left Forum (ALF).

própria América Latina, tem relações próximas com a COPPPAL⁹⁰, com o Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e o Caribe, com a CSL e com os partidos comunistas que se reúnem no Encontro de Partidos Comunistas e Operários da América Latina. Na África tem relações com o ALNEF. Na Europa tem relações com o Partido da Esquerda Europeia e o Partido dos Socialistas Europeus e com Grupos Parlamentares do Parlamento Europeu, como o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL). No Oriente Médio, tem relações com partidos membros do Arab Left Forum.

O Encontro de Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, que aconteceu em Guayaquil, Equador, em 2012, aprovou a Declaração de Guayaquil, que apoia os processos e governos de esquerda e progressistas latino-americanos. Um segundo Encontro está previsto para 2016 no Peru. O Encontro latino-americano dos comunistas não é um encontro que ocorre com regularidade, como o mundial EIPCO, que é anual. Todos os “partidos comunistas e revolucionários” que participaram do Encontro de Guayaquil, em 2012, são membros do FSP, espaço no qual se encontram com frequência. É um caso, entre outros, de “famílias” de partidos que se encontram em reuniões multilaterais⁹¹ do FSP, muitas vezes até mais que em reuniões da própria “família”.

Valter Pomar, ex-Secretário Executivo do Foro de São Paulo, argumenta que, na atualidade, “o aprofundamento de relações inter-regionais é mais realista e produtivo, do que a tentativa de criar novas organizações que sejam ou se pretendam mundiais” (POMAR, 2012, p. 12-13).

Em nível mundial, o FSP tem relações com a Internacional Socialista, com a Aliança Progressista e com os partidos comunistas que fazem parte do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO), criado em 1999, como o Partido Comunista da China e o Partido Comunista do Vietnã.

O exposto acima permite concluir que o internacionalismo regionalista e anti-imperialista, que afirma uma identidade – histórica e geográfica, mas fundamentalmente política e cultural –, defende a união e a integração emancipadora dos povos de sua região e supera o tradicional “eurocentrismo”. Essa é uma das razões da existência e da resiliência do Foro de São Paulo, que inclusive inspira outras organizações similares de partidos políticos de

⁹⁰ Na Ásia e na África também existem conferências partidárias do tipo da COPPPAL. Na Ásia, a Conferência de Partidos Políticos Asiáticos é mais plural do que a COPPPAL e conta com a participação de partidos de centro e de direita. Na África, com relações de cooperação com as suas organizações similares na Ásia e na América Latina, há a Conferência Africana de Partidos Políticos.

⁹¹ Os partidos comunistas e revolucionários, assim como os demais partidos do FSP, realizam muitas reuniões bilaterais e frequentam seminários e congressos dos demais partidos “irmãos”. O mesmo acontece com partidos de outras “famílias”, como os socialistas da CSL.

esquerda, independentes de organizações mundiais com sede na Europa, como o ALNEF na África e o ALF no Oriente Médio.

4.3 Frente ampla antineoliberal e anti-imperialista

O fato de o Foro de São Paulo ser uma ampla frente antineoliberal e anti-imperialista, uma “grande família”, que congrega variadas tendências político-ideológicas, mas com objetivos muito concretos de luta e de ação comum, além de um espaço de reflexão quase sempre qualificado, é outra razão da resiliência do Foro.

A correlação de forças internacional, desde o fim da URSS e do “campo socialista”, impõe à esquerda em nível mundial uma situação de defensiva estratégica, desde o início dos anos 1990. Apesar de o mundo estar passando por uma transição, com a ascensão da China e da economia asiática, com a articulação dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, e com a crise do capitalismo que perdura desde 2008, a etapa histórica para a esquerda não é de equilíbrio de forças e muito menos de ofensiva estratégica.

O ciclo de governos de esquerda e progressistas da América Latina, de 1998 até hoje, é resultado de um contexto regional particular. Vários fatores concorreram para formar esse contexto regional. A crise econômica e social, a perda de direitos e conquistas dos trabalhadores e do povo, a repressão às lutas populares, o consequente desgaste das forças políticas que estiveram à frente de governos neoliberais nos anos 1990 e o acúmulo político e eleitoral que os partidos de esquerda e os movimentos sociais tiveram nos anos 1980 e 1990, criaram uma situação que possibilitou uma ofensiva tática das forças de esquerda.

A recente contraofensiva tática das forças de direita e pró-imperialistas, em cada país da região, começou a alterar a situação política regional, conforme já discutido na seção 3.2 do Capítulo 3. Porém, mesmo no auge, ou nesse primeiro auge dos governos de esquerda e progressistas, no final dos anos 2000 e início dos anos 2010, não havia sido revertida a correlação estratégica de forças no mundo.

Partindo dessa premissa, os partidos do Foro de São Paulo mantém, desde 1990, uma política de unidade, de reunir amplas forças para enfrentar as forças neoliberais e imperialistas, que representam o interesse do capital financeiro.

Na atualidade as forças de direita latino-americanas estão promovendo variadas ações antidemocráticas, como golpes de Estado de novo tipo, com sabotagem econômica, guerra

mediática, manobras jurídicas e parlamentares inconstitucionais, difusão do obscurantismo, incitação da intolerância e da violência política neofascista, entre outras ações, para voltar aos governos nacionais da região. Portanto, nesse contexto histórico de defensiva estratégica, desde 1990, uma organização ampla e heterogênea como o Foro de São Paulo, que abarque as diversas forças de esquerda e progressistas, tem sido e continua sendo, na opinião consensual dos partidos do Foro, uma necessidade política.

Se tomamos o atual momento político regional, uma frente ampla como o FSP é ainda mais necessária, para defender a continuidade dos governos de esquerda e progressistas e evitar mais retrocessos, como os já ocorridos em Honduras, no Paraguai, no Peru, na Argentina e no Brasil, e, procurar revertê-los.

A política de frente popular contra o fascismo e a guerra imperialista, unindo os comunistas, revolucionários e a socialdemocracia, foi estabelecida pela Internacional Comunista em 1935, no VII Congresso do Comintern. Para Theotonio dos Santos, no mundo contemporâneo, foram criadas “las condiciones para establecer un gran frente, similar a que se creó a partir de 1935 contra el fascismo [...]” (SANTOS, 2012, p.7)..

Desde 1990, a unidade popular entre revolucionários, socialistas democráticos e as mais diversas correntes políticas de esquerda e progressistas, tem sido uma necessidade, assim como foi nos anos 1930. Em outras palavras, uma ampla frente antineoliberal e anti-imperialista tem sido necessária nesse período de defensiva estratégica das forças socialistas. A existência de uma organização internacionalista como o Foro de São Paulo corresponde a essa necessidade histórica.

Fidel Castro, em seu discurso de encerramento do IV Encontro do Foro de São Paulo (Havana, Cuba, 1993), comentou a Declaração Final do Encontro, que propõe linhas comuns de ação para os partidos de esquerda latino-americanos na resistência contra o neoliberalismo e na promoção da integração continental, ressaltando que a Declaração do FSP é “practicamente un programa de lucha [...] esa declaración es hoy el programa de la izquierda de América Latina y el Caribe; y si conseguimos esos objetivos, llegaremos tan lejos como nadie es capaz de imaginarse” (CASTRO RUZ, 2009, p. 238).

As propostas de novas organizações internacionalistas de caráter socialista, formada somente por partidos e movimentos políticos marxistas e revolucionários, regionais ou mundiais, não se tornaram realidade. Uma das mais importantes tentativas desse tipo foi a proposta de criação de uma nova Internacional, feita pelo presidente Hugo Chávez e pelo PSUV, em novembro de 2009.

Chávez fez a “propuesta de convocar a los partidos, movimientos políticos, movimientos sociales, corrientes socialistas, partidos socialistas, revolucionarios de todo ese planeta, de todo el mundo, convocarlos a crear una nueva organización que se adecue al tiempo en que vivimos [...] que se convierta en instrumento de articulación y de unificación de las luchas de los pueblos para salvar este planeta [...]”. (CHÁVEZ, 2009, p. 13). Antes de analisar a proposta de Chávez e o debate que ela provocou, é importante abordar os acontecimentos que a antecederam, e junto com eles descrever resumidamente a relação do Foro de São Paulo com os movimentos sociais.

Desde os anos 1990 o FSP valoriza o papel dos movimentos sociais e a sua relação com estes. Na Campanha contra a Alca, o FSP atuou conjuntamente com a Aliança Social Continental, que coordenava os movimentos sindicais e sociais da América Latina e Caribe. Quando se iniciaram as *Cumbres de los Pueblos*, eventos paralelos a las cumbres de jefes de Estado de las Américas realizadas desde 1998 [...] [y] parlamentários del Foro de São Paulo siempre han estado presentes” (FORO DE SÃO PAULO, 2008, p. 646).

Chávez, que já havia participado do Encontro do Foro de São Paulo representando seu movimento político, o MBR-200⁹², em um Encontro do FSP em 1996, convocou, depois de eleito presidente, um novo Congresso Anfictiônico, para o ano 2000, em Caracas. A proposta de Chávez era um evento “no solamente de jefes de Estado, pero también de pueblos, de universidades, de estudios, de culturas, de juventudes [...]” (CHÁVEZ, 2006, p. 6).

De uma certa forma a proposta de Chávez se realizou algumas vezes nos anos 2000, quando chefes de Estado latino-americanos se reuniram em grandes assembleias populares, nas *Cumbres de los Pueblos* contra a Alca e pela integração solidária, paralelas às reuniões de chefes de Estado das Américas e dos organismos de integração regional, e nas atividades regionais e mundiais do Foro Social Mundial, às vezes com dezenas de milhares de participantes, de movimentos sociais e da intelectualidade da ciência e da cultura.

Com o surgimento do Foro Social Mundial (FSM), em 2001, de caráter “anticapitalista” e “contra toda forma de império”, em Porto Alegre, surge a proposta de um “movimento dos movimentos” e de uma “nova Internacional das lutas”. Nos FSM, em especial nos primeiros anos, havia impeditivos para a participação de partidos políticos e chefes de Estado, que foram depois flexibilizadas.

⁹² Movimento Revolucionário Bolivariano-200, sucessor do Exército Bolivariano Revolucionário-200, que liderou a insurreição cívico-militar de 1992 na Venezuela. O “200” é uma referência aos 200 anos da luta independentista.

A Venezuela Bolivariana, quando o partido bolivariano se chamava Movimento Quinta República (MVR), sediou em 2006 uma edição do Foro Social Mundial e do Foro Social Américas, vinculado ao processo do FSM. Nessa ocasião o presidente Chávez, na condição de anfitrião, fez um chamado à criação de uma frente anti-imperialista internacional”, propondo que o espaço do FSM, com coordenação e unidade, cumprisse esse papel, em nível regional e mundial. Em janeiro de 2009, no FSM de Belém, uma assembleia popular reuniu vários chefes de Estado, como Evo Morales (Bolívia) Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) e Hugo Chávez (Venezuela).

Um dos autores da proposta de um “novo internacionalismo dos povos” e um dos idealizadores da proposta de V Internacional, o intelectual egípcio Samir Amin, assíduo participante do FSM, defendeu uma Internacional de partidos e movimentos sociais, em seu livro “*Por la Quinta Internacional*”, publicado em espanhol em 2007: “La Quinta Internacional no debe ser una asamblea exclusiva de partidos políticos, sino acoger a todos los movimientos de resistencia y de lucha de los pueblos [...]” (AMIN, 2007, p. 86).

Eventos com muita visibilidade midiática, e grande participação popular, as edições do Foro Social Mundial e as Cúpulas dos Povos, além do livro de Samir Amin, influenciaram a proposta de Chávez de criar a V Internacional. Os chefes de Estado latino-americanos também participaram de muitos Encontros do FSP, como anfitriões e visitantes, em atos que chegaram a reunir milhares de pessoas.

O Foro de São Paulo, entretanto, não teve a mesma capacidade de mobilização popular em seus Encontros, tampouco se propôs a isso até 2009. Depois do debate sobre a V Internacional, que teve o mérito de submeter o FSP a um exame crítico em público, os Encontros do Foro discutiram e aprovaram, a partir de 2010, propostas de dinamização de suas atividades, como mais campanhas e ações comuns e festivais culturais latino-americanistas, com o intuito de mobilizar e atrair a juventude para as ideias do FSP.

Monica Valente, atual Secretária de Relações Internacionais do PT do Brasil, e Secretária Executiva do Foro de São Paulo, assinala, em artigo intitulado “El Foro de São Paulo y el internacionalismo latino-americano”:

En las últimas décadas, las relaciones Internacionales han dedicado cada vez mayor tiempo tanto a las acciones de los movimientos sociales y redes internacionales y sus relaciones con los Estados como a las organizaciones internacionales tradicionales. Sin embargo, se ha prestado poca atención a las articulaciones entre los partidos políticos. [...] pero pocos experimentos han sido capaces de – simultáneamente – incluir y mantener la diversidad entre las distintas fuerzas del espectro político, incluidas las organizaciones progresistas, de centro-izquierda, izquierda y nacional-

populares. En este escenario, los veinticinco años de la organización de partidos latinoamericanos y caribeños Foro de São Paulo es un ejemplo a señalar.(VALENTE, 2015, p. 11).

Na realidade, Chávez estava preocupado em fortalecer o “internacionalismo dos povos”, mas também em consolidar os processos políticos de esquerda e progressistas na América Latina e, particularmente, a experiência da Revolução Bolivariana. Na instalação do Primeiro Congresso Extraordinário do PSUV, antecedido por um Encontro Internacional de Partidos de Esquerda, de 19 a 21 de novembro de 2009, com 89 delegados de 39 países, Chávez discursou em defesa da V Internacional e do “Compromisso de Caracas”, resolução do Encontro Internacional. Após opinar sobre as quatro Internacionais, incluindo a IV Internacional trotskista⁹³, Chávez afirma que:

[...] todas fueron convocadas desde Europa [...] nacieron en Europa, era Europa epicentro de luchas [...] [y] el epicentro de las luchas revolucionarias, de las luchas socialistas, hoy en el mundo, comenzando el siglo XXI está aquí en nuestra América y a Venezuela le toca a ser epicentro en esa batalla [...] creo que llegó la hora de convocar la 5ª Internacional y la convocamos desde Caracas y hacemos un llamado a todos los partidos socialistas revolucionarios, movimientos y corrientes de los que luchan por el socialismo, contra el capitalismo, contra el imperialismo para salvar o mundo (CHÁVEZ, 2009, p. 16).

Em geral, todos os processos políticos de esquerda e progressistas que chegam ao governo e, mais ainda, os que têm objetivos revolucionários, necessitam de apoio e solidariedade internacional e fazem por onde buscar esse reconhecimento e prestígio internacional, para sustentar o processo mudancista nacional.

Não foi diferente e não tem sido diferente na América Latina nos anos 2000 e nos anos 2010. Especificamente, os processos políticos da Venezuela, do Equador e da Bolívia, países membros da Alba-TCP⁹⁴, fazem políticas de projeção regional e mundial de suas experiências: a “Revolução Bolivariana” da Venezuela, a “Revolução Democrática e Cultural” da Bolívia e a “Revolução Cidadã” do Equador. Mas também o processo da Revolução Nicaraguense, o processo brasileiro – inclusive pelo peso do Brasil na região e pela força do PT e da esquerda

⁹³ A IV Internacional nasce em 1938 e atualmente existem várias organizações mundiais, na atualidade, que reivindicam o legado da original.

⁹⁴ A Alba-TCP também criou, em seu âmbito, uma articulação de partidos políticos e uma “Articulação de Movimientos Sociales hacia el Alba”.

brasileira –, o argentino, que projeta lideranças como Nestor e Cristina Kirchner e o uruguaio da Frente Ampla de José Pepe Mujica, além de outros, buscam o seu espaço na arena política regional e mundial.

Ainda que prevaleça a aliança e a solidariedade entre os governos de esquerda e progressistas e os líderes dos partidos governantes, a necessária busca de afirmação e projeção internacional de cada “Revolução” e de cada governo nacional, gera tensões entre os governos e entre os partidos do Foro de São Paulo.

A proposta da V Internacional, embora não fosse o seu objetivo central, carregou consigo a marca de ter a América Latina e, particularmente, a Venezuela como “epicentro”. E se por um lado foi bem recebida pelos partidos o sentido de superação do “eurocentrismo”, por outro lado, houve muito receio acerca da possibilidade de reedição de determinadas características das Internacionais anteriores, mais precisamente a centralidade de um partido líder e de uma personalidade líder. Nesse aspecto, Lula e Fidel, o PT do Brasil e o PC de Cuba, em 1990, foram mais sagazes e cuidadosos, quando foi convocado o Foro de São Paulo.

Ademais, a proposta de Chávez, considerada meritória em muitos aspectos e por isso respeitada, foi feita se levar em conta um período prévio de consultas, sem uma construção política, em especial com os partidos líderes do FSP. Regalado (2012b) analisa o processo de formação de uma organização internacionalista de partidos na atualidade:

En las actuales condiciones, que son muy diferentes a las existentes tras el triunfo de la Revolución de Octubre de 1917 o las existentes en la década de 1960, cuando en Cuba se formaron la Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia, África y América Latina (OSPAAAL) y la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS), la construcción de una internacional no podría hacerse por “decreto”, ni por “golpe”, sino mediante un proceso de formación de consensos ideológicos, políticos y organizativos, a mediano y a largo plazo (REGALADO, 2012b, p. 18).

O fato é que a proposta estava lançada pelo Compromisso de Caracas, com o apoio de muitos partidos importantes do Foro de São Paulo como os fundadores FMLN de El Salvador e FSLN da Nicarágua, além do MAS-IPSP da Bolívia e do Movimiento Alianza PAIS do Equador. O PC de Cuba não se pronunciou sobre o tema. O PT do Brasil fez a defesa do Foro de São Paulo. Muitos partidos disseram que seria preciso consultar seus órgãos dirigentes sobre o tema. Chávez pediu aos partidos que discutissem a proposta para, em abril de 2010, voltarem a se reunir para formar em definitivo e criar a nova Internacional.

No Foro de São Paulo houve um debate sobre o assunto, e Valter Pomar e Carlos Fonseca Teran, da FSLN da Nicarágua, escreveram artigos de opinião sobre a proposta da V Internacional. Teran argumenta a favor de uma nova Internacional, *Internacional de los Pueblos*, como propôs o presidente nicaraguense Daniel Ortega, ou *Internacional Revolucionaria*, ou ainda outro nome:

Por tanto, es necesario el surgimiento de una nueva expresión organizada de la izquierda que, complementaria con el Foro [de São Paulo] (no paralela a este, pues su misión sería distinta), logre articular una estrategia y programa únicos a nivel histórico y diversos a nivel regional, que ahora resultan indispensables para los sectores de la izquierda que consideran la revolución y el socialismo como tareas que están en este momento a la orden del día [...] (FONSECA, 2010, p. 6).

Após alguns meses de debates e consultas entre os partidos, estava claro que a proposta não lograria o consenso e as adesões necessárias para ser levada adiante. A partir daí, Chávez orienta o PSUV a fortalecer o Foro de São Paulo. Em entrevista para a pesquisa realizada em 2015, o então deputado pelo PSUV ao Parlamento Latino-Americano (Parlatino), e Coordenador de Assuntos Internacionais do PSUV, Rodrigo Cabezas, revela que Chávez orientou o PSUV a preparar as condições para a nova Internacional “a partir desses espaços hoje existentes”, como o Foro de São Paulo.

Rodrigo Cabezas acentua, com palavras suas, que o projeto de uma nova Internacional mundial deve ser preparado para “um futuro, digamos, com a tranquilidade milenária chinesa [...] vamos dar tempo ao tempo” (CABEZAS, 2015). Na entrevista Cabezas revela os diálogos que teve com Chávez sobre o assunto:

Chávez era um homem atuante, e nessa atuação tinha uma angústia pela necessidade da unidade dos revolucionários do mundo, pela necessidade de que os revolucionários se articulassem para defender os governos de esquerda, para defender as conquistas populares da América Latina e reforçar a luta em outros espaços. Essa é a explicação, em última instância, de por que o Presidente Chávez disse: “convoquemos a toda a esquerda a uma nova Internacional”. Depois tive uma conversação com ele, e ele me dizia que não era apropriado nomeá-la “V” Internacional, e isso já era uma reflexão autocrítica dele, por que se criou [com a proposta de “V”] um signo de continuidade ao que haviam significado as Internacionais comunistas, e o Presidente não estava propondo a cópia de uma nova Internacional comunista que tivesse um país hegemônico, um centro. Não, de maneira alguma, ele queria era que as forças revolucionárias pudessem se integrar e que pudesse haver uma luta universal de toda a esquerda. Por isso Chávez, no Encontro do Foro de São Paulo em 2012, em seu discurso, nos instou a sacudir o Foro de São Paulo, para que fosse mais além de suas declarações de solidariedade, e que pudesse articular os movimentos dos

trabalhadores no mundo, os intelectuais, que quando se produzissem lutas pelo meio ambiente, pela defesa de governos revolucionários, lutas de apoio aos trabalhadores, e lutas dos trabalhadores em nível mundial, a esquerda pudesse não somente responder de forma panfletária, mas sim responder com ações concretas, com mobilizações. Ele tinha exatamente essa angústia, de maneira que esta é a explicação dessa convocatória, com uma visão planetária de uma V Internacional.

Porém, sou testemunha, e posso dizer agora, dessa conversação na qual ele afirmou para não colocar um número, e sim chamá-la uma Internacional da esquerda democrática. Mas posteriormente o próprio Presidente deu instruções à área de Relações Internacionais do PSUV, e sou testemunha pois sou o Coordenador de Assuntos Internacionais do PSUV, desde o dia 7 de janeiro de 2011. Nesse dia ele me encarregou desta atividade, e no plano elaborado pela Área Internacional do PSUV, estava nossa inserção, real, formal, ativa, no Foro de São Paulo, para articular em um primeiro momento a todos, ajudar a reforçar a articulação, coordenação e a irmandade da esquerda latino-americana, sobre a base de que ela é diversa, é plural, como é o Foro de São Paulo, e essa é sua sustentação fundamental. E recorro claramente a orientação do Presidente Hugo Chávez, de ir adiante, de reforçar a unidade da esquerda latino-americana, e a partir desse momento, e com essa indução, o PSUV veio, digamos, retomando a ideia de reforçar o único espaço que neste momento existia, e eu creio que hoje é um dos melhores espaços de esquerda no mundo e da América Latina, que nos permite encontrar-nos, fazer reflexões, discutir, e eu creio que o mais importante é que nos permite, nesse momento de defesa dos governos latino-americanos, fomentar a solidariedade, para que a esquerda não retroceda, para que a restauração neoliberal não triunfe, e que ademais outros povos possam alcançar o seu processo de libertação nacional. (CABEZAS, 2015)

Como expressão de um renovado compromisso com o Foro de São Paulo, o PSUV, o MAS-IPSP e o Movimiento Alianza PAIS se tornam mais ativos no Foro, e partidos de países da Alba-TCP sediam os Encontros do FSP em 2011 na Nicarágua, em 2012 na Venezuela, e em 2014 na Bolívia. Como decorrência, também passam a ter mais força nas decisões consensuais do FSP e essas decisões a partir de 2010 refletem a nova correlação de forças internas no Foro. Pode-se dar como exemplo a defesa explícita de um “caminho para o socialismo” e de referências similares, nas resoluções mais recentes do Foro.

O partido de Rafael Correa, o Movimiento Alianza PAIS, tem convocado o Encontro Latino-Americano Progresista (ELAP), desde 2014, anualmente, com o intuito já discutido acima, de fomentar a solidariedade com a “Revolução Cidadã”, com a participação de partidos, movimentos sociais, intelectuais, acadêmicos e artistas.

Em outubro de 2015, em atividade do Instituto Lula com a presença de Álvaro Garcia Linera, Lula teria dito, segundo notícia do jornal brasileiro “O Estado de S. Paulo”:

Faço o *mea culpa*. O PT não soube transformar em grandeza de política internacional aquilo que fizemos aqui no Brasil. O PT poderia ter feito muito mais. Nós ficamos só

no Foro de São Paulo e cada vez com menos gente importante comparecendo. Temos que criar um instrumento na América Latina para unificar as forças de esquerda⁹⁵.

O comentário de Valter Pomar em relação ao que dissera Lula, que consta da mesma matéria de jornal, sugere um outro espaço somente para partidos governantes e reafirma o Foro de São Paulo: “O problema é de outra natureza. Os partidos que estão no governo é que precisam de outro espaço mais permanente. Porque o Foro tem partidos que também são de oposição”⁹⁶.

Com a alteração na situação política contexto latino-americano que está em curso – e principalmente após as derrotas recentes da esquerda nas eleições presidenciais da Argentina, nas eleições parlamentares da Venezuela e com o “golpe” no Brasil, assim caracterizado pela esquerda brasileira –, surgiu a proposta, a que a pesquisa teve acesso pela imprensa uruguaia, publicada pelo jornal “El País” no dia 5 de junho de 2016⁹⁷, de um “relanzamiento del Foro de São Paulo con la idea de pensar la izquierda por los próximos 30 años”.

A proposta da versão “4G” do Foro de São Paulo, que se chamaria “Foro de Montevideo”, foi feita por um deputado do Movimiento de Participación Popular (MPP), membro da Frente Ampla e do FSP. Consiste em “debater una propuesta programática de poder” e seria convocado a partir da liderança do ex-presidente Mujica, “figura no solo nacional, sino regional e internacional”.

O debate da V Internacional foi um dos principais “testes de resiliência” do Foro de São Paulo em sua história. Ainda podem haver outros testes, como a iniciativa uruguaia pode vir a ser. No entanto, a proposta ainda não foi confirmada pela Frente Ampla.

A polêmica da V Internacional serviu para “sacudir” em sentido positivo o Foro de São Paulo, como disse o dirigente do PSUV acima, e revelou duas razões da resiliência do Foro de São Paulo: a necessidade de uma frente antineoliberal e anti-imperialista, ampla e unitária, na América Latina e a quarta razão da resiliência do FSP, a ser discutida a seguir na próxima seção, a saber, a importância da relação unitária e de confiança entre os partidos líderes do Foro.

O então Secretário Executivo do Foro de São Paulo, Valter Pomar (2012), após o XVIII Encontro do Foro de São Paulo de Caracas, em 2012, escreveu que ficou “[...] clara, evidente,

⁹⁵ Ver O ESTADO DE S. PAULO, 2015.

⁹⁶ Ver O ESTADO DE S. PAULO, 2015.

⁹⁷ A matéria do jornal “El País” é intitulada: “Mujica visto como bandera para la izquierda regional”. Ver EL PAÍS, 2016.

escancarada, a confluência entre o Foro e o processo venezuelano, entre o PT e o PSUV, entre Chávez e Lula”⁹⁸

4.4 Relação entre partidos fundadores, maiores partidos e partidos governantes

Em todas as experiências de organizações internacionalistas estudadas por esta pesquisa – mesmo que nelas exista uma direção coletiva e decisões não obrigatórias e elas não sejam centralizadas com uma direção mundial de um ou mais partidos – existe, desde a criação destas, e durante a sua existência, o protagonismo de partido(s) mais forte(s) e influente(s) e de liderança(s) política(s) proeminente(s).

O papel dos partidos com mais força e liderança, e as relações entre eles, também é fator fundamental para a unidade e para a sustentação da organização internacional ao longo do tempo. No Foro de São Paulo, os partidos fundadores, os maiores partidos e os partidos que conduzem os governos nacionais, compõem o conjunto dos partidos com mais força e liderança.

O PT do Brasil e o PC de Cuba, pelo papel protagonista que mantêm, desde a fundação do FSP, entre outros motivos, são os que vêm exercendo maior liderança. Apesar de não ter um centro único de direção, o Foro tem uma coordenação coletiva, um Grupo de Trabalho (GT) e uma Secretaria Executiva. Todos os partidos líderes participam do Grupo de Trabalho do FSP, mas nem todos os membros do Grupo de Trabalho tem um papel de liderança. O PT vem exercendo a função de Secretaria Executiva do FSP desde 1990, embora em alguns momentos tenha havido questionamentos acerca disso e propostas de alternância na função, que não prosperaram.

A relação entre esses partidos líderes, de confiança mútua e compromisso com a unidade – ainda que tenham por vezes sérias divergências – e o fortalecimento do Foro de São Paulo, que se expressam também em relações pessoais de confiança entre os dirigentes partidários, é um dos elementos principais que explicam a estabilidade da direção coletiva do FSP, e, porque o Foro resistiu às suas crises sem dividir-se em duas ou mais organizações internacionais. É uma das razões de sua resiliência, portanto.

⁹⁸ Ver a resposta de Valter Pomar, em polêmica com Atílio Borón, em julho de 2012, disponível no site do PT do Brasil, www.pt.org.br.

Todos os partidos membros do Foro têm direitos e deveres iguais e qualquer um pode bloquear um consenso. No entanto, é muito raro isso acontecer, pois quando há unidade entre os partidos líderes, é muito difícil algum partido sustentar uma posição isoladamente.

A lista de membros do FSP é mutante: partidos membros se fortalecem ou se enfraquecem; partidos nascem e aderem; partidos membros morrem e saem da lista, ou são refundados ou se fundem e aparecem na lista com outro nome; partidos membros adotam posições mais à direita ou mais à esquerda do consenso; outros membros deixam de participar ativamente; outros partidos entram e outros partidos membros ativos saem.

Entretanto, a lista dos partidos membros mais ativos no FSP, apesar do dito acima, é estável e duradoura em sua parte mais importante: os partidos líderes e um conjunto de outros partidos que têm sido muito ativos e que reforçam os consensos produzidos. Uma membresia estável no fundamental é um dos principais motivos da estabilidade do FSP como organização internacional que chega aos 25 anos de existência.⁹⁹

O caráter democrático e não excludente do Foro de São Paulo, que será discutido na seção seguinte, fica evidenciado por essa estabilidade da membresia, mesmo quando há sérias divergências entre os partidos de um mesmo país. Um exemplo é o do Brasil, no qual o PPS e o PCB, estudados no Capítulo 2, ainda que divergindo há vários anos em torno das resoluções do FSP e sem uma participação regular, continuam membros até hoje do Foro.

4.5 Direção coletiva, democrática e consensual

O último elemento explicativo da resiliência do FSP é a sua democracia interna, com espaços de debate e de intercâmbio de opiniões e a sua metodologia de decisão que conduz a produção dos consensos, respeitando a autonomia e a independência de cada partido.

Em relação a outras experiências de articulação internacionalista, o FSP é inovador em muitos aspectos. A começar pelo nome, o FSP organizativamente é um fórum, não uma organização com hierarquia e decisões obrigatórias para os membros. Aparentemente a estrutura do FSP é mais fraca, pois é mais horizontal e mais flexível que outras organizações internacionais de partidos, do passado e do presente.

⁹⁹ Ver Apêndice A, com a evolução da lista de membros do FSP de 1990 a 2015.

Analisando melhor, entretanto, dada a natureza do FSP e levando-se em consideração os seus objetivos e a composição da sua membresia, o FSP tem mantido uma estrutura e uma metodologia adequadas a seus objetivos, que serve para construir consensos, embora existam críticas severas ao funcionamento do FSP e propostas de aperfeiçoamento, por parte de alguns partidos membros. Muitas dessas propostas de aperfeiçoamento da atividade organizativa do Foro foram aprovadas, mas nem todas foram adotadas na prática.

Os atuais partidos comunistas latino-americanos membros do Foro de São Paulo, que participaram da III Internacional (1919-1943) – um “partido mundial” centralizado, que correspondia a outro contexto histórico – também defendem e praticam um internacionalismo mais apropriado ao contexto atual, baseado em relações de igualdade e não ingerência entre partidos independentes.

Os partidos comunistas que atuam no Foro de São Paulo, participam também do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO) e de encontros similares entre partidos comunistas da América Latina e Caribe. O EIPCO funciona com Encontros anuais, coordenados pelo partido anfitrião e sem uma direção mundial centralizada, e é coordenado por um Grupo de Trabalho, com funções semelhantes ao Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo.

O pluralismo e a democracia interna do Foro foram valorizadas pelo líder comunista Fidel Castro, durante o IV Encontro do Foro de São Paulo, em Havana, 1993, nos primeiros anos do Foro. No discurso de encerramento do Encontro, Fidel Castro, em nome do PC de Cuba, também faz avaliações e previsões sobre o Foro de São Paulo:

[...] hemos dado al mundo una lección de pluripartidismo, una lección de democracia. Hemos discutido con una amplitud y una franqueza que no se discute en ninguna parte. [...]
No olvidaremos esta reunión, y realmente les auguramos un gran porvenir. Si seguimos trabajando con estos métodos, si seguimos trabajando con este estilo, podemos llegar muy lejos. No hay otro camino de alcanzar los objetivos. Vean como a pesar de la diversidad de organizaciones tenemos un gran número de puntos en común y luchas en común [...] (CASTRO RUZ, 2009, p.238).

O Foro de São Paulo pode ser considerado como “intelectual orgânico coletivo”¹⁰⁰ internacional, pois é uma organização que abre espaço para debates críticos e polêmicas, mas

¹⁰⁰ O conceito de partido socialista como intelectual orgânico coletivo, elaborado por Togliatti com base no pensamento de Gramsci, é discutido na seção 1.1.1 do Capítulo 1.

também que logra consensos progressivos e unidade na ação, e na qual existe uma práxis derivada de suas formulações político-ideológicas. Os próprios dirigentes partidários latino-americanos são críticos e autocríticos em relação ao Foro, seus limites e insuficiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos do marxista Antonio Gramsci e as ideias desenvolvidas pelos autores gramscianos, expostos e discutidos no Capítulo 1, foram muito úteis para analisar a experiência internacionalista de partidos políticos de esquerda da América Latina e Caribe, mais especificamente o Foro de São Paulo (1990-2015). A atualidade dos conceitos gramscianos, e sua pertinência para o estudo do tema proposto, foram comprovadas durante a pesquisa.

As descobertas feitas a partir do estudo da história dos partidos de Brasil e de Cuba, membros do Foro, particularmente as relações internacionais desses partidos, e as suas influências latino-americanistas – tema do Capítulo 2 – propiciaram algumas conclusões expostas nos capítulos seguintes, que abordaram diretamente o Foro de São Paulo, a sua formação histórica e as suas principais características, ideias e realizações.

Para exemplificar o dito acima, pode-se tomar o papel de partidos líderes do Foro, que inicialmente são bem definidos na origem, com a função de idealizadores e de convocação do primeiro encontro em 1990, que tiveram o PT do Brasil e o PC de Cuba. Depois de chegar ao governo na Venezuela, o movimento político bolivariano liderado por Chávez se torna uma força política decisiva na América Latina. O PSUV passa a exercer no Foro, na prática, um papel de liderança similar ao dos fundadores.

O Foro de São Paulo, portanto, conseguiu um maior sentido de unidade das forças de esquerda e progressistas latino-americanas, e exerceu um papel político importante na política regional, especialmente em relação ao processo de integração latino-americana. Essa discussão foi feita no Capítulo 3, na qual se demonstrou que as ideias programáticas sobre integração regional do Foro de São Paulo, somadas às lutas populares desde os anos 1990, e ao surgimento dos governos de esquerda e progressistas na América Latina a partir de 1998, são fatores que concorreram para a derrota da proposta estadunidense da Alca, e para o relançamento do Mercosul, e a criação da Unasul, da Alba-TCP, e da CELAC.

Discutiu-se ainda, no Capítulo 3, o processo pelo qual partidos do Foro de São Paulo passaram a liderar governos de esquerda e progressistas na região, governos esses que inauguraram um novo ciclo político que impulsionou a integração regional. Muitas ideias do Foro de São Paulo, como foi demonstrado, foram preditivas em relação ao que acontece atualmente, e isso confirmou o papel do Foro como “intelectual orgânico coletivo”

internacional, uma simples e modesta organização de ousados “Príncipes modernos”, que é protagonista pelas ideias.

A pesquisa concluiu que a resiliência do Foro de São Paulo está relacionada com cinco razões principais, que sistematizam a resposta ao problema inicial proposto, qual seja: por que e como, o Foro de São Paulo conseguiu superar ou solucionar suas controvérsias, suas polêmicas, contradições internas e crises, e estabelecer uma convivência relativamente estável, mesmo sendo composto por diversas correntes político-ideológicas da esquerda latino-americana.

A unidade na diversidade, e a unidade depois da adversidade. Dessa forma podemos sintetizar as capacidades resilientes do Foro de São Paulo, expostas no Capítulo 4: a capacidade de atualização diante de novas situações políticas, e de novos contextos históricos; a afirmação de uma identidade regional latino-americanista e a ligação umbilical com o tema da integração soberana e solidária da América Latina e Caribe, superando a dependência eurocêntrica de outras experiências internacionalistas; o caráter de frente ampla antineoliberal e anti-imperialista; as relações de unidade e de confiança entre os partidos líderes; e a concepção democrática com métodos apropriados de valorização da direção coletiva, e da ciência e arte da busca paciente do consenso, a fim de lidar com as divergências e tensões.

As fontes primárias e o conhecimento do Foro de São Paulo “por dentro”, através da pesquisa-ação, e das entrevistas e diálogos com os seus dirigentes, foram de fundamental importância para os resultados alcançados.

A dissertação não alcançou desenvolver vários temas e aspectos que foram surgindo ao longo da pesquisa. Para os pesquisadores que escolherem o Foro de São Paulo, ou as relações internacionais dos partidos de esquerda da América Latina como objeto de estudo, há muitas possibilidades a explorar. A seguir indica-se algumas dessas possibilidades de pesquisa.

Uma primeira possibilidade de pesquisa é a comparação entre as propostas de integração econômica, social, política e cultural do Foro de São Paulo, e as políticas e projetos reais de integração existentes na América Latina e Caribe, em instituições interestatais como Mercosul, Alba-TCP, Unasul e Celac, discutindo os avanços, limites, potenciais e desafios desses processos integracionistas.

Outro possível tema de pesquisa é o aprofundamento do estudo sobre o papel dos governos de esquerda e progressistas da região, liderados por partidos políticos do Foro de São

Paulo, na promoção da integração continental. Já se encontram pesquisas sobre as características comuns entre esses governos, e os principais traços que singularizam cada um deles, e há inclusive classificações e definição de tipos de governo, assunto discutido brevemente no Capítulo 3 desta dissertação.

Todavia, ainda há um problema a ser pesquisado: o papel desempenhado por esses governos, em especial de Brasil, Argentina e Venezuela, na promoção da integração continental, e o que sucederá da crise atual desses governos – inclusive o impacto das alterações de governos nacionais na Argentina e no Brasil, e a formação de uma maioria parlamentar de oposição na Venezuela –, sobre as políticas de integração regional que estavam em curso até 2015.

Um terceiro tema de pesquisa é sobre as características da contraofensiva das direitas latino-americanas, que têm por objetivo derrotar os governos de esquerda e progressistas da região, o estudo das suas características comuns e das particularidades nacionais, e a relação desta contraofensiva com os interesses imperialistas dos EUA na região. Há o debate em curso, se a perspectiva é de um “fim de ciclo” ou uma “crise cíclica” desses governos, também referido no Capítulo 3, que só o tempo resolverá em definitivo. Por isso sugere-se essa pesquisa para daqui a alguns anos. Novamente são indicados os estudos de caso de Brasil, Argentina e Venezuela, pela dimensão geopolítica e geoeconômica desses países decisivos para a integração regional.

Um quarto e último tema sugerido para uma investigação posterior, é estudar a hipótese de que muitos partidos marxistas e revolucionários que fazem parte do Foro de São Paulo, durante os anos 1990 e 2000, passaram por uma reelaboração de suas estratégias, e migraram de definições programáticas que defendiam as estratégias de tipo insurrecional – de “guerra de movimento” para Gramsci – para programas partidários que assumiam a prevalência da estratégia gramsciana de “guerra de posição”.

Os temas sugeridos para pesquisa estão relacionados com o Foro de São Paulo e com o internacionalismo da esquerda latino-americana nas últimas décadas, assuntos sobre os quais ainda há uma lacuna em termos de pesquisa científica no Brasil e na América Latina. Registre-se então um convite e um chamado aos pesquisadores acadêmicos latino-americanistas e internacionalistas.

REFERÊNCIAS

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMERICA – TRATADO DE COMERCIO DE LOS PUEBLOS. **Cumbres Presidenciales, Declaraciones y Resoluciones**. Disponível em: <www.alba-tcp.org>. Acesso em: 9 mar. 2015.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. **El origen de los partidos políticos en América Latina**. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2001.

_____. **Partidos políticos en América Latina: precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros**. Barcelona: Fundación CIDOB, 2004.

AMARAL, Roberto. **Socialismo e democracia**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2011.

_____. Um suicídio político, afirma Roberto Amaral sobre fusão do PSB e PPS. Entrevista 11 maio 2015. **Portal Vermelho**. Brasil, 2015. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 08 out. 2015.

ALNEF. Special Issue: Africa Left Network Forum. **African Communist**, 4th Quater, Issue number 182, nov 2010. Johannesburg: SACP, 2010.

AMAZONAS, João. **Os desafios do socialismo no século XXI**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

AMIN, Samir. **Por la Quinta Internacional**. Barcelona: El Viejo Topo, 2007.

ARICÓ, José. Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ARISMENDI, Rodney. Uma revolução continental. In: LOWY, Michel (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 393-405.

AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e USP, 2008.

BARAIBAR, Carlos; BAYARDI, José (Org.). **Foro de São Paulo: construyendo la esperanza**. Montevideo: Iepala, 1996.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUONICORE, Augusto. **Gramsci, Lênin e a questão da hegemonia**. 12 abr. 2003. Disponível em: <www.rebellion.org/brasil/030412buonicor.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CABEZAS, Rodrigo. **Entrevista com Rodrigo Cabezas**. Cidade do México, 1 ago 2015.

CANALE, Dario. **O Surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2013.

CARAMANI, Daniele; HUG, Simon. The literature on European parties and party systems since 1945: a quantitative analysis. **European Journal of Political Research**. Volume 33, Issue 4, June, p. 497-524. Kluwer Academic Publishers, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Sem disfarce nem miopia. **O Estado de S. Paulo**, domingo 3 mar 2013, p. A2. São Paulo, 2013.

_____. Entrevista a **O Estado de S. Paulo**, em 21 maio 2016, p. A8. São Paulo, 2016.

CARONE, Edgar. **O P.C.B.** v. 1, 2, 3. São Paulo: DIFEL, 1982.

CASTRO, Nils. **Las izquierdas latino-americanas: observaciones a una trayectoria**. Primera edición. Ciudad de Panamá: Novo Art, 2005.

CASTRO RUZ, Fidel. **Lula: Reflexiones del Comandante en Jefe**. La Havana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2008.

_____. **Latinoamericanismo vs. Imperialismo**. México: Ocean Sur, 2009.

COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS. **Memorias de la Celac. III Cumbre, Caracas, Diciembre 2011**. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2012.

_____. **Reuniones/Documentos**. Disponível em: < www.celac.gob.ve >. Acesso em: 25 abr. 2015.

CENTRO GRAMSCI. **L'educazione gramsciana**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2008.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Editora UnB, 1981.

CHÁVEZ, Hugo. **Discurso en la Instalación del primer Congreso Extraordinario del Partido Socialista Unido de Venezuela**. 21 nov 2009. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2010/06/instalacion.congreso.pdf>>_Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. **La unidad latinoamericana**. Sergio Rinaldi (ed.). Bogotá: Ocean Sur, 2006.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CONFERENCIA PERMANENTE DE PARTIDOS POLÍTICOS DE AMERICA LATINA. **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.coppal.org.ar/?q=actividades/estatuto-de-la-coppal#sthash.lErFfiM.dpuf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. **Primeira Declaração de Oaxaca**. Disponível em: <<http://www.coppal.org.ar/?q=actividades/primera-declaraci%C3%B3n-de-oaxaca#sthash.EtUNI15o.dpuf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

COORDENAÇÃO SOCIALISTA LATINOAMERICANA. **III Conferência da Aliança Progressista**. Disponível em: <<http://www.cslatinoamericana.com/?p=653>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. (Fontes do pensamento político)**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. **Marxismo, democracia e revolução**. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O PT e o marxismo. Caderno especial de Teoria&Debate**. São Paulo: Diretório Regional do PT-SP, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

DONGHI, Tulio Halperin. **A História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DOWBOR, Ladislau et al (Orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1957.

EL PAÍS. **Mujica visto como bandera de la izquierda regional**. Valeria Gil. Montevideo, 5 jun 2016. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/mujica-visto-bandera-izquierda-regional.html>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

ESCOBAR, Saul. Que és el Foro de São Paulo? **Documentos del XVII Encuentro del Foro de São Paulo**. Ciudad de Mexico: Partido de la Revolución Democrática, 2011

FORNAZIERI, Aldo, Considerações sobre a sociedade civil, o Estado e a Estratégia. **Teoria & Política**, São Paulo, número 9, Editora Brasil Debates, 1988.

FORO DE SÃO PAULO. **Construir un cambio de época: XVI Encuentro del Foro de São Paulo**. São Paulo: Secretaría de Relaciones Internacionales del Partido de los Trabajadores, 2010b.

_____. **Documento Base dos Encontros, Resoluções das reuniões do Grupo de Trabalho do Foro**, Artigos e outros documentos. Disponível em: <www.forodesaopaulo.org>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. **Resolução do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo sobre a criação da Celac**. 14 mar 2010. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org>>. Acesso em: 20 abr. 2015. 2010a.

_____. **Resoluciones, Informes y Discursos del VI Encuentro**. Montevideo: Iepala, 1996.

_____. **Declaração Final dos Encontros de Foro de São Paulo (1990- 2012)**. São Paulo: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores – Brasil, 2013.

_____. **XVIII Encuentro del Foro de São Paulo: Documento Base para la discusión**. Caracas: Partido Socialista Unido de Venezuela, 2012.

FORTES, Alexandre. A política externa do governo Lula: algumas considerações. In:

FREIXO, Adriano; et al (Orgs.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão. **Comunidade Sul-Americana de Nações**. Brasília-DF: Funag, 2005.

_____. **Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC)**. Brasília-DF: Funag, 2009.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana**. 4ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Eugenio Vargas (Org.). **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GARCIA, Marco Aurélio. Leninismo & social-democracia na História. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES (Org.). **O PT e o marxismo**. Caderno especial de Teoria&Debate. São Paulo: Diretório Regional do PT-SP, 1991.

GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Introducción a la filosofía de la praxis**. Barcelona: Ediciones Península, 1970.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Sobre poder, política e partido.** 2ª ed. In: SADER, Emir (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **Cadernos do cárcere.** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere.** Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. V. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Grassl, 2000.

HALLIDAY, Fred Un encuentro necesario: el materialismo histórico y las relaciones internacionales. **Las relaciones internacionales en un mundo en transformación.** Madrid: Catarata, 2002.

HEREDIA, Fernando Martínez. Gramsci em Cuba. **Estudios Latinoamericanos, nueva época**, núm. 32, Jul.-Dic. 2013. Mexico D.F.: Centro de Estudios Latinoamericanos, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2013.

HERRERA, Felipe. **Nacionalismo, regionalismo, internacionalismo: América Latina en el contexto internacional.** Buenos Aires: Instituto para la Integración de América Latina (Intal)/BID, 1970.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. In: DOWBOR, Ladislau et al. (ORgs.). **Desafios da Comunicação.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

IGLECIAS, Wagner. Volta atrás: a reprimarização da economia na América Latina. **O Estado de S. Paulo**, domingo, 19 out 2014, Caderno Aliás, p. E9. São Paulo: 2014.

INTERNACIONAL SOCIALISTA. **Por un nuevo internacionalismo y una nueva cultura de solidaridad:** resoluciones y decisiones del XXIV Congreso de la Internacional Socialista. Londres: Internacional Socialista, 2012.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Revista Estudios Internacionales**, nº 49. Instituto de Estudios Internacionales, Santiago de Chile, abr-jun 1979. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16458>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

JAKOBSEN, Kjeld. **A Internacional Socialista, suas origens e atuação contemporânea**. Brasília: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores – PT, 2009.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Entrevista a Globo News**, programa Pânico, em 30 jun 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iAX791OxSq4>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante!, 1982.

LEONÓV, Nikolai S.; **Raúl Castro: um homem em revolução**. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2015.

LINERA, Álvaro García. **Discurso na inauguração do XX Encontro do Foro de São Paulo**. 2014. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org>>. Acesso em: 16 ago 2015.

_____. Los procesos neoliberales en América Latina: lecciones y retos para los revolucionarios. **Línea Sur**, nº 8, mayo-ago 2014, vol. 3. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana de Ecuador, 2014.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. **Pan-americanismo versus Latino-americanismo: origens de um debate na virada dos séculos XIX-XX**. 2007. Dissertação de Mestrado. Programa Interunidades de Integração da América Latina (PROLAM), USP, São Paulo, 2007.

LORA ALARCÓN, Pietro de Jesus. **Ciência política, Estado e direito público: uma introdução ao direito público da contemporaneidade**. São Paulo: Verbatim, 2011.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MATLHAKO, Chris. **Entrevista com Chris Matlhako sobre o ALNEF**. Recebida por correio eletrônico em 7 jun. 2016.

MERCADO COMUM DO SUL. **Documentos Oficiais** (Atas, Comunicados, Declarações, Decisões Presidenciais. Sítio eletrônico do Mercosul. Disponível em: www.mercosur.int>. Acesso em: 02 mai. 2014.

_____. **Normativa** (Textos fundacionais). Disponível em: < www.mercosur.int>. Acesso em: 20 jul. 2013.

MEZA BERNAL, Raúl. **América Latina en el Mundo**. El Pensamiento Latinoamericano y la Teoría de las Relaciones Internacionales. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – Grupo Editorial Record, 2010.

MORALES AYMA, Evo. **Mi Vida: de Orinoca al Palacio Quemado**. La Paz: Iván Canelas Alurralde, 2013.

MORALES, Otoniel. **América Latina y el Caribe en la agenda de la política exterior estadounidense entre 1920-2004**. Primera edición. Caracas: Fundación Centro Nacional de Historia, 2009.

NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. **Unasul: uma perspectiva de integração sul-americana**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2010. São Paulo: 2010.

NASSIF-DEBS, Marie. **Entrevista com Marie Nassif-Debs sobre ALF**. Recebida por correio eletrônico em 17 maio 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. **Lá vem os bolivarianos**. Editorial, edição de 6 ago 2012, p. A3. São Paulo, 2012.

_____. **Lula critica Foro de São Paulo e propõe nova organização de esquerda. Ricardo Galhardo**. 5 out 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-critica-foro-de-sao-paulo-e-propoe-nova-organizacao-de-esquerda,1774965>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. **Um foro anacrônico.** Editorial, edição de 10 ago 2013, p. A3. São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Amancio Jorge de; ONUKI, Janina. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. **Revista Política Hoje**, vol. 19, n. 1, 2010.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB se pronuncia no XVII Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários.** 4 nov. 2015. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal2/9792>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2000.

_____. **Nação forte, rumo socialista:** documentos e resoluções do 12º Congresso do PCdoB. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

_____. **PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.

_____. **Avançar nas mudanças:** documentos e resoluções do 13º Congresso do PCdoB. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Revista Brizola Brasil.** Porto Alegre: PDT-RS, 2004.

_____. **Cartas, Programa, Manifesto, Estatuto, artigos e textos:** vol. único. Rio de Janeiro: Partido Democrático Trabalhista, 2006.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Documentos de la delegación cubana al XIX Encuentro del Foro de São Paulo.** Havana, agosto del 2013.

_____. **Cuba: la integración latinoamericana y del Caribe.** Ciudad de México, D.F.: Comunicación Social del Partido de Trabajo (PT) de México, 2014.

PARTIDO COMUNISTA DE MÉXICO. **Al Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo. México D.F.,** 1 ago 2015. Disponível em: <http://www.solidnet.org/mexico-communist-party-of-mexico/cp-of-mexico-se-separa-el-pcm-del-foro-de-sao-paulo-es> . Acesso em: 7 mar 2016.

PARTIDO PÁTRIA LIVRE. **Estatuto do PPL**. Brasil, 2009. Disponível em: <www.partidopatrialivre.org.br>. Acesso em: 27 mai. 2016.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. **Estatuto do Partido Popular Socialista**. Disponível em: <www.pps.org.br/estatuto>. Acesso em: 28 mai. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de fundação do PT**. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1980. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 19 de jul. 2014.

_____. **O PT e o marxismo**. Caderno especial de Teoria&Debate. São Paulo: Diretório Regional do PT-SP, 1991.

_____. **Resoluções do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: PT, 2007.

_____. **Partido dos Trabalhadores: Estatuto**. Brasília: Partidos dos Trabalhadores, 2012.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. **Estatuto do PSB**. Brasília: Partido Socialista Brasileiro, 2005.

_____. **Partido Socialista Brasileiro: Coordenação de Relações Internacionais**. Brasília: PSB, 2013.

PEREIRA, Merval. **Esquema político na AL**. O Globo, 28 fev 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.com/merval-pereira/post/esquema-politico-na-al.html>>. Acesso em: 28 fev 2016.

PIQUET CARNEIRO, Gabriela de Oliveira. **A nova maioria: determinantes do apoio político ao neopopulismo na América Latina**. 2009. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, FFLCH, USP. São Paulo, 2009.

POMAR, Valter. Las diferentes estrategias de las izquierdas latino-americanas. In: **América Latina hoy**. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2009.

_____. **Notas sobre a política internacional do PT**. Brasília: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores – PT, 2012^a

_____. La Internacional latino-americana y caribenha. In **Notas sobre a política internacional do PT**. São Paulo, Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores – Brasil, 2012b.

_____; REGALADO, Roberto. **Foro de São Paulo. Construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PRIETO, Alberto. **De Fidel Castro a la integración latino-americana**. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2013.

PUIG, Juan Carlos . Integración y Autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. **Integración Latinoamericana**, t.11, nº 109, publicada por el Instituto de Integración Latinoamericana, 1986. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/integracion_latinoamericana/documentos/109-Catedra_intal.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

RAMONET, Ignacio. **Hugo Chávez: Mi Primera Vida**. Caracas: Vadell Hermanos, 2013.

RABELO, Renato; ABREU DE MELO, Ricardo Alemão (Orgs). **Desafios da nova luta pelo socialismo**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2003.

REGALADO, Roberto. **Encuentros y desencuentros de la Izquierda Latinoamericana – una mirada desde el Foro de Sao Paulo**. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2008a.

_____. (Org). **La izquierda latino-americana a 20 años del derrumbe de la Unión Soviética**. Ciudad de México: Ocean Sur, 2012a.

_____. **Los gobiernos de izquierda en America Latina**. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2008b.

_____. **La proyección continental de la Revolución Cubana**. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2008c.

_____. America Latina: Hacia donde van los gobiernos de izquierda y progresistas? **América Latina en Movimiento**, nº 475. Quito: ALAI, mayo 2012.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília-DF, Editora UnB, 2010.

ROUSSEF, Dilma Vana. **Mensagem em vídeo ao XIX Encontro do Foro de São Paulo 2013.** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=koxbkQSF-sE>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

RUY, José Carlos;BUONICORE, Augusto (Orgs.). **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2010.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. (Org.). **Gramsci: sobre poder, política e partido.** 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

_____. **O Fórum de São Paulo e a esquerda latino-americana.** Brasil, 2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **O Poder, cadê o Poder?** São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

_____. **Por que a extrema esquerda fracassou e terminou isolada.** Blog do Emir, 11 jan 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Por-que-a-extrema-esquerda-fracassou-e-acabou-isolada/2/32607>>. Acesso em 25 mai. 2016.

SANAHUJA, José Antonio. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. **Una región en construcción: Unasur y la integración en América del Sur.** Cienfuegos, Manuel; Sanahuja, José António (Orgs.). Barcelona: Fundación CIDOB, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. **Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana).** 2ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

_____. Integración: fenómeno de larga duración. **América Latina en Movimiento**, “Integración suamericana: Temas estratégicos, nov/dic 2012. Disponível em: <<http://alainet.org/publica/480.phtml>>. Acesso em 15 mar. 2016.

SECCO, Lincoln. Crise e revolução em Marx e Gramsci. **Princípios**, número 35, nov-dez/94-jan-95, pp. 52-58. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

_____. Construir ou tomar o poder? A estratégia socialista de Marx a Gramsci. **Princípios**, número 39, nov-dez/95- jan/96, pp. 61-70. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

_____. **Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. **História do PT 1978-2010**. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, Unicamp, v. 26, número 70, set/dez 2006, pp. 373-391. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 ago. 2015.

SILVA, Fabrício Pereira da. Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível? *Oikos*, v. 9, n. 2, p. 121-140. Rio de Janeiro: 2010.

TERAN, Carlos Fonseca. **La revolución continental y su estrategia, programa y organización como una necesidad histórica**. 2010. Disponível em: <www.forodesaopaulo.org>. Acesso em: 25 abr. 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TOGNOLLI, Claudio. **Batalha no ar: advogado protocola pedido de impeachment de Dilma**. 22 out 2014. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/claudio-tognolli/batalha-no-ar-advogado-protocola-pedido-de-impeachment-171507860.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Documentos** (Tratados, Acuerdos, Protocolos, Presidencia Pro Tempore, Consejos y Otras Instancias). Disponível em: <www.unasursg.org>. Acesso em: 14 abr. 2013.

VALENTE, Monica. El Foro de São Paulo y el internacionalismo latino-americano. **Izquierda Democrática en América Latina**, n.1, 2015. Ciudad de México: Fundación Ideal, 2015.

VIEIRA, Margarida . **Semeando Socialismo**. 2ª e. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2011.

VILLA, Manuel Pérez (Org.). **Simón Bolívar: o libertador**. Rio de Janeiro: Adipro, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Integração sul-americana e a inserção global afirmativa (a partir de 2003). **Relações Internacionais do Brasil. De Vargas a Lula**. 3ª ed.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ZAMBONI, Paulo Diniz (Org.). **Conspiração de portas abertas: como o movimento revolucionário comunista ressurgiu na América Latina através do Foro de São Paulo**. São Paulo: É Realizações, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos do Foro de São Paulo por país em 1990, 1993, 2007, 2012 e 2015

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
ARGENTINA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo dos Oito 2. Frente Esquerda Unida 3. Movimento ao Socialismo 4. Partido Comunista da Argentina 5. Partido Intransigente 6. Partido Intransigência Revolucionária 7. Partido Socialista Popular 8. Partido Revolucionário dos Trabalhadores 9. Partido Operário 10. Movimento dos de Abaixo 11. Movimento dos Descamisados 12. Unidade Socialista
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Izquierda Democrática y Popular 2. Frente Amplio de Liberación-Izquierda Unida 3. Frente Amplio para la Democracia Avanzada 4. Movimiento al Socialismo 5. Movimiento Encuentro Popular 6. Movimiento de los de Abajo 7. Partido Comunista de la Argentina 8. Partido Intransigência Popular 9. Partido Democracia Popular 10. Partido humanista 11. Partido Intransigente 12. Partido Obrero 13. Partido Obrero Revolucionario-Posadista 14. Partido Socialista Popular

	15. Partido Peronista de las bases 16. Partido Revolucionario por la Independencia Soc.
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	1. Frente Grande 2. Frente Transversal Nacional y Popular 3. Movimientos Libres del Sur 4. Partido Comunista 5. Partido Comunista Revolucionario 6. Partido Humanista 7. Partido Intransigente 8. Partido Obrero Revolucionario-Posadista 9. Partido Socialista 10. Unión de Militantes por el Socialismo
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Frente Grande 2. Frente Transversal Nacional y Popular 3. Movimiento Evita 4. Movimientos Libres del Sur 5. Partido Comunista 6. Partido Socialista 7. Partido Solidario 8. Unión de Militantes por el Socialismo
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Frente Grande 2. Frente Transversal Nacional y Popular 3. Movimiento Evita 4. Movimiento Libres del Sur 5. Partido Comunista 6. Partido Comunista – Congreso Extraordinario 7. Partido Humanista 8. Partido Intransigente 9. Partido Obrero Revolucionario-Posadista 10. Partido Socialista 11. Partido Solidario 12. Unión de Militantes por el Socialismo

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
ARUBA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	_____
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Partido Red Democrática
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Partido Red Democrática

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
BARBADOS	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Partido dos Trabalhadores de Barbados
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Partido del Empoderamiento del Pueblo

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
BOLÍVIA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eixo de Convergência Patriótica 2. Partido Comunista Boliviano
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eixo de Convergência Patriótica 2. Movimento Bolívia Livre 3. Partido Alternativa ao Socialismo 4. Partido Comunista da Bolívia 5. Partido Revolucionário do Povo
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento al Socialismo 2. Movimiento Bolívia Libre 3. Partido Comunista de Bolívia 4. Partido Patria Socialista-Movimiento Guevarista
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento al Socialismo
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento al Socialismo 2. Movimiento Bolivia Libre 3. Partido Comunista de Bolivia

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
BRASIL	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Brasileiro 2. Partido Comunista do Brasil 3. Partido Democrático Trabalhista 4. Partido dos Trabalhadores 5. Partido Socialista Brasileiro
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Brasileiro 2. Partido Comunista do Brasil 3. Partido Democrático dos Trabalhadores 4. Partido dos Trabalhadores 5. Partido Popular Socialista 6. Partido Socialista Brasileiro
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido dos Trabalhadores 2. Partido Comunista do Brasil
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Brasileiro 2. Partido Comunista do Brasil 3. Partido dos Trabalhadores 4. Partido Pátria Livre 5. Partido socialista Brasileiro
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Democrático Trabalhista 2. Partido Comunista do Brasil 3. Partido Comunista Brasileiro 4. Partido Pátria Livre 5. Partido Popular Socialista 6. Partido Socialista Brasileiro 7. Partido dos Trabalhadores

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
CHILE	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esquerda Cristã 2. Movimento de Esquerda Revolucionária 3. Partido Comunista do Chile
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista do Chile 2. Força Ampla de Esquerda 3. Movimento de Esquerda Democrática Allendista 4. Movimento de Esquerda Revolucionária 5. Movimento de Esquerda Revolucionária – R 6. Partido Humanista Verde 7. Partido Socialista do Chile
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Izquierda Cristiana 2. Partido Comunista de Chile 3. Partido Humanista 4. Partido Socialista de Chile
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Izquierda Cristiana 2. Movimiento Amplio Social 3. Partido Socialista
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Izquierda Ciudadana 2. Movimiento Amplio Social 3. Movimiento de Izquierda Revolucionaria 4. Partido Comunista 5. Partido Humanista 6. Partido Socialista 7. Partido del Socialismo Allendista 8. Revolución Democrática

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
COLÔMBIA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Colombiano 2. União Patriótica
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aliança Democrática M-19 2. A Lutar 3. Corrente de Renovação Socialista 4. Partido Comunista Colombiano 5. Partido Comunista Marxista-leninista da Colômbia 6. Partido Operário Revolucionário 7. Partido Revolucionário dos Trabalhadores 8. União Patriótica
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Colombiano 2. Polo Democrático Alternativo 3. Presentes por el Socialismo
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Polo Democrático Alternativo 2. Partido Comunista Colombiano
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Marcha Patriótica 2. Movimiento Progresista 3. Partido Alianza Verde 4. Partido Comunista Colombiano 5. Polo Democrático Alternativo 6. Presentes por el Socialismo 7. Unión Patriótica

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
COSTA RICA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo Soberania 2. Foro Cívico 3. Partido do Povo Costarriquenho 4. Partido do Povo Unido 5. Partido Vanguarda Popular
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Frente Amplio
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Frente Amplio 2. Partido Vanguardia Popular

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
CUBA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista de Cuba
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista de Cuba
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista de Cuba
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista de Cuba
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista de Cuba

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
CURAÇAO	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Movimento Antilhano Novo
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Movimiento Pueblo Soberano de Curazao
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Partido Pueblo Soberano

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
EQUADOR	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Libertação Nacional 2. Movimento Popular Democrático 3. Partido Comunista do Equador 4. Partido Socialista do Equador 5. Partido Socialista Popular
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação Revolucionária Popular Equatoriana 2. Ação Política Socialista 3. Libertação Nacional 4. Movimento Popular Democrático 5. Partido Socialista Equatoriano
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. MUP Pachakutik – Nuevo País 2. Movimento Popular Democrático 3. Partido Comunista del Ecuador 4. Partido Comunista Marxista Leninista del Ecuador 5. Partido Socialista – Frente Amplio
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento Alianza Pais 2. Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País 3. Partido Socialista de Equador – Frente Amplio
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País 2. Movimiento Alianza PAIS 3. Movimiento Popular Democrático 4. Partido Comunista del Ecuador 5. Partido Comunista Marxista-Leninista del Ecuador 6. Partido Socialista-Frente Amplio

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
DOMINICA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Partido Comunista de Dominica
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	_____

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
EL SALVADOR	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	1. Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	2. Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional 3. Convergência Democrática 4. Movimento Nacional Revolucionário 5. União Democrática Nacional
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	1. Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
GRANADA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Movimento Patriótico Maurice Bishop
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	_____

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
GUADALUPE	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Combate Operário 2. Grupo Revolução socialista 3. Grupo União Resistência 4. Partido Comunista de Guadalupe 5. União pela Libertação de Guadalupe
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	_____

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
GUATEMALA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	1. Alianza Nueva Nación 2. Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Alianza Nueva Nación 2. Movimiento Político Winaq 3. Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Convergencia CPO-CRD 2. Movimiento Político Winaq 3. Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
GUIANA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Partido Progressista do Povo 2. Aliança do Povo Trabalhador
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	_____

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
HAITI	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Força para Defender os Direitos do Povo Haitiano 2. Organização Política Lavalás 3. Partido dos Trabalhadores Haitiano
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organización del Pueblo en Lucha
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organización del Pueblo en Lucha

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
HONDURAS	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido dos Trabalhadores de Honduras 2. Partido Revolucionário do Povo
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Unificación Democrática
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Frente Nacional de Resistencia Popular
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Frente Nacional de Resistencia Popular 2. Partido Libertad y Refundación

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
MARTINICA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conselho Nacional do Comitês Populares 2. Grupo Revolução Socialista 3. Partido Comunista Martinicano 4. Partido Comunista pela Independência e o Socialismo
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. PC por la Independencia y el Socialismo
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista por la Independencia y el Socialismo 2. Consejo Nacional de Comitês Populares

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
MÉXICO	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido da Revolução Democrática 2. Partido Popular Socialista
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido do Trabalho 2. Partido da Revolução Socialista 3. Partido Popular Socialista 4. Partido Revolucionário dos Trabalhadores
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido de los Comunistas Mexicanos 2. Partido Comunista de México 3. Partido de la Revolución Democrática 4. Partido del Trabajo
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido da Revolução Democrática 2. Partido del Trabajo
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido de los Comunistas Mexicanos 2. Partido Comunista de México 3. Partido de la Revolución Democrática 4. Partido del Trabajo

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
NICARÁGUA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Frente Sandinista de Libertação Nacional
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	1. Frente Sandinista de Libertação Nacional
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Frente Sandinista de Libertação Nacional
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Frente Sandinista de Libertação Nacional

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
PANAMÁ	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Partido Revolucionário Democrático
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	1. Partido del Pueblo de Panamá
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Partido Comunista
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Partido del Pueblo de Panamá 2. Partido Revolucionario Democrático

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
PARAGUAI	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Corrente Pátria Livre 2. Partido Comunista Paraguuaio 3. Partido Revolucionário Febrerista 4. Partido dos Trabalhadores
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento Pátria Livre 2. Paraguai para Todos 3. Partido Comunista Paraguuaio 4. Partido dos Trabalhadores 5. Partido Democrático Popular
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Paraguay 2. Partido Democrático Popular 3. Partido Patria Libre 4. Convergencia Popular Socialista 5. Partido Humanista de Paraguay
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista Paraguay 2. Partido Convergencia Popular Socialista 3. Partido Popular Tekojoja
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Frente Guasú 2. Partido Comunista Paraguay 3. Partido Convergencia Popular Socialista 4. Partido del Movimiento Patriótico Popular 5. Partido del Movimiento al Socialismo 6. Partido País Solidario 7. Partido de la Participacion Ciudadana 8. Partido Popular Tekojoja

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
PERU	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento ao Socialismo 2. Partido Comunista Peruano 3. Partido Unificado Mariateguista 4. Partido Comunista Revolucionário 5. Unidade Democrática e Popular
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Corrente Pátria Livre 2. Esquerda Unida 3. Movimento de Afirmação Socialista 4. Partido Comunista Peruano 5. Partido Mariateguista Revolucionário 6. Partido Socialista Democrático 7. Partido Unificado Mariateguista 8. União de Esquerda Revolucionária 9. União Democrática e Popular
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista del Perú – Patria Roja 2. Partido Comunista Peruano 3. Partido Nacionalista del Perú 4. Partido Socialista
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partido Comunista del Perú – Patria Roja 2. Partido Comunista Peruano 3. Partido Socialista del Perú
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ciudadanos por el Cambio 2. Partido Comunista del Perú-Patria Roja 3. Partido Comunista Peruano 4. Partido Nacionalista del Perú 5. Partido del Pueblo

	6. Partido Socialista del Perú 7. Tierra y Libertad
--	--

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
PORTO RICO	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Frente Socialista 2. Partido Socialista Portorriquenho
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	1. Frente Socialista 2. Movimiento Independentista Nacional Hostosiano 3. Partido Nacionalista de Puerto Rico
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Frente Socialista de Puerto Rico 2. Movimiento Independentista Nacional Hostosiano 3. Partido Nacionalista de Puerto Rico
Membros do Foro de São Paulo em 2015	1. Frente Socialista 2. Movimiento Independentista Nacional Hostosiano 3. Partido Nacionalista de Puerto Rico

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
SANTA LUCIA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	1. Partido Progressista
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	_____
Membros do Foro de São Paulo em 2015	_____

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
REPUBLICA DOMINICANA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	1. Partido Comunista Dominicano
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aliança pela Democracia 2. Concertação Democrática 3. Onda Democrática 4. Bloco Socialista 5. Força de Libertação Popular 6. Movimento Popular Dominicano 7. Movimento de Esquerda Unida 8. Movimento Independente de Unidade e M. 9. Movimento Popular de Libertação 10. Movimento de Unidade Nacional 11. Partido Comunista do Trabalho 12. Partido Comunista Dominicano 13. Partido da Libertação Dominicana 14. Partido dos Trabalhadores Dominicanos 15. União Patriótica
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alianza por la Democracia 2. Fuerza de la Revolución 3. Movimiento Izquierda Unida 4. Partido Comunista del Trabajo 5. Partido de Liberación Dominicana 6. Partido de los Trabajadores Dominicanos

	7. Partido Revolucionario Dominicano
Partidos e movimientos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alianza por la Democracia 2. Movimiento Izquierda Unida 3. Partido de Liberación Dominicana 4. Partido de los Trabajadores Dominicanos
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alianza por la Democracia 2. Fuerza de la Revolución 3. Movimiento Izquierda Unida 4. Partido Alianza País 5. Partido Movimiento Patria para Tod@s 6. Partido Comunista del Trabajo 7. Partido de la Liberación Dominicana 8. Partido de los Trabajadores Dominicanos 9. Partido Revolucionario Dominicano 10. Partido Revolucionario Moderno

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
TRINIDAD Y TOBAGO	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	_____
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento 18 de Fevereiro 2. Movimento de Transformação Social
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	_____
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento por la Justicia Social
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento por la Justicia Social

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
URUGUAI	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	1. Frente Ampla
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agrupamento Pregón 2. Corrente de Unidade Frente Amplista 3. Corrente Popular 4. Frente de Esquerda de Libertação 5. MLN Tupamaros 6. Movimento de Participação Popular 7. Movimento Revolucionário Oriental 8. Movimento 26 de Março 9. Partido Comunista do Uruguai 10. Partido Operário Revolucionário 11. Partido pela Vitória do Povo 12. Partido Socialista Uruguio 13. Partido Socialista do Trabalhadores 14. Vertente Artiguista
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Asamblea Uruguay – FA 2. Corriente de Unidad Frenteamplista – FA 3. Frente Amplio 4. Movimiento 26 de marzo – FA 5. MLN Tupamaros – FA 6. Movimiento de Participación Popular 7. Partido Comunista de Uruguay 8. POR Trokista-Posadista – FA 9. Partido por la Victoria del Pueblo – FA 10. Partido Socialista de los Trabajadores 11. Partido Socialista de Uruguay – FA 12. Vientente Artiguista - FA

Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	1. Frente Amplio
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Asamblea Uruguay 2. Compromiso Frenteamplista 3. Frente Amplio 4. Movimiento 26 de marzo 5. Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros 6. Movimiento de Participación Popular 7. Movimiento Popular Frenteamplista 8. Partido Comunista del Uruguay 9. Partido Obrero Revolucionario Troskista-Posadista 10. Partido por la Victoria del Pueblo 11. Partido Socialista de los Trabajadores 12. Partido Socialista del Uruguay 13. Vertiente Artiguista

Partidos, Organizações Políticas e Movimentos Políticos	
VENEZUELA	
Participantes no Encontro de Partidos e Organizações Políticas de Esquerda da América Latina e do Caribe – São Paulo, 2 a 4 de julho de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1. Causa R 2. Movimento ao Socialismo 3. Movimento eleitoral do Povo 4. Partido Comunista da Venezuela
Membros do Foro de São Paulo (relação confeccionada no IV Encontro, Havana, julho de 1993)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bandeia Roja 2. Causa R 3. Foro Democrático 4. Liga Socialista 5. Movimiento al Socialismo 6. Movimiento Electoral del Pueblo 7. Partido Comunista de Venezuela 8. Unión Patriótica de Venezuela
Membros ativos no Foro (relação confeccionada pelo Grupo de Trabalho no final de 2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liga Socialista 2. Movimiento Electoral del Pueblo 3. Partido Comunista de Venezuela 4. Partido Socialista Unido de Venezuela
Partidos e movimentos políticos membros do Foro de São Paulo (relação elaborada no XVIII Encontro, Caracas, julho 2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento Electoral del Pueblo 2. Patria para Todos 3. Partido Comunista de Venezuela 4. Partido Socialista Unifica de Venezuela
Membros do Foro de São Paulo em 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liga Socialista 2. Movimiento Electoral del Pueblo 3. Partido Comunista de Venezuela 4. Partido Socialista Unificado de Venezuela 5. Patria para Todos

Fonte: Quadros confeccionados pelo autor. Dados do Foro de São Paulo, www.forodesaopaulo.org, e adaptados de: POMAR, Valter; REGALADO, Roberto. **Foro de São Paulo. Construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. P. 263-273. REGALADO, Roberto. **Encuentros y desencuentros de la Izquierda Latinoamericana – una mirada desde el Foro de Sao Paulo**. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2008. P. 264-272.